



A Guerra do Paraguai no Rio Grande do Sul e em outros ensaios

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)
LUIZ HENRIQUE TORRES
MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA
RETO MONICO
VANDERLEI BORBA**

37



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



A Guerra do Paraguai no Rio Grande do Sul e em outros ensaios



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra Infante Dom Henrique (CIDH) -

José Eduardo Franco

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Vania Pinheiro Chaves

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves (org.)
Luiz Henrique Torres
Marcelo França de Oliveira
Reto Monico
Vanderlei Borba

A Guerra do Paraguai no Rio Grande do Sul e em outros ensaios



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEJO INTERNACIONAL DE CIENCIAS FILOSÓFICAS Y DE LAS CIENCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2020

**DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS
DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO**

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Mauro Nicola Póvoas
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Ronaldo Oliveira Gerundo
Tesoureiro: Valdir Barroco

Ficha Técnica

- Título: A Guerra do Paraguai no Rio Grande do Sul e em outros ensaios
- Organizador: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 37
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Dezembro de 2020

ISBN – 978-65-89277-00-2

CAPA: Carga da cavalaria brasileira do general Andrade Neves, no dia 3 de agosto de 1867 – A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 9 fev. 1868, a. 2, n. 32, p. 4-5.

APRESENTAÇÃO

Os conflitos bélicos na América Platina tiveram suas origens vinculadas ainda aos tempos coloniais, com os tantos enfrentamentos entre portugueses e espanhóis nas diversas disputas territoriais que envolviam as fronteiras flutuantes dos domínios hispânicos e lusos, definidos a partir dos acordos diplomáticos e/ou como resultados das inúmeras guerras que se desencadearam. Desde a fundação da Colônia do Sacramento no seio do Vice-Reino do Prata, as lutas só foram se acirrando ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, revelando o intento português de manter-se presente naquela região e o desígnio espanhol de impedir a todo custo tal incursão.

Nas primeiras décadas dos Oitocentos, com a formação dos Estados Nacionais, o Império Brasileiro herdaria o projeto platino lusitano, buscando manter algum tipo de predomínio na região, primeiro com a manutenção da Província Cisplatina, perdida a partir da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, que resultou na emancipação uruguaia. Ao longo do II Reinado, o Brasil exerceu uma política fortemente intervencionista no Prata, interferindo na vida política dos vizinhos, com recorrentes invasões e derrubadas de governantes não-favoráveis ao Império tanto no Uruguai quanto na Argentina.

Tal conjuntura conflituosa teve o seu ponto alto na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, na qual se reuniram ao Império Brasileiro a República Oriental e a Argentina para enfrentar o Estado guarani, originando um dos mais sangrentos enfrentamentos bélicos do século XIX.

Essa guerra teve uma etapa inicial de expansão paraguaia em terras argentinas e brasileiras, ao passo que, progressivamente, com a expulsão dos guaranis dos locais invadidos, o confronto passou a concentrar-se no território paraguaio. A resistência paraguaia e as dificuldades da Tríplice Aliança fizeram com que a luta se prolongasse, resultando em profundo desgaste para os aliados e praticamente a destruição do Paraguai. O término da disputa bélica viria a dar-se em 1870 e, ao completar-se o sesquicentenário deste momento histórico, a Biblioteca Rio-Grandense e a Cátedra Infante Dom Henrique lançam este número da Coleção Rio-Grandense, contendo estudos de caso que refletem sobre alguns dos elementos constitutivos que compõem a conjuntura de tal conflagração internacional.

SUMÁRIO

José Arthur Montenegro nas páginas do *Album de la Guerra do Paraguay*.....13

Francisco das Neves Alves

Retratistas e retratados no Arquivo Montenegro..41

Luiz Henrique Torres

A Guerra do Paraguai na crônica sul-rio-grandense de fins do século XIX: os “Alertas” de Ângelo Dourado.....89

Marcelo França de Oliveira

Olhares francófonos sobre as origens da guerra..123

Reto Monico

América Platina e os desafios comerciais e industriais do século XIX.....151

Vanderlei Borba

José Arthur Montenegro nas páginas do *Album de la Guerra do Paraguay*

Francisco das Neves Alves*

A Guerra do Paraguai vem sendo historiada sob os mais variados prismas historiográficos e teórico-metodológicos, desde os tempos coetâneos à sua realização e os primeiros anos que a ela se sucederam até a contemporaneidade. Descrições e análises multifacetadas foram entabuladas, com variações advindas dos critérios adotados na abordagem e das tendências histórico-historiográficas que orientaram a pesquisa. Independente da vertente seguida, um dos pontos essenciais na execução das investigações de natureza histórica esteve vinculado à coleta

* Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018) e à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e cinquenta livros.

de fontes, com a incansável busca por documentos que contribuam menos ou mais decisivamente na obtenção de dados sobre tal conflito internacional.

Uma das mais importantes documentações levantadas sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi organizada pelo historiador José Arthur Montenegro, a qual se encontra sob a guarda da Biblioteca Rio-Grandense, na cidade do Rio Grande – Rio Grande do Sul, Brasil. Tais fontes são variadas, envolvendo elementos como registros iconográficos, documentos impressos, manuscritos, recortes de jornais, além de um acervo bibliográfico, compondo o denominado Arquivo Montenegro, que figura como de extrema relevância para os estudos acerca do enfrentamento bélico em pauta.

José Arthur Montenegro nasceu na localidade cearense de Uruburetama, mas foi na cidade gaúcha do Rio Grande que desenvolveu a maior parte da sua carreira como historiador. Ainda em sua província natal, inicialmente, voltou-se às práticas mercantis, para depois buscar ganhar a vida nas lides marítimas, tendo viajado pela costa brasileira entre os anos de 1878 e 1880, quando praticou o estudo da pilotagem. As ações no campo naval, entretanto, não foram suficientes para garantir-lhe a sobrevivência, de modo que se mudou para o Rio Grande do Sul, com o intuito de cursar a Escola Militar de Porto Alegre, na qual permaneceu de 1881 a 1884.

A partir de tal formação, Montenegro voltou-se à vida militar, empreendendo expedições em Santa Catarina e durante maior período no Rio Grande do Sul, com intensa ação na fronteira brasileiro-uruguaia, chegando a fiscalizar a mesma na época de uma revolta no país vizinho, em 1885, e durante uma expansão epidêmica no território oriental, em 1887. Com ações no comando de fronteira e guarnição do exército, permaneceu em tal função até o ano de 1889. Já com

a residência fixa na cidade do Rio Grande, passou a atuar na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, desde 1889, com as funções de amanuense e arquivista.

Foi nessa época que ocorreu o apogeu das ações de Montenegro na coleta de documentos de cunho histórico, chegando a empreender uma viagem ao Rio de Janeiro para dar maior amplitude à sua pesquisa. Problemas de saúde fizeram com que ele retornasse ao Ceará, atuando, em 1897, como secretário da Estrada de Ferro de Baturité. Terminada tal função, voltou ao Rio Grande do Sul, empregando-se como encarregado de arrecadar o material pertencente à Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana. Mais tarde, passou a secretariar a empresa Southern-Brazilian Rio Grande do Sul, entre 1899 e 1901, ano em que ocorreu a sua prematura morte, ocasionada por tuberculose, contando com apenas trinta e sete anos de idade.

A atuação profissional dava o sustento a Arthur Montenegro e sua família, mas sua real vocação eram os estudos de natureza histórica, com especial predileção pela Guerra do Paraguai. Apesar da carreira curta no cronológico, Montenegro obteve significativo reconhecimento no meio acadêmico-cultural e científico no Brasil e no estrangeiro, tanto que pertenceu a diversas entidades dessa natureza, como foi o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, do Instituto Geográfico Argentino, do Ateneu de Buenos Aires, do Centro Literário do Ceará, da Academia Cearense, da Associação Guerreiros do Paraguai, do Instituto de Coimbra e da Associação dos Homens de Letras de Caracas.

Montenegro dedicou-se incansavelmente à procura de documentos sobre temáticas variadas e essencialmente a

respeito da Guerra da Tríplice Aliança. Apesar dessa profícua atividade, não foram muitos os seus escritos editados no formato de livros, caso de *Notas para a carta geográfica do Rio Grande do Sul* (1895) e *Fragmentos históricos – homens e fatos da Guerra do Paraguai* (1900). No que tange ao levantamento documental, foram publicados livros por ele traduzidos, introduzidos e/ou anotados, como *Resumo da ordenança sobre os exercícios e evoluções dos corpos de infantaria do exército. Parte aplicável à Guarda Nacional* (1891), *Guerra do Paraguai – memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre* (1893), *Guerra do Paraguai – monografias históricas por Juan Silvano de Godoi* (1895) e *O Uruguai* (1900).

Outros trabalhos realizados por Arthur Montenegro apareceram parcial ou integralmente nas páginas da imprensa periódica, como foi o caso de *História da Guerra Chileno-Peru-Boliviana, 1879-1881*; *Cristóvão Colombo e o descobrimento da América*; *Efemérides das campanhas do Uruguai e Paraguai*; além de várias outras pesquisas. Tais edições ficaram espalhadas por periódicos como os sul-riograndenses *Almanaque literário e estatístico do Rio Grande do Sul* (Rio Grande), *Almanaque popular brasileiro* (Pelotas), *A Atualidade* (Rio Grande), *Correio Mercantil* (Pelotas), *Diário do Rio Grande* (Rio Grande) e *Eco do Sul* (Rio Grande); os cearenses *A República*, *Revista da Academia Cearense* e *Almanaque administrativo, estatístico, mercantil, industrial e literário do Estado do Ceará* (todos de Fortaleza); bem como no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Uma série de outras de suas pesquisas projetadas permaneceu inédita como foi o caso de *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai* (planeada para oito volumes); *Dicionário histórico-geográfico do Estado do Rio Grande do Sul*; *Dicionário*

*das madeiras do Brasil; As ilhas do Brasil; e Bibliografia do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX*¹.

Nesse sentido, os maiores projetos de Montenegro, notadamente os voltados aos estudos acerca da Guerra do Paraguai, acabaram não sendo concluídos da forma que ele esperava, com a publicação de livros. A necessidade de dedicar boa parte de seu tempo para as atividades laborais que lhe davam sustento, as tantas dificuldades e os altos custos que envolviam a produção de obras bibliográficas, a doença e a morte precoce foram alguns dos fatores que não lhe permitiram aquela culminância. Entretanto, seu incansável trabalho de amearhar fontes, executar pesquisas e escrever textos permaneceu intenso, de modo que os jornais apareciam como importante alternativa para a difusão de sua obra. Ao mesmo tempo, seu reconhecimento intelectual servia para ilustrar as páginas dos periódicos, propiciando um atrativo para os leitores.

¹ Dados biobibliográficos de Montenegro elaborados a partir de: BARBOSA, Antônio da Cunha. Esboços biobibliográficos dos acadêmicos visconde de Taunay e José Arthur Montenegro. In: *Revista da Academia Cearense*. Fortaleza: Tipografia Studart, 1901, t. 6, p. 9-10 e 32-39; BARRETO, Abeillard. *José Arthur Montenegro*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1957 (datilografado); BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. v. 4, p. 319-322.; CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006. p. 384-385; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 375-376; STUDART, Guilherme. *Dicionário biobibliográfico cearense*. Fortaleza: Tipografia e Litografia a Vapor, 1913, v. 2, p. 66-73.; e VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 325.

Foram vários os representantes da imprensa em cujas páginas Arthur Montenegro publicou artigos ou colaborações, mormente junto ao jornalismo sul-riograndense, mas também de outras regiões do Brasil. Seus trabalhos surgiram ainda em publicações estrangeiras, como a parisiense *Revista Moderna* e o bonaerense *Album de la Guerra del Paraguay*. A participação do escritor foi tão efetiva que seu nome tornou-se comum em meio às empresas jornalísticas. Tal relação próxima ficava evidenciada no próprio reconhecimento que o escritor possuía junto das redações dos jornais que, em várias oportunidades, elogiaram seu trabalho.

Esse foi o caso dos artigos apresentados por Montenegro no *Album de la Guerra del Paraguay*, edição organizada pela Associação Guerreiros do Paraguai, a qual tinha por intento o de “coleccionar em forma de galeria” material iconográfico sobre o conflito. Tal objetivo “essencialmente gráfico” não excluía a “comprovação documentada”, nem os trabalhos dos colaboradores, quando eles tivessem “autoridade” nas matérias abordadas. Também seriam aceitos “trabalhos literários e científicos” relacionados com a guerra “dentro do vasto campo de sua ação”, envolvendo “o episódio romanesco, a legenda popular”, bem como “a relação do ato heroico e o comentário contemporâneo”, o qual não viesse a comprometer “a versão histórica”. Nesse sentido, as colunas do periódico ficavam abertas para “todos que quisessem transmitir suas impressões”, ou ainda impressões e testemunho a respeito do confronto bélico².

² ALBUM DE LA GUERRA DEL PARAGUAY. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1º fev. 1893, a. 1, entrega 1ª, p. 2.

Montenegro era membro da Associação Guerreiros do Paraguai e chegou a receber homenagem do *Album* que estampou o seu retrato à primeira página. O periódico publicou os seguintes artigos do pesquisador brasileiro: “Una bala historica”³, “El mariscal Floriano V. Peixoto”⁴, “Campaña de Mato Grosso – toma de la Machorra”⁵, “El mariscal Victorino Jose Monteiro – baron de San Borja”⁶, “Campaña de Mato Grosso – toma del atrincheramiento de Bayende”⁷ e “Fidelidad sublime – episódio de la Guerra del Paraguay”⁸. Em todos eles ficavam demarcados o estilo redacional do autor, os condicionantes histórico-historigráficos com os quais conviveu e a sua forma de “fazer história”, fortemente vinculada à perspectiva de

³ MONTENEGRO, José Artur. Una bala historica. In: *Album de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1895, tomo 2, entrega 40, p. 246-248.

⁴ MONTENEGRO, José Artur. El mariscal Floriano V. Peixoto. In: *Album de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1895, tomo 2, entrega 40, p. 248-252.

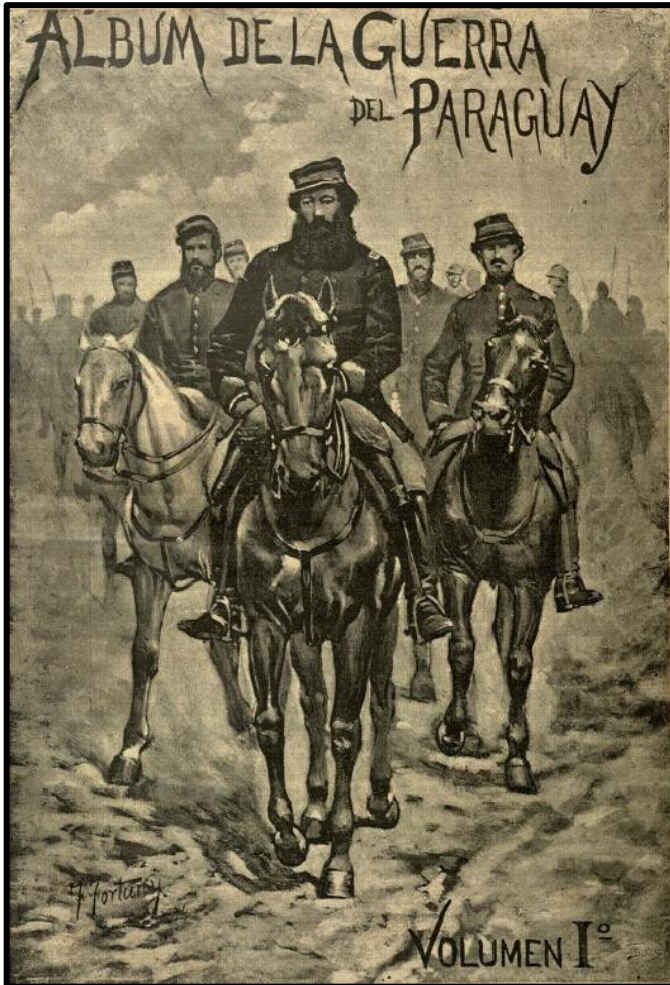
⁵ MONTENEGRO, José Artur. Campaña de Mato Grosso – toma de la Machorra. In: *Album de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1895, tomo 2, entrega 41, p. 263-264.


⁶ MONTENEGRO, José Artur. El mariscal Victorino Jose Monteiro – baron de San Borja. In: *Album de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1895, tomo 2, entrega 41, p. 266-268.

⁷ MONTENEGRO, José Artur. Campaña de Mato Grosso – toma del atrincheramiento de Bayende. In: *Album de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1896, tomo 2, entrega 42, p. 281-283.

⁸ MONTENEGRO, José Artur. Fidelidad sublime – episódio de la Guerra del Paraguay. In: *Album de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1896, tomo 2, entrega 45, p. 326-328.

heroificar os militares brasileiros que participaram do conflito, visando a apresentar a ação dos mesmos como uma espécie de ensinamento aos coetâneos do historiador cearense/gaúcho.





ALBUM DE LA GUERRA DEL PARAGUAY
La Victoria de Itapúa
 1895


TOMO II
ENTREGA 36

DIRECTOR: JOSÉ C. SOTO

CAMPAÑA DEL PUKISIRY
 por el Coronel de Ejército
José Ignacio Garibondín
 (CONTINUACIÓN)

Los encorizados «Lima Barros», «Sivado», «Mizé e Barros» y «Merval» fueron designados para la ejecución de esta empresa.

Recién arribaron el 7 de Setiembre á un punto más abajo de Angostura, siendo la causa de esta demora á graves averías sufridas por el «Sivado» en el transcurso del viaje. Marchaba de vanguardia esta encorizada, y después de pasar la punta de Bahía, el batallón se replegó sobre la batería de la izquierda de Angostura; su Comandante Cuesta Avelledo se aproximó con audacia recibiendo al principio el fuego de la pieza de posición, y en seguida el de nueve más que se encarrilaban en la batería de la derecha. A pesar del vivo fuego que se le hacía, el mozo levóse, tiró el plato y agitando el reconocimiento ordenado, volvió en seguida aguas abajo, auxiliado en este momento por el «Lima Barros», entrando como era



El Mozo López (entre los años 1870-1880).
 Dignidad del Ejército de Bolivia

natural, avencio y párdas. Estas apenas alcanzaron á 2 oficiales y 1 soldado heridos.

Del reconocimiento demostró que una nueva posición más espaciosa, sin abandonar el enemigo su línea de operaciones que por una anomalía de la merita, era la misma del ejército abudo desde el concepto de la guerra: el río Paraguay en su parte, no dominado por las naves de la alianza.

Se supuso, en razón, después de este reconocimiento que las baterías de Angostura eran el punto de apoyo de una nueva línea; pero no se combatió una posición aislada que no hubiera el poder material de Humayta, ó otra, tal vez, capaz por sí sola de detener la marcha rápida del ejército que acababa de vencer aquel obarrado.

Marchando, pues, el ejército sospechando encontrar una nueva línea de fortificaciones y por consecuencia mayor resistencia y demora en una campaña que se le llamaba eterna. Sin embargo que la actividad del enemigo era inalterable, se volvió á probar, a pesar de la opinión de la legación paraguayana, que López haría marchar á su pueblo hasta el último extremo.

El lugar situado en rojo más allá de Angostura.

A maior parte dos artigos publicados pelo escritor no *Album de la Guerra del Paraguay* foram de cunho biográfico e/ou voltados à História Militar, bem a contento com o mote editorial da revista. Um dos objetivos do *Album* era o de destacar os personagens que participaram do conflito,

ênfatizando os “sacrifícios impostos” às nações da Tríplice Aliança, em sua “ação libertadora”, visando “benefícios” à “civilização e à liberdade nesta parte da América”. A revista propunha-se ainda a sustentar “decididamente a honra e os interesses da pátria”, destacando o “exemplo” daqueles que, “em outra época, concorreram com todo o seu esforço” na defesa da pátria⁹.

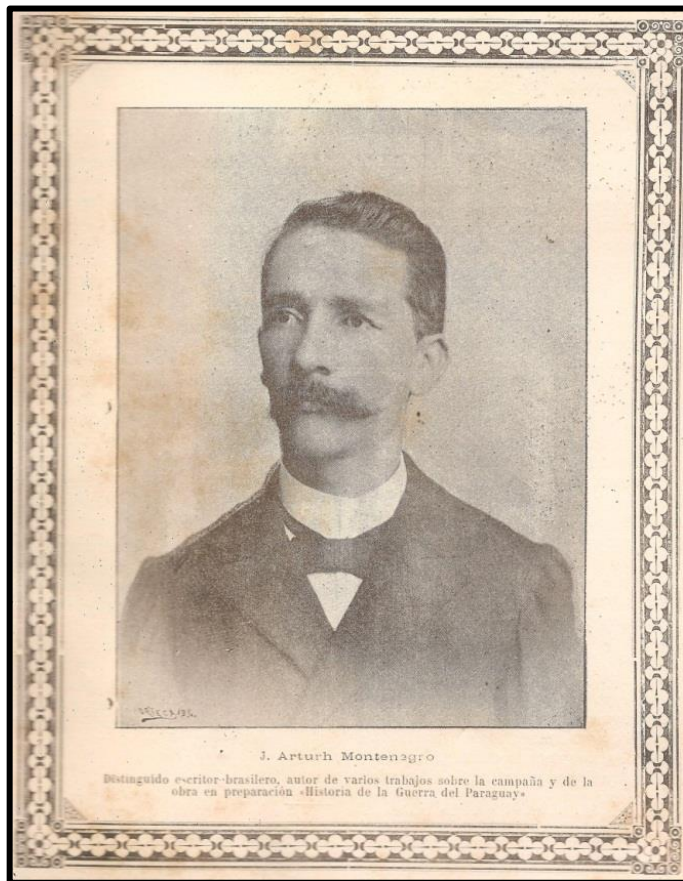
O frontispício da publicação trazia esse espírito, ao mostrar alegoria na qual apareciam ao centro, irmanadas, três damas, representando Brasil, Argentina e Uruguai e, do lado esquerdo, uma tropa em posição de ataque, e, do direito, um leão próximo a objetos de aprisionamento, simbolizando a derrota da “ditadura paraguaia”.



O próprio Montenegro viria a ter o seu retrato na “página de honra” – como as redações chamavam a primeira página – do *Album*, sendo apresentado como “distinto escritor brasileiro”, autor de vários trabalhos sobre a

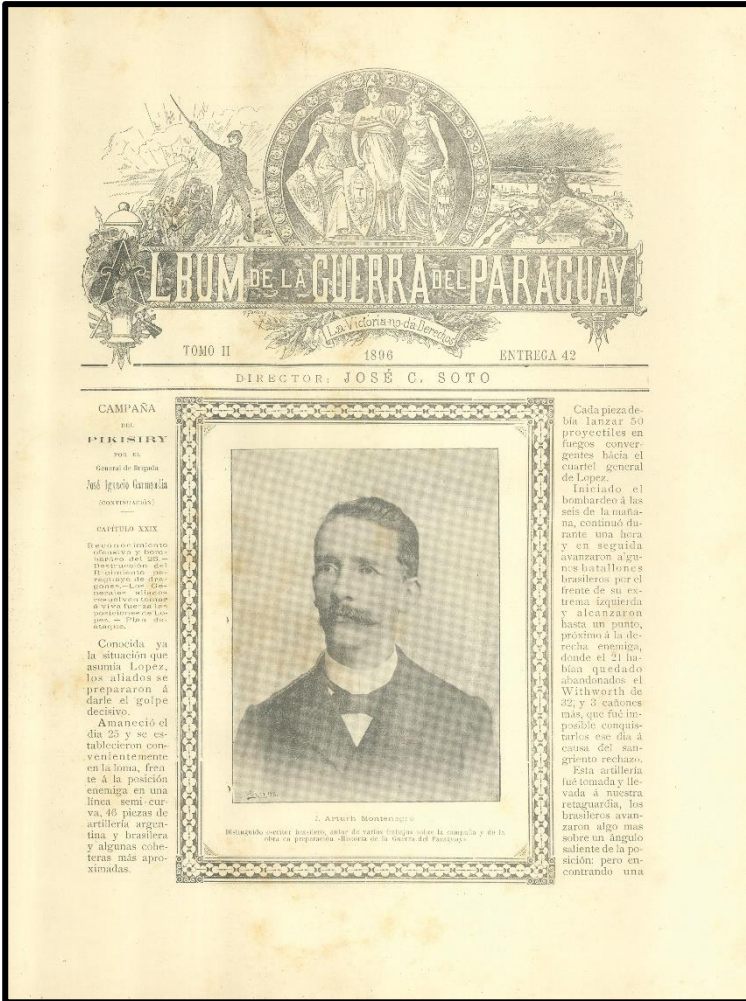
⁹ ALBUM DE LA GUERRA DEL PARAGUAY. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1º fev. 1893, a. 1, entrega 1ª, p. 2.

campanha e da obra em preparação *História da Guerra do Paraguai*¹⁰.



- detalhe -

¹⁰ ALBUM DE LA GUERRA DEL PARAGUAY. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1896, tomo 2, entrega 42, p. 273.



CAMPAÑA
 DEL
PARAGUAY
 POR EL
 General de Brigada
Don Ignacio Lamadrid
 CORRESPONDIENTE

CAPÍTULO XXIX
 De la acción heroica
 del General y de los
 batallones de artillería
 de la División de
 operaciones de dicho
 General - Situación
 que se presentó el día
 4 de mayo de 1866 en
 las montañas de López
 en el Alto del
 Estación.

Conocida ya
 la situación que
 asumía López,
 los aliados se
 prepararon á
 darle el golpe
 decisivo.

Amaneció el
 día 23 y se es-
 tablecieron comen-
 temente en
 la loma, fre-
 se á la posición
 enemiga en una
 línea semi-cur-
 va, 40 piezas de
 artillería argen-
 tina y brasileña
 y algunas cohe-
 tivas más apro-
 ximadas.



Cada pieza de-
 bia lanzar 50
 proyectiles en
 fanjas conver-
 gentes hacia el
 cuartel general
 de López.

Terminado el
 bombardeo á las
 seis de la maña-
 na, continuó du-
 rante una hora
 y en seguida
 avanzaron algu-
 nos batallones
 brasileños por el
 frente de su ex-
 tremo izquierda
 y alcanzaron
 hasta un punto,
 próximo á la de-
 recha enemiga,
 donde el 21 ha-
 bían quedado
 abandonados el
 Wichworth de
 92, y 3 cañones
 más, que fué im-
 posible enquis-
 tarlos ese día á
 causa del sang-
 reo rechaño.

Esta artillería
 fué tomada y lle-
 vada á nuestra
 retaguardia, los
 brasileños avan-
 zaron algo más
 sobre un ángulo
 saliente de la po-
 sición; pero en-
 contrando una

O periódico buenairense tradicionalmente publicava efígies de militares e cenas de guerra, daí o significado da distinção dispensada para com Montenegro. Ele não lutara no Paraguai, mas a incansável dedicação ao estudo do

evento lhe rendera figurar ao lado de tantos dos indivíduos que foram protagonistas naquele teatro bélico. O anúncio das participações do escritor nas páginas do *Album de la Guerra del Paraguay* também trazia esse sentido, expresso por meio da matéria intitulada “Colaboração brasileira”¹¹.

Desde o presente número começaremos a publicar uma série de biografias de guerreiros do Paraguai, que têm ilustrado seu nome no exército brasileiro, personagens que em sua maior parte viriam a figurar mais tarde na política de seu país, enquanto que alguns outros renderam o tributo de sua vida àquela guerra gigantesca, que sustentaram as nações da Aliança contra a sombria tirania do marechal Lopez.

Estes trabalhos são devidos à ilustrada colaboração do distinto escritor brasileiro Sr. J. Arthur Montenegro, residente no Rio Grande, autor de uma História da Guerra do Paraguai, em publicação, circunstância que lhe faz uma autoridade nesta matéria.

É o Sr. Montenegro um escritor de estilo fácil e galante, e um narrador simples e conciso, cuja prosa se lê com interesse até o fim.

Faz tempo que a direção do *Album* havia travado relações com o escritor rio-grandense, pedindo-lhe sua importante colaboração e oferecendo-lhe seu concurso para as informações que lhe fosse necessário obter do Rio da Prata, e ao fim, pacificada já aquela formosa região do Brasil, recebemos satisfeitos seus primeiros trabalhos, e uma numerosa e importante galeria de retratos dos militares que figuraram naquela épica cruzada.

Nossos leitores julgarão da importância da aquisição dos trabalhos, que devido à sua pena, publicamos no presente número.

¹¹ ALBUM DE LA GUERRA DEL PARAGUAY. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1895, tomo 2, entrega 40, p. 246.

Eis aqui alguns parágrafos da carta que os acompanha:

“Antecipo-me a dirigir-vos esta, para enviar-vos conforme vossas ordens minha débil e pobre colaboração para vosso tão importante *Album*. Bem sabeis quão árido é o trabalho biográfico, razão pela qual vos peço desculpeis a incorreção do estilo já por si tão sem mérito. Temendo ser demasiado extenso, para não ocupar muito espaço, quase me limitarei à enumeração cronológica dos fatos.

Mais adiante, quando me familiarizar com a forma adotada pelo *Album*, aumentarei ou diminuirei as biografias que encaminhe. (...)

Podeis contar comigo e com minha modesta colaboração, pois como vós desejo ver brasileiros e argentinos ligados por vínculos de fraternidade, esquecendo passadas dissensões dos antigos tempos da monarquia e do caudilhismo, felizmente desaparecidos para sempre.

É meu mais ardente desejo poder descrever os feitos dos argentinos e orientais com a mesma minuciosidade e serenidade de espírito com que o faço para os brasileiros e, graças ao vosso patriótico auxílio, espero que a posteridade e os mais contemporâneos dos quatro países me façam a justiça de chamar-me *imparcial* como historiador”. (...)

Agradecidos ao concurso que tão generosamente vem prestar às letras e à história da guerra o Sr. Montenegro, o apresentamos aos nossos leitores e lhe damos as boas-vindas.

defendían, que habían sido llevados ya por las reservas brasileras, mientras sus columnas de ataque penetraban al recinto. Solamente quedó; á causa de su peso, el Withworth de 32, y 3 piezas más.

Siendo ya las 6 de la tarde, se tocó retirada y los brasileros se limitaron á ocupar un punto aproximado á la línea paraguaya, de donde continuaron tenazmente el fuego, que fué respondido por los paraguayos durante toda la noche de este día y la mañana siguiente en medio de una espesa y tranquila lluvia, que en vano trataba de aplacar nuestra furia imán.

Esta batalla fué perdida por nuestros aliados por falta de refuerzos oportunos, y por la ignorancia del general en jefe, respecto á la verdadera situación del último momento de la acción. Dudosos ya del campo enemigo, fatigados un simple empuje para alcanzar la victoria decisiva. López á caballo detrás del paredón que lo resguardaba, estaba pronto á huir cuando vió á los brasileros apoderados de su cuartel general, y á no ser la valerosa carga del coronel Rivarola, era hombre perdido aquel día y la guerra hubiera concluido allí.

Rechazo fué este que debió herir enormemente el amor propio del victorioso de Avahy: su proclama del 21 se había evaporado entre el ligallero humo del mismo día: de ese rechazo sangriento al que con una candidez admirable en documentos oficiales se le llama reconocimiento.

(Continuaré).



COLABORACIÓN BRASILEIRA

Desde el presente número empezaremos á publicar una serie de biografías de guerreros del Paraguay, que han ilustrado su nombre en el ejército brasilerero, personajes que en su mayor parte han figurado más tarde en la política de su país, mientras que algunos otros rindieron el tributo de su vida en aquella guerra gigantesca que sostuvieron las naciones de la alianza contra la sombría tiranía del Mariscal López.

Estos trabajos son debidos á la ilustrada colaboración del distinguido escritor brasilerero Sr. J. Arthur Montenegro, residente en Rio Grande, autor de una historia de la guerra del Paraguay en publicación, circunstancia que le hace una autoridad en esta materia.

Es el Sr. Montenegro un escritor de estilo fácil y galano, y un narrador sencillo y conciso cuya prosa se lee con interés hasta el fin.

Hace tiempo que la dirección del «Album» habia entablado relaciones con el escritor riograndense, pidiéndole su importante colaboración y ofreciéndole su concurso para las informaciones que le fuera necesario obtener del Rio de la Plata, y al fin pacificada ya aquella hermosa región del Brasil, recibimos complacidos sus primeros trabajos, y una numerosa é importante galería de retratos de los militares que figuraron en aquella épica cruzada.

Nuestros lectores juzgarán de la importancia de la adquisición por los dos trabajos que debidos á su pluma publicamos en el presente número.

Hé aquí algunos párrafos de la carta con que los acompaña:

«Me anticipo á dirigiros ésta, para enviaros conforme á vuestras señas mi débil y pobre colaboración para vuestro tan importante «Album». Bien sabéis cuán arduo es el trabajo biográfico, razón por la cual os pido disculpas la incorrección del estilo ya de

por sí tan sin mérito. Temiendo ser demasiado extenso, para no ocupar mucho espacio, cual me limitaré á la enumeración cronológica de los hechos.

«Mas adelante cuando me familiarice con la forma adoptada por el «Album», aumentaré ó disminuiré las biografías que remita.

«Con esta recibireis las biografías del Mariscal Mariano Floriano Peixoto, Mariscal Victorino Monteiro y Coronel Dr. José Carlos de Carvalho, así como un artículo sobre el proyectil que hizo víctima al General Andrade Neves, que juzgo merece ser conocido de los guerreros argentinos.

«Así mismo las siguientes fotografías que agregareis á las ya recibidas: Mariscal Floriano Peixoto, Mariscal Victorino Monteiro, Almirante Barroso, Mariscal Polidoro Jordán, José A. Fernandes de Fonseca y Antonio de Sampaio. Brevemente remitiré otras.»


«Podéis contar conmigo, y con mi modesta colaboración, pues como vos deseo ver á brasileros y argentinos ligados por vinculos de fraternidad, olvidando pasadas discusiones de los antiguos tiempos de la monarquía y del caudillaje, felizmente desaparecidos para siempre. Es mi más ardiente deseo el poder describir los hechos de los argentinos y orientales con la misma minuciosidad y seriedad de espíritu con que lo hago para los brasileros, y gracias á vuestro patriótico auxilio, espero que la posteridad y mis contemporáneos de los cuatro países me harán la justicia de llamarne imparcial como historiador.»

Defendiendo mi patria de las graves acusaciones que le hace el Sr. Juan Silvano Godoy, publiqué en folleto las dos monografías que tienen relación con la triple alianza. Os remito con esta ese libro y os llamo la atención sobre las páginas 30, 37 y 78 entre otras, en donde me refiero al General Mitre, que me ha prestado su poderoso auxilio en la empresa que he echado sobre mis hombros.

Como ven nuestros lectores, el Sr. Montenegro nos va á familiarizar con personajes de su país, que les son ya conocidos por la interesante relación del Sr. General Garraenda que venimos publicando.

Agradecidosal concurso que tan generosamente viene á prestar á las letras y á la historia de la guerra el Sr. Montenegro, lo presentamos á nuestros lectores y le damos la bienvenida.

UNA BALA HISTÓRICA



Existe en mi poder el proyectil que dió muerte al legendario Barón del Triunfo, el Murat de la caballería brasilerera.

Y, como espezado de mineral fundido al acaso, privase al Brasil de una de sus más fulgurantes glorias haciendo caer en la eternidad al bravo contra los braves, merece que detalladamente recuerde su triste historia.

Dolorosos pensamientos acuden al espíritu, despertando amargas reflexiones sobre la precaria contingencia de las cosas humanas, cuando en el silencio de mi gabinete contemplo esa mínima porción de hierro, de que se sirvió el destino para cortar la existencia de aquella personalidad gigante acostumbrada á la ignea atmósfera de las batallas, cuyo nombre coronado con la aureola del valor indomito de los héroes, hacia temblar las masas enemigas que combatía siempre vencedor.

A las tres de la madrugada del 21 de Diciembre de 1868, Andrade de Neves al frente de su división

O primeiro trabalho publicado por Montenegro no *Album* foi “Una bala histórica”, o qual trazia não só a sua vocação como historiador e documentarista, como também a de colecionador, quando o fulcro da abordagem era a

Guerra do Paraguai. Nessa linha, o escritor afirmava que tinha em seu “poder o projétil que matou o legendário barão do Triunfo, o Murat da cavalaria brasileira”. Bem de acordo com o princípio da heroificação em torno de personagens históricos que caracterizava a edição argentina, o artigo visava a tratar de um “pedaço de minério fundido”, que, “ao acaso” privara “ao Brasil uma das suas mais fulgurantes glórias, fazendo cair na eternidade o *bravo dos bravos*”, de modo que merecia “que detalhadamente se recorde sua triste história”. O ensaio abordava assim as condições da morte do militar brasileiro e a explicação das circunstâncias que levaram aquele projétil a atingi-lo. A minuciosa descrição envolvia inclusive a escassez de metais no Paraguai, de maneira que houve um esforço de guerra na obtenção de materiais para fim bélico, surgindo a partir daí a justificativa para as especificidades daquela “histórica bala”.

Outro escrito de Arthur Montenegro no *Album de la Guerra del Paraguay* foi “El mariscal Floriano V. Peixoto”, dedicado à biografia de tal militar que, além de participar do confronto bélico platino, ocupou a Presidência da República no Brasil. O texto era apresentado como uma “silhueta biográfica” e abordava a existência de Peixoto desde o nascimento, passando pela formação educacional, o ingresso na vida militar e chegava à ascensão em tal meio, fazendo referência a uma “gloriosa carreira”. Mantendo uma linha laudatória em relação ao personagem em destaque, Montenegro chamou-o de “consolidador das instituições democráticas de sua pátria”, em relação ao papel de Floriano nos primeiros anos republicanos. O artigo descrevia minuciosamente a participação de Floriano Peixoto na Guerra do Paraguai, bem como enfatizava suas promoções após tal conflito, destacando suas ações até a chegada ao cargo máximo da República Brasileira. O biografado, cujo

retrato foi estampado ao final da matéria, era ainda apresentado como o “*homem sem medo, que teve a providencial missão de afirmar o princípio da autoridade*”, de modo que “a história e a posteridade lhe faria justiça”.

Los pesados proyectiles de hierro fundido debían perjudicar el alcance del tiro y destruir por el roce las estrías de las fusiles, pero es evidente que cada herida producida por semejante cuerpo causaba una muerte segura.

La escasez de artículos de procedencia extranjera, dió motivo para el desenvolvimiento del genio inventivo de los paraguayos, que como decíamos, lo suplieron sacando partido de todo.

El papel se hizo tan escaso, que los archivos de la República fueron despojados de todas las *actas, folios en blanco*, separadas para el servicio de la secretaria de Mariscal López.

Se escogieron en todo el ejército los sargentos y oficiales subalternos que tenían la *letra más hermosa*, y esta cualidad se hizo un título de recomendación para el que la poseía.

Mi particular amigo el General Camba Junior posee un curioso documento que viene á comprobar el estado desesperado á que llegó aquel país con la falta de las manufacturas extranjeras.

Es un mapa de las fortificaciones de Carupayty, groseramente dibujado sobre papel de cigarrillos, cuyos hojitas habían sido cuidadosamente pegadas unas con otras hasta alcanzar el tamaño de un metro veinte por ochenta centímetros!

El dibujo es grosero pero perfectamente exacto en sus detalles, y representa el espacio comprendido entre la casa de López (*Mayoría*) en Paso Pacú hasta las trincheras de Carupayty sobre el río Paraguay.

Los cañones de grueso calibre están figurados con lápiz encarnado y las piezas de campaña así como las coheteras con tinta negra. Los bosques, las líneas de abastec. están figurados con lápiz azul. Las diversas leyendas explicativas están escritas á mano pero la tinta está bastante desvanecida por la acción del tiempo.

Este curioso documento fué encontrado en el bolsillo de un oficial paraguayo, probablemente del Estado Mayor de López, muerto en la toma del Saucé el 21 de Marzo de 1868.

En Grande de 361, Setiembre de 88.

J. Arthur Montenegro.



Trofeos conquistados por el Ejército Oriental y devueltos en 1864 al Gobierno del Paraguay.

EL MARISCAL FLOREANO V. PEIXOTO

PIREUTA BIOGRÁFICA

En la pittoresca ciudad de Pisco, Estado de Alagoas vio la primera luz en 30 de Abril de 1830 el eminente ciudadano llamado en vida Floreano Vieira Peixoto.

Revelando desde su juventud una rara inteligencia y una decidida afición á las ciencias exactas, su padre, el agricultor Manuel Vieira de Araujo Peixoto, lleno de esperanzas enviólo á Rio de Janeiro, ingresando en el Colegio San Pedro de Alcántara, dirigido entonces por el célebre profesor en ciencias Padre José Mendes de Paiva.

Su permanencia en dicho establecimiento, que preparó las inteligencias de tantos hombres eminentes, fué una serie de triunfos, un florón de gloria académica para el futuro consolidador de las instituciones democráticas de su Patria.

Terminados los estudios preparatorios, salió del Colegio para consagrarse al servicio de las armas, afiliándose voluntariamente en las filas del 1º de Artillería de á pié el 1º de Mayo de 1857.

Empezó su gloriosa carrera por los puestos más importantes, ascendiendo honrosamente, escudado sólo por el mérito personal, y recorriendo toda la escala de la gerarquía militar.

Fuó *cabal de escuadra* en Agosto, *teniente* en Setiembre, y *teniente segundo* en Octubre de 1861, desempeñando el modesto puesto de *ordenanza* en el mismo edificio, donde 33 años después dirigió los destinos



Sin desahucarse, marchó ese mismo día hacia Corrientes, donde llegó a tiempo de tomar parte en el rápido combate trabado con los restos de gran ejército que en América a semejanza de los buques aporombados y de las estrovas de Caim, flotaba de no dudarse, a su caudillo el mapa de las naciones...

Asistió a la muerte del territorio de Itaipu que inevitablemente con espantosa energía, cumplió la promesa de Yldefonso Cerda de morir en su último territorio de los confines del Paraguay, antes que renunciar a su poder que le había costado a él y a su posteridad tanta memoria de su proeza...

Finalizada la guerra fue promovido a Teniente Coronel en el Estado Mayor de Artillería, obteniendo a los pocos meses servicios en Italia, desempeñando en seguida el cargo de Maestro del cuerpo de guerra del ejército de ocupación a las órdenes del Barón de Vagueron. Regresó a Río de Janeiro en 1870. Estaba condecorado con *Orden de São Pedro*, *Orden de São Carlos* y *Orden de São João*.

En 1871 recibió las medallas del Mérito Militar, y las condecorativas de la campaña de Mato Grosso, Uruguay, república de Uruguay y del Paraguay. Posteriormente mandó las tropas en Mato Grosso, inspeccionando sus fortificaciones y obras militares. En 1871 fue nombrado Miembro de la Comisión de Reformas del material del Ejército. En 1872 se trasladó a ciencias físicas y matemáticas, enseñando el curso especial de trigonometría militar.

Comandó por sus méritos en 1876, guerra de brigada, en 1883, de Mariscal de campo en 10 de Junio de 1889.

En 1878 ejerció el cargo de Director del arsenal de guerra de Pernambuco en 1881 fue inspector de los depósitos de divisiones de guerra de Águas, Río grande del Norte, Parauhyba y Senoppe y de los cuerpos de granateros en Pernambuco.

Fue gobernador militar en Alagoas, Mato Grosso y Pernambuco 1893-1895.

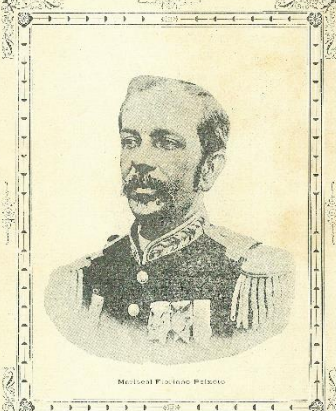
En 8 de Junio de 1889 fue nombrado Ayudante ge-

neral del ejército y fue en ese puesto que se halló el suceso de la noche de Noviembre que decidió el gran imperio, implantando en el Brasil las instituciones democráticas.

Florianópolis, 20 de Janeiro de 1901. Floriano Peixoto falleció en Río de Janeiro el 20 de Janeiro de 1901, después de haber sido el jefe constitucionalista del gobierno del Brasil, en calidad de Vice-Presidente en ejercicio, desde 23 de Noviembre de 1891 al 10 de Noviembre de 1891.

Washington, 18 de Junio de 1901. El triunfo del dominio norteamericano sobre el Imperio de Napoleón el día de hoy...

Florianópolis, 20 de Janeiro de 1901. Floriano Peixoto, cuando de los imperios democráticos en su país, pasará a la posteridad como el fundador de un país que tuvo la providencial misión de afirmar el principio de autoridad, profundamente dividido por los repulidos pronunciamientos militares de su patria. La historia y



MAIOR GERAL FLORIANO PEIXOTO

la posteridad le harán justicia. (1)

Rio Grande, 10 de Junho de 1901.

7. Arthur Montenegro.

TENIENTE-CORONEL CORREA LUNA

(1) Sr. Teniente Coronel Lisimaco Correa Luna nació en Montevideo el día 15 de Junio de 1840. Ingresó en el ejército argentino el 23 de Mayo de 1860 en que fue nombrado alférez de guerra de Infantería, obteniendo después su ascenso siguiente: Subteniente, Teniente 2º, Ayudante Mayor, Capitán, Sargento Mayor y Teniente Coronel.

(1) Contraportada de un opusculo, redactado y impreso por Floriano Peixoto, en que se da una descripción detallada de su vida y de su familia. (2) Véase el libro "A vida de Floriano Peixoto" de Arthur Montenegro.

Em "Campanha de Mato Grosso - toma de la Machorra", Arthur Montenegro descrevia em minudência esse evento militar calcado no enfrentamento entre brasileiros e paraguaios. Com a derrota do inimigo, o autor relatava que "o banquete da vitória decorreu alegre e festivo

durante a noite inteira”, com “a guitarra e a *cantiga* cadenciosa dos goianos e mineiros e a *gaita* dos paulistas”, as quais se fizeram ouvir como um “hino melodioso da justa reivindicação do território nacional tanto tempo usurpado arbitrariamente pela dinastia dos Lopez”.

ALBUM DE LA GUERRA DEL PARAGUAY

243

HONOR AL PUEBLO "GENERAL SARMIENTO"

Las autoridades de este floreciente pueblo, por iniciativa del Intendente Municipal D. Ventura L. Codi han tenido la feliz inspiración de bautizar el nombre de las calles con el de los que rindieron su vida en los campos de batalla del Paraguay; para el 20 de Diciembre se preparan las grandes fiestas de inauguración de la plaza Doctor Francisco J. Muñoz y de dichas calles pagando un tributo a la memoria de los que en aquella lucha gigantesca se sacrificaron por la honra de la patria, cuyos nombres ya no vivían en el olvido, debido en gran parte a la propaganda del "Album de la Guerra del Paraguay" y a los ciudadanos en cuyos corazones se conserva el fuego sagrado del patriotismo, entre los cuales se cuenta nuestro distinguido compatriota Pedro Salvadores, cuya acción se presenta entre la distinguida corporación municipal como vecino de aquel próspero pueblo y presidente del consejo escolar.

El pueblo que tiene por nonibre el de uno de los argentinos más ilustres, es el primero en la República Argentina, que imitara se en la historia de esa guerra de honor y de redención, da el nombre a sus calles, de aquellos guerreros.

Empieza por los que mandaron el Ejército Argentino y tuvieron mando de fuerzas superiores.

Teniente General Bartolomé Mitre—Teniente General Juan A. Gelly y Obes—General D. Veneciano Paunera, jefe del 1.º Cuerpo y General Emilio Cerna, jefe de la 2.ª división Buenos Aires.

GEFES Y OFICIALES SELEKTOS EN LOS CAMPOS DE BATALLA.

Coronel Luis M. Argüero—Coronel Esteban García—Coronel Miguel Martínez de Hoz—Coronel Juan Florencia O. Romero—Coronel Manuel Roset—Coronel Manuel Fraga—Teniente Coronel Juan M. Sarrazín—Teniente Coronel Pascual Farías—Teniente Coronel Lindolfo Pagola—Teniente Coronel Alejandro Díaz—Teniente Coronel Gaspar Campos—Sargento

Mayor Benjamín Basavillbaso—Sargento Mayor Lucio Salvadores—Capitán Germán Muñoz.

Plaza Dr. Francisco J. Muñoz: como un homenaje también, a la memoria de aquel noble y sabio anciano, que a los setenta años de la vida, después de haber derramado su sangre en la reconquista de Buenos Aires el año 1807, y en la batalla de Cepeda en el año 1810, se presentaba todavía con toda abnegación y patriotismo a prestar sus servicios profesionales a los héroes del Ejército Argentino en la campaña del Paraguay.

La fiesta que prepara el progresista pueblo Sarmiento será sin duda, la joya todos concuerpo, digna de esa floreciente localidad que está llamada a ser una de las pródicas de nuestra sociedad de buen tono.

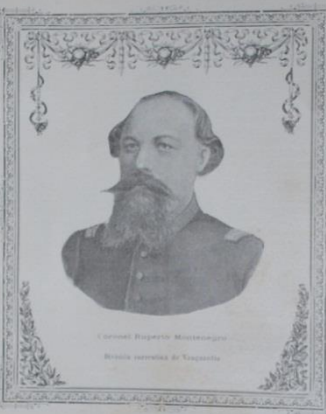
CAMPANA
MATTO GROSSO
TODA LA MARCHA

(BOLIVIA)

El 20 de Abril de 1907 la columna del Coronel Carlos de Moraes Marchara, situada en territorio brasileño donde se tenía aviso de estar la primera avanzada paraguaya.

El 17 de voluntarios que estaba de vanguardia bajo el mando del Teniente Coronel Eneas Galvão avanzaba más rápidamente de lo que convenia en tal sentido que paró a cada momento para concertar los pelotones que se dislocaban unos de otros a para esperar los carros de la artillería y vehiculos de batalla que a cada momento caían en los pantanos de donde tenían que ser sacados a fuerza de brazos.

La vanguardia fue repentinamente llamada por el clarín del cuartel general pero ya se hallaba tan lejos que los troques no podían ser oídos. El Teniente Coronel Juvenio de Moraes y su partido a galope acompañado de algunos oficiales, a fin de hacerla pasar,



Coronel Bartolomé Mitre
Brigada argentina de Tacumbú

←

A abordagem biográfica era mais uma vez o fio condutor no texto “El mariscal Victorino Jose Monteiro – baron de San Borja” , o qual trazia a trajetória de tal militar, com destaque para a sua atuação à época da Guerra da Tríplice Aliança. Monteiro foi descrito como um “ilustre cidadão que legou à posteridade um nome que seus contemporâneos” recordariam “sempre como símbolo de honra, de lealdade e de civismo”. O artigo servia também para enaltecer o significado dos militares que participaram do conflito bélico e já haviam perecido:

Dia a dia vai desaparecendo essa falange de heróis que, nas margens do Prata e nos confins dos desertos paraguaios, escreveu página por página a epopeia gigante que passará à história, como marco miliário da redenção de um povo subjugado pelas admiráveis instituições dos filhos de Loyola.

Esse povo sacrificado por uma vontade de ferro, dominado pela tirania autocrática de um governo pessoal, resistiu com indomável energia, com inquebrantável heroísmo ao embate da civilização levada pelas baionetas da Aliança, a qual, cumprindo altos desígnios da providência, serviu de instrumento à evolução social que mudou a face do mundo auxiliada pelas próprias paixões e vícios da humanidade.

Entre esses obreiros da civilização americana desaparecidos no ocaso da vida se encontra o perfil histórico de Vitorino Monteiro, ligado aos principais sucessos da *grande guerra*.

EL MARISCAL VICTORINO JOSE MONTEIRO
BAJON DE SAN BORA.

Día á día va desapareciendo esa falange de héroes que en las márgenes del Plata y en los confines de los desiertos paraguayos, escribió página por página la epopeya gigante que pasará á la historia, como marco miliario de la redención de un pueblo atuyado por las admirables instituciones de los hijos de Loyola.

Este pueblo, sacrificado por una voluntad de fierro, dominado por la tiranía autocrática de un gobierno personal, residió con inflexible energía, con insuperable heroísmo al embate de la civilización llevada por las bayonetas de la alianza, la cual cumpliendo altos designios de la providencia, sirvió de instrumento á la evolución social que cambió la faz del mundo auxiliada por las propias pasiones y vicios de la humanidad.

Entre esos obreros de la civilización americana desaparecidos en el ocaso de la vida, se encuentra el perfil histórico de Victorino Monteiro, ligado á los principales sucesos de la gran guerra.

H. Martel de Campo, Victorino J. Monteiro hijo del Mayor Juan Francisco Monteiro nació en Pernambuco el 23 de Septiembre de 1816. Muy temprano cedió su cuerpo la casaca militar. Convulsionada su provincia natal, abandonó los bancos de la academia en 1832 para alistarse en las filas de la legalidad que se organizaban para batir á los rebeldes atrincherados en la Villa Panellas de Miranda en los límites de la Provincia de Alagoas siendo gravemente herido en un encuentro que sostuvo en las inmediaciones de Jacobyba.

Pacificada la provincia en 1833, se retiró á la vida privada y en el Recife fué proclamado, en elección popular, alférez de la Guardia Nacional (1) en cuya milicia fué promovido á Teniente y á Capitan en 1837.

Sublevada la provincia de Rio Grande del Sud, amenazada la integridad del imperio ya en peligro por las conmociones que estallaron en diversas provincias, Victorino Monteiro acudió al llamado del gobierno legal y en 17 de Noviembre de 1837 como capitán ayudante se incorporó al 3º batallón de cazadores que el Mayor Juan N. de Silva organizó en el *Paso de los Conchos* en el Canal de San Gonzalo próximo á la ciudad de Pelotas. Siendo elegido para ayudante vicario de la Comandancia de la 2ª Brigada é ballezado para servir en el ejército permanente, fué el 2

de Diciembre incluido en el respectivo escalafón con el cargo de Teniente de Caballería.

Tuvo parte activa en el combate de Taunary, (3 de Mayo de 1840) en el paso de San Borja, (13 de Junio de 1841) y en el de Inhaimim junto á la Villa del Rosario en que fué herido, (22 de Junio de 1841) siendo por estos servicios promovido á capitán en el mismo 5º de cazadores el 18 de Julio de 1841. En 27 de Octubre fué nombrado Ayudante Mayor de la 2ª Brigada en cuyo empleo prestó relevantes servicios con motivo del sitio que los rebeldes pusieron en Vacacú al 9º de Cazadores en Abril de 1843.

En el mismo empleo sufrió el sitio de 10 días que en esos meses pusieron los rebeldes á la 2ª Brigada de Caballería en el Rincon de Trillo.

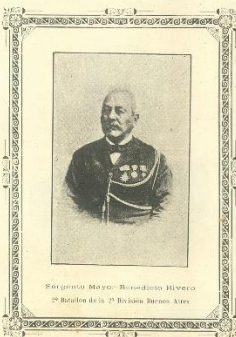
Pacificada la Provincia en 1º de Mayo de 1845, pasó al 2º Regimiento de Caballería, asumiendo el mando del 3º Escuadrón. Por los servicios entonces prestados fué agraciado con el hábito de la Orden de la Rosa y promovido á Mayor Graduado, en 27 de Agosto de 1849. Hizo la campaña del Estado Oriental contra Orbes desde el 4 de Setiembre hasta el 3 de Diciembre de 1851, en que se retiró gravemente enfermo, siendo el 17 de Junio de ese año, promovido á la efectividad de Mayor.

En 25 de Mayo de 1854, marchó á Montevideo, mandando el 3º Regimiento de Caballería de Línea, formando parte de la División del General Francisco Pinto (4.000 hombres), que á pedido del Gobierno Uruguayo fueron para garantizar el orden público y de donde regresó el 10 de Diciembre de 1855 promovido á Teniente Coronel del mismo Regimiento.

Por esos servicios obtuvo el empleo de Coronel y la encomienda de la Orden de la Rosa. La Comandancia en Jefe del ejército de observación en la frontera le designó para mandar la 1ª Brigada de la 2ª División de Caballería, dejando ese cargo en 6 de Junio de 1850, cuando fué disuelto el ejército, época en la que se retiró con su Regimiento á la guarnición de Alegrete.

La dedicación y el celo demostrado en el penoso servicio de frontera durante veinte años sin una falta, le valió ser nombrado *Caballero de la Orden de San Bento de Asia*.

Para la organización del ejército destinado á apoyar las reclamaciones diplomáticas del conde José Antonio Saraiva, cerca del Gobierno Oriental Fradencio Berro y Aguirre, legó con su Regimiento al Pirahy Grande en Julio de 1851, siendo este el primer cuerpo que ocupó el campamento. Organizó el ejército bajo el mando del General Baron de San Gabriel (2)



Regimiento Mayor - Beneditino Rivera

2º Batallón de la 2ª División Buenos Aires

(1) En aquel tiempo los oficiales de milicias eran elegidos en los Cantones mediante sufragio en el sistema de la república de los cantones. Después hasta el rango de capitán, los oficiales españoles los nombraba directamente.

(2) Juan P. Rivera fue nombrado en la ciudad de San Gabriel, en 9 de Febrero de 1852.

A abordagem dos pormenores do campo de batalha era mais uma vez realizada por Montenegro em "Campanha de Mato Grosso - toma del atrincheramiento de Bayende", com a exaltação de mais um triunfo brasileiro. Tal vitória foi apontada como um "feito brilhante" e colocada na condição

de, “senão decisiva, ao menos transcendental”, vindo a afirmar “uma vez mais a superioridade” de um “punhado de infantes, perdido nos confins do país”, o qual teria “deixado gravado no granito da história nomes que o Brasil jamais” esqueceria.

ALBUM DE LA GUERRA DEL PARAGUAY 281

Comprende el filántropo desplegaba una humanidad preciosa: salvaba la vida de un paraguayo, y al mismo tiempo tomaba precauciones para no ser asesinado por un inglés.

Aquel joven distinguido, había arrostrado los peligros, expuesto su vida, al acaso de una bala traicionera, sin ambicionar una gloria, sin esperar una recompensa, sólo para salvar la existencia a los prisioneros y prestarles el bálsamo del consuelo en su inmenso sufrimiento.

Quitóme el kapt y le dije complacido.

—Saludo al héroe ignorado!

Se sonrió y me pidió que le hiciera bajar el paraguayo maniatado, y saludó.

—¿Que le parece la precaución un paraguayo en ancas es cosa seria. Esto lo he hecho por las dudas.

No despidimos y continuó su marcha á encontrar á su hermano.

Desde aquel día sólo he visto dos veces y estoy seguro que ni sospecha que fue una de las mas hermosas figuras de esa batalla. Apoteosis de la compasión, sobre su cabeza no caerá la sangre de ese día.

Voy á continuar la batalla, interrumpida por Jorge Danis noviche: valia la pena, y volveré a la vista á a columna del general Castro y al movimiento envolvente del general Rivas.

(Continuaré)

LA RETIRADA DE LA LAGUNA

Habíamos oído hablar y citar con entusiasmo el libro de A. D'Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay sobre la célebre expedición que los paraguayos llamaron la invasión del norte y los brasileños campaña del Rio Apa, pero estábamos lejos, delemos confesarlo, de atribuirle la importancia literaria é histórica que el libro tiene realmente.

La atracción que la interesante narración del Visconde de Taunay ejerce sobre el lector es tal, que no es posible dejar el libro hasta su varío el fin, y podemos decirlo, aun que alguno nos juzgue exagerados, que despues de Jenofonte en su célebre retirada de los diez mil, nada hemos leído comparable en su género entre las irras antiguas y modernas.

El Visconde de Taunay que ha escrito varias otras obras y tiene merecida reputación de escritor y literato se ha excedido á sí mismo en su libro, que prescindiendo de la importancia histórica es un monumento literario.

El "Diario do Exército" bajo el Comando del Mariscal Conde D'Éa que era lo único que conocíamos del Sr. de Taunay, no era por cierto una obra que pudiera revelar una reputación literaria: trabajo escrito sobre el arzon hecho en marcha, y paraiente oficial, no puede impresionar su lectura.

Todo lo que sabemos del ilustre autor de la "Retirada de la Laguna" es que fue Senador del Imperio y que su recepción en el Senado fue un acontecimen-

to no solo político sino social, pues se dió el caso único en las crónicas parlamentarias del antiguo régimen de la vecina República, que las damas brasileñas arrojan flores desde su tribuna al ilustre Patriota.

El "Album de la Guerra del Paraguay" publicará próximamente algunos capítulos de la emocionante narración de la desgraciada campaña del Rio Apa; en el heroísmo y la disciplina de la columna brasileña la salvó de un exterminio completo, en que no se sabe qué admirar mas, si el sufrimiento y la resistencia de los brasileños o la tenacidad inflexible é inafugable de los paraguayos, usado como los Setitas en la invasión de Dario, ó los rusos en la persecución del gran ejército de Napoleón en este siglo, de toda la acción de su caballería para hacer desastrosa una retirada que puede servir de tipo y de ejemplo en las guerras americanas.

EL DR. BENJAMIN CANARD

Publicamos en este número el retrato de otro modesto servidor de la patria en los días en que necesitó el concurso de todos sus hijos para arrivar del territorio á orgullosos invasor.

El Dr. Canard, que era muy joven entonces y que pocos sabrán que fue de los primeros en marchar á campaña, era auxiliar, en la División del General Conesa (2º Buenos Aires). En ella ha tomado parte en los combates del principio de la guerra y cuando regresó, encontró todavía tiempo para concluir su carrera incorporándose al foro de su país.

Tiene las condecoraciones internacionales y los cordones de plata por la batalla de Tuyuti.

CAMPAÑA DE MATTO GROSSO
(HECHITO)

Temá del atrincheramiento de Hayedo
(8 de Mayo de 1867)

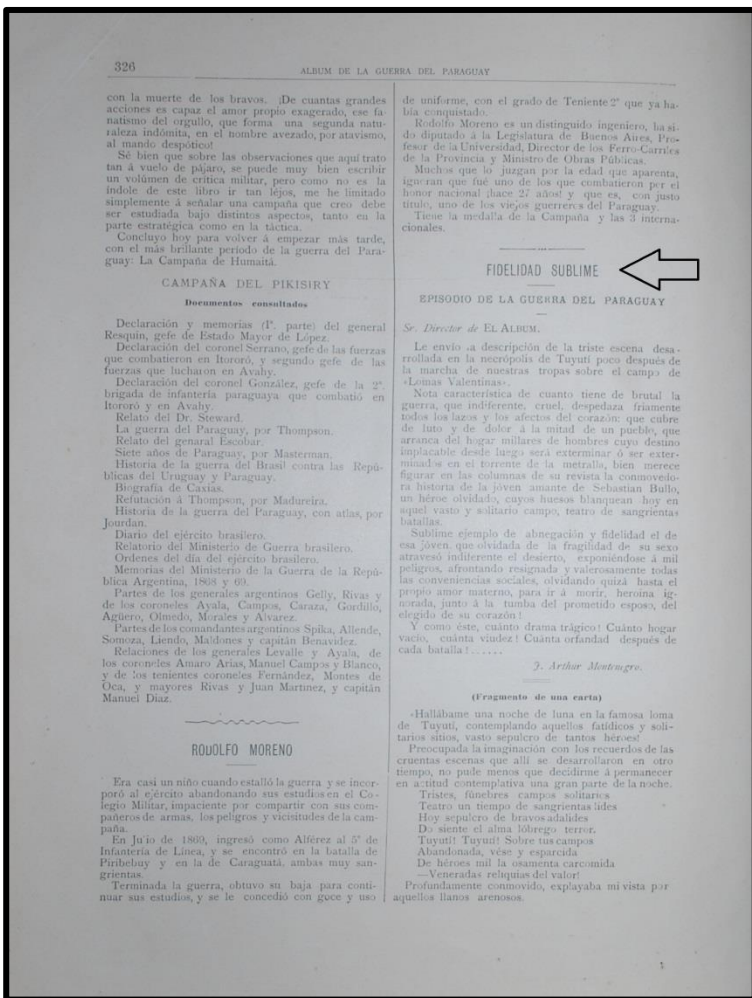
El Coronel Carlos Moraes Camisao antes de emprender la retirada del territorio paraguayo quiso demostrar á sus propios soldados que esa operación iba á ser realizada, no por temor á un enemigo á quien siempre derrotó en los encuentros, sino forzado por la mala situación en que se encontraba, operando sin caballería sobre planicies interminables, con la consiguiente falta de viveres. Así sólo se salvó obligar al enemigo á aceptar combate en cualquier terreno en que lo encontrase, atacándolo aun en sus mismos atrincheramientos, cierto de que la victoria, coronando sus esfuerzos, terminaría con un hecho brillante la delicada operación que iba á em-



Dr. Benjamin Canard

34

Uma das preferências de Arthur Montenegro, o levantamento documental, se fez presente em outra colaboração publicada por ele no *Album*, sob o título "Fidelidad sublime - episodio de la Guerra del Paraguay".



con la muerte de los bravos. De cuantas grandes acciones es capaz el amor propio exagerado, ese fanatismo del orgullo, que forma una segunda naturaleza indómita, en el nombre avezado, por atavismo, al mundo despótico.

Se bien que sobre las observaciones que aquí trato tan á vuelo de pájaro, se puede muy bien escribir un volumen de crítica militar, pero como no es la índole de este libro ir tan lejos, me he limitado simplemente á señalar una campaña que creo debe ser estudiada bajo distintos aspectos, tanto en la parte estratégica como en la táctica.

Concluyo hoy para volver á empezar más tarde, con el más brillante período de la guerra del Paraguay: La Campaña de Humaitá.

CAMPANA DEL PIKISIRY

Documentos consultados

- Declaración y memoria (1.ª parte) del general Resquin, jefe de Estado Mayor de López.
- Declaración del coronel Serrano, jefe de las fuerzas que combatieron en Itoró, y segundo jefe de las fuerzas que lucharon en Avaluay.
- Declaración del coronel González, jefe de la 2.ª brigada de infantería paraguaya que combatió en Itoró y en Avaluay.
- Relato del Dr. Steward.
- La guerra del Paraguay, por Thompson.
- Relato del general Escobar.
- Siete años de Paraguay, por Masterman.
- Historia de la guerra del Brasil contra las Repúblicas del Uruguay y Paraguay.
- Biografía de Castas.
- Refutación á Thompson, por Madureira.
- Historia de la guerra del Paraguay, con atlas, por Jordan.
- Diario del ejército brasileiro.
- Relatorio del Ministerio de Guerra brasileiro.
- Ordenes del día del ejército brasileiro.
- Memorias del Ministerio de la Guerra de la República Argentina, 1863 y 69.
- Partes de los generales argentinos Gelly, Rivas y de los coroneles Ayala, Campos, Caraza, Gordillo, Agüero, Olmedo, Morales y Alvarez.
- Partes de los comandantes argentinos Spika, Allende, Somaza, Liendo, Matosnes y capitán Benavidez.
- Relaciones de los generales Levalle y Ayala, de los coroneles Amaro Arias, Manuel Campos y Blanco, y de los tenientes coroneles Fernández, Montes de Oca, y mayores Rivas y Juan Martínez, y capitán Manuel Díaz.

RODOLFO MORENO

Era casi un niño cuando estalló la guerra y se incorporó al ejército abandonando sus estudios en el Colegio Militar, impaciente por compartir con sus compañeros de armas, los peligros y vicisitudes de la campaña.

En Julio de 1869, ingresó como Alférez al 5.º de Infantería de Línea, y se encontró en la batalla de Piriboluy y en la de Caraguatá, ambas muy sangrientas.

Terminada la guerra, obtuvo su baja para continuar sus estudios, y se le concedió con goce y uso

de uniforme, con el grado de Teniente 2.º que ya había conquistado.

Rodolfo Moreno es un distinguido ingeniero, ha sido diputado á la Legislatura de Buenos Aires, Profesor de la Universidad, Director de los Ferros-Carriles de la Provincia y Ministro de Obras Públicas.

Muchos que lo juzgan por la edad que aparenta, ignoran que fue uno de los que combatieron por el honor nacional hace 27 años y que es, con justo título, uno de los viejos guerreros del Paraguay.

Tiene la medalla de la Campaña y las 3 internacionales.

FIDELIDAD SUBLIME

EPISODIO DE LA GUERRA DEL PARAGUAY

Se. Director de EL ALBUM.

Le envío a descripción de la triste escena desarrollada en la necrópolis de Tuyuti poco después de la marcha de nuestras tropas sobre el campo de «Lomas Valentinas».

Nota característica de cuanto tiene de brutal la guerra, que indiferente, cruel, despedaza friamente todos los lazos y los afectos del corazón que cubre de luto y de dolor á la mitad de un pueblo, que arranca del hogar millares de hombres cuyo destino implacable desde luego será exterminar ó ser exterminado en el torrente de la metralla, bien merece figurar en las columnas de su revista la conmovedora historia de la joven amante de Sebastian Bullo, un héroe olvidado, cuyos huesos blanquean hoy en aquel vasto y solitario campo, teatro de sangrientas batallas.

Sublime ejemplo de abnegación y fidelidad el de esa joven que olvidada de la fragilidad de su sexo atrevió indierente el desierto, exponiéndose á mil peligros, afrontando resignada y valerosamente todas las conveniencias sociales, olvidando quizá hasta el propio amor materno, para ir á morir, heroína ignorada, junto á la tumba del prometido esposo, del elegido de su corazón!

Y como éste, cuánto drama trágico! Cuánto hogar vacío, cuánta viudez! Cuánta orfandad después de cada batalla!.....

J. Arthur Montenegro.

(Fragmento de una carta)

«Hallábame una noche de luna en la famosa loma de Tuyuti, contemplando aquellos fatídicos y solitarios sitios, vasto sepulcro de tantos héroes».

Preocupada la imaginación con los recuerdos de las cruentas escenas que allí se desarrollaron en otro tiempo, no pude menos que decidirme á permanecer en actitud contemplativa una gran parte de la noche.

Tristes, fúnebres campos solitarios

Teatro un tiempo de sangrientas lides

Hoy sepulcro de bravos adalides

De siente el alma lóbrego terror,

Tuyuti! Tuyuti! Sobre tus campos

Abandonada, véese y esparcida

De héroes mil la osamenta cromada

—Veneradas reliquias del valor!

Profundamente conmovido, explayaba mi vista por aquellos llanos arenosos.

Tratava-se do “fragmento de uma carta” referente à “comovente história da jovem amante de um herói esquecido” da Guerra do Paraguai. O caso era apontado como um “sublime exemplo de abnegação e fidelidade dessa jovem”, que, se esquecendo “da fragilidade do seu sexo atravessou indiferente o deserto, expondo-se a mil perigos”, vindo a afrontar, “resignada e valorosamente todas as convenções sociais”. A personagem em questão teria até mesmo olvidado do “amor materno, para ir morrer, heroína, ignorada, junto à tumba do prometido esposo, do eleito do seu coração”. Ao final, o historiador lamentava os males advindos da guerra, explicitando que, como aquele “drama trágico”, muitos outros teriam ocorrido, exclamando: “Quanto lugar vazio, quanta viuvez! Quanta orfandade depois de cada batalha”.

Assim os textos de José Arthur Montenegro estavam plenamente a contento com a linha de ação da Associação Guerreiros do Paraguai, expressa por meio de seu periódico *Album de la Guerra del Paraguay*. Nesse sentido, a entidade declarava que sua “missão” era a de “incorporar no corpo de nossa revista o maior número possível de nomes dos que tomaram parte na Guerra do Paraguai”, bem como “a maior soma de documentos, planos e antecedentes” que viessem a se relacionar “com aquela época histórica, exumando dos arquivos a memória de tantos heróis” que estariam “ignorados da atual geração”. O escopo fundamental seria não só garantir a “gratidão nacional”, mas também servir “para que o historiador futuro” encontrasse, antes que se perdesse “de todo a memória da fisionomia militar” dos participantes do confronto bélico. A Associação, desse modo, pretendia proporcionar uma “fonte de consulta para

fixar nas letras eternas da história, a recordação de um período épico” como fora a Guerra da Tríplice Aliança¹².

O levantamento documental e a escritura de natureza histórica empreendida por Montenegro vinha ao encontro de tal perspectiva. Sua ação como historiador esteve articulada com as inclinações historiográficas do contexto temporal e espacial no qual atuou, voltadas essencialmente à glorificação e heroicização dos homens do passado, a partir da observação da História como uma “mestra da vida”, cujas “lições” deveriam ter o significado de um ensinamento de moral e civismo do pretérito em relação às gerações vindouras. Nesse sentido, os relatos da lavra do escritor cearense/rio-grandense tendiam a exaltar as ações militares dos brasileiros, qualificados como heróis, abnegados, altruístas e altaneiros, capazes de qualquer sacrifício pela causa pátria.

De acordo com tal perspectiva, Arthur Montenegro pretendia “esclarecer minuciosamente todos os sucessos” do confronto, estando “disposto a dedicar toda” a sua vida para tanto, desde que, ao entregar o seu trabalho ao público, pudesse dizer: “eis a última palavra sobre a tremenda epopeia que dignificou minha pátria em cinco anos de luta contra a tirania”¹³. Para ele o trabalho do historiador constituía o “desempenho” de um “compromisso” assumido “perante o país”, para o qual não poderia “prescindir” do destaque aos “vultos eminentes” que

¹² ALBUM DE LA GUERRA DEL PARAGUAY. Buenos Aires: Associação Guerreiros do Paraguai, 1895, tomo 2, entrega 38, p. 209.

¹³ Citado por: BARRETO, Abeillard. *José Arthur Montenegro*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1957 (datilografado).

participaram do conflito internacional¹⁴. O escritor dizia que buscava desenvolver seus estudos a partir de “meticuloso cuidado”, pretendo publicar o resultado de suas “investigações a respeito desse obscuro e confuso período histórico que, conquanto recente”, seria “muito pouco conhecido nos quatro países que se viram envolvidos na luta provocada pelo marechal Solano Lopez”¹⁵.

O prefaciador de uma das obras de Montenegro, Raimundo de Farias Brito, escritor e filósofo cearense, definiu o *modus operandi* daquele ao “fazer história”, o qual ficou refletido inteiramente em suas colaborações para o *Album de la Guerra del Paraguay*:

Nota-se de fato entre os historiadores, o seguinte: – que uns procuram interpretar, por assim dizer, a consciência humana, para fazer com rigor dedução das leis que obedece a sucessão dos acontecimentos – são *os historiadores filósofos*; que outros pretendem como que representar em quadro os homens e as coisas, esforçando-se por arrancar do passado a lembrança dos fatos, legando-os à humanidade como um tesouro e restituindo-lhe por este modo, se não a vida, pelo menos a imortalidade da memória – *são os historiadores artistas*.

O Sr. Arthur Montenegro é desta última classe.

Abrangendo em suas investigações apenas um período da nossa história, pois todos os seus quadros giram em torno da Guerra do Paraguai, principal objeto de suas lucubrações, vê-se que o seu objetivo é não interrogar o passado da vida nacional, para fazer a dedução dos destinos

¹⁴ Citado por: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. v. 4, p. 320.

¹⁵ MONTENEGRO, José Arthur. História: refutação necessária. In: *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 31 maio 1893, a. 45, n. 12.557, p. 1.

da civilização brasileira, mas apenas arrancar do olvido a memória dos nossos heróis, apresentá-los à posteridade tais quais foram e, sobretudo, fazendo justiça aos que souberam morrer pela causa da pátria.¹⁶

¹⁶ BRITO, Raimundo de Farias. (Prefácio). In: MONTENEGRO, José Arthur. *Fragmentos históricos – homens e fatos da Guerra do Paraguai*. Rio Grande: Tipografia da Livraria Rio-Grandense, 1900. p. v e vi.

Retratistas e retratados no Arquivo Montenegro

Luiz Henrique Torres*

O Arquivo José Arthur Montenegro do acervo da Biblioteca Rio-Grandense é constituído por manuscritos, cartografia, iconografia, bibliografia, matérias publicadas em jornais e fotografias etc. Estão preservadas mais de quinhentas fotografias de militares e civis que participaram de forma direta ou indireta da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança ocorrida no período de 1864 a 1870.

Uma análise possível desta coleção fotográfica é direcionar um olhar aos fotógrafos/estúdios fotográficos que realizaram estas imagens. Desta forma pode-se fazer uma incursão aos retratistas que atuaram no Brasil da segunda metade do século XIX e que deixaram contribuições para a compreensão visual da trajetória dos participantes deste conflito.

Ressalte-se que, nos limites deste artigo, foram selecionados apenas onze fotógrafos/estúdios fotográficos de um volume muito maior. Também foram escolhidas apenas as fotografias realizadas no Brasil, ficando para outro momento fotógrafos da Argentina, Uruguai e Paraguai.

* Professor Titular. Instituto de Ciências Humanas e da Informação/FURG.

Será feita a identificação do personagem retratado e quando disponível o ano/período de realização da fotografia ou será proposta uma datação hipotética. Para o estabelecimento de uma cronologia é essencial o cruzamento da fotografia com o endereço do atelier com intuito de localização temporal. Portanto, a trajetória espaço-temporal do fotógrafo se torna ferramenta essencial para identificação de uma foto.

As três fontes principais para um esboço biográfico dos fotógrafos/estúdios foi Boris Kossoy e o seu *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro*, o site da Biblioteca Brasileira (Biblioteca Nacional), o site da Biblioteca Itaú Cultural e o livro de Miguel Antônio de Oliveira Duarte “Fotógrafos em Porto Alegre”.

Carneiro & Tavares

Joaquim Feliciano Alves Carneiro (?-1887), tem seu nome associado ao desenvolvimento da fotografia na capital do Império pois, de 1859 a 1888, integrou diversas sociedades, sempre mantendo seu estúdio carioca no mesmo endereço e anunciando regularmente no Almanaque Laemmert, publicado no Rio de Janeiro.¹⁷

Carneiro foi sócio de Smith entre 1858 e 1865 e sócio de Gaspar entre 1865-1875. Entre 1876 e 1883, Carneiro associa-se a Silva e Tavares, com quem mantém o estúdio

¹⁷ CARNEIRO & Gaspar. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21617/carneiro-gaspar>>. Acesso em: 16 de Set. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

Carneiro, Silva & Tavares, no Rio de Janeiro.¹⁸ “O estúdio *Carneiro & Tavares* surge em 1883 e perdura até 1888 localizado na Rua Gonçalves Dias n. 54 no Centro do Rio de Janeiro”.¹⁹

O retratado é Francisco José Coelho Netto que nasceu na Bahia em 1830. Ingressou na Marinha e se tornou aspirante a Guarda-Marinha em 1846. Quando começou a Guerra do Paraguai era primeiro-Tenente, passando a Capitão-Tenente em 1867 e Capitão de Fragata em 1869. Pelos serviços prestados na Guerra ele foi condecorado com a medalha Comemorativa da Rendição da Força Paraguaia e com a medalha de prata da Passagem do Tonelero. Também era cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e de cavaleiro da Ordem da Rosa. Em 1882 foi promovido a capitão de mar e guerra. Já no período republicano foi promovido, em 1893, a Vice-Almirante e nomeado Ministro da Marinha em 1894. No ano seguinte foi promovido a Almirante. Faleceu em 1911.²⁰

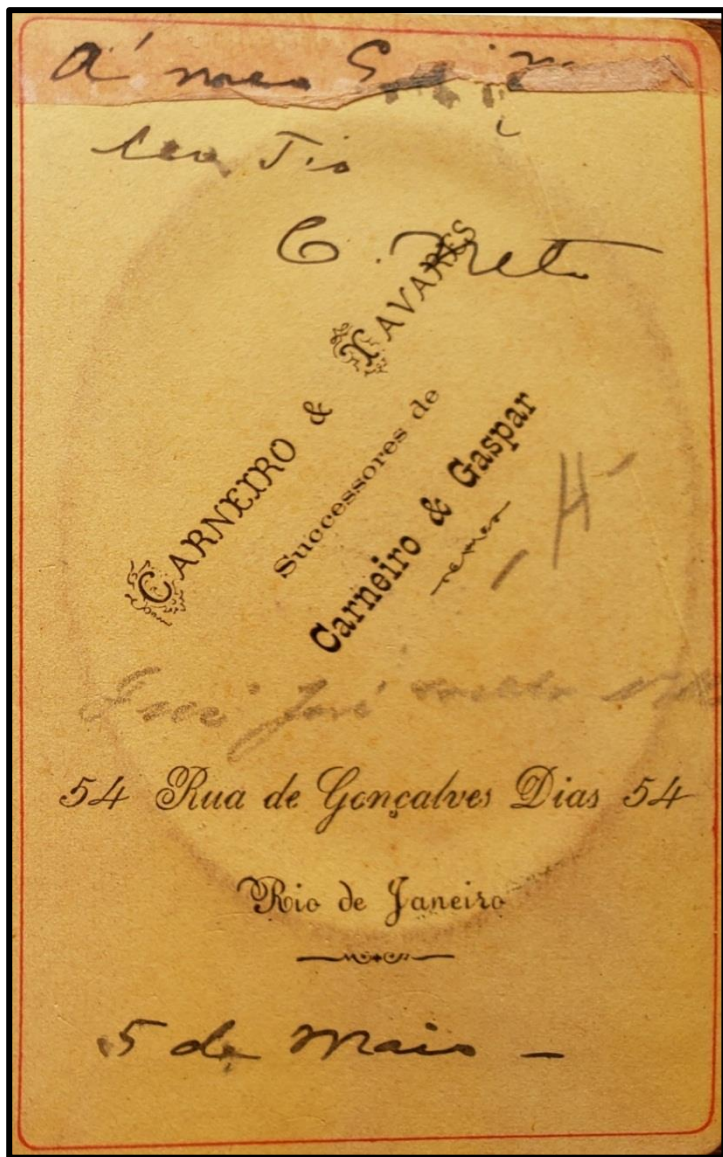
A fotografia está datada no período de 1883-1888.

¹⁸KOSSOY, Boris. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002, p. 104.

¹⁹ CARNEIRO & Gaspar. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21617/carneiro-gaspar>>. Acesso em: 16 de Set. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

²⁰ Texto de Izabel Pimentel da Silva Fontes. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO%20NETO,%20Francisco%20Jos%C3%A9.pdf> Acesso em 1 de setembro de 2020.





Alberto Henschel (1827-1882)

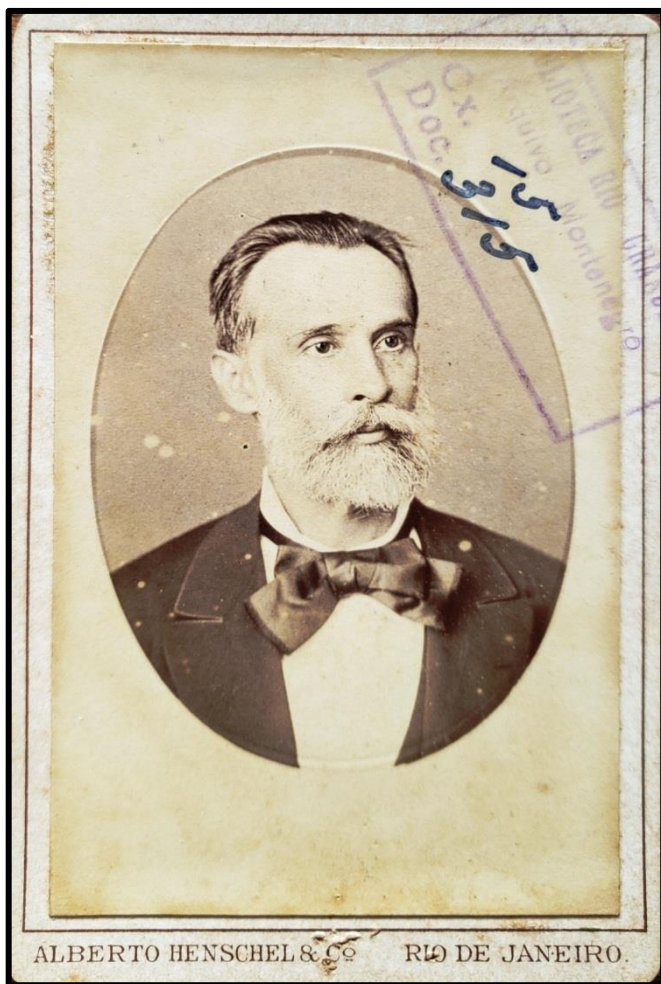
Nascido em Berlim Alberto Henschel iniciou suas atividades no Recife no ano de 1866. Kossoy²¹ destacou o alemão como sendo o pioneiro no Brasil da fotografia como empresa, pois, ele foi proprietário de quatro estabelecimentos: no Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. “Dedicou-se com talento aos retratos, às paisagens e às imagens etnográficas, tendo se destacado nos retratos de mulheres africanas e afrodescendentes. Também fotografou vários membros da família real no Brasil”.²² Em dezembro de 1870 Henschel abre a *Photographia Allemã* no Rio de Janeiro. Estava localizada na Rua do Ourives n. 40, o mesmo endereço da fotografia aqui reproduzida. O fotógrafo alemão morreu em 1882.

O retratado é Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim (Vila Boa, Goiás - 1838; Rio de Janeiro - 1916). Em 1855 ingressou na Escola Militar da Corte. Realizou cursos de Engenharia Militar e Civil sendo promovido a Primeiro-Tenente em 1861. Participou na Guerra do Paraguai na comissão de engenheiros. Teve ampla participação no planejamento de operações, construção de trincheiras e baterias, destruição da fundição de armas de Ibicuí etc. Após a Guerra teve trabalhado com obras de engenharia, foi deputado, Presidente da Província do Ceará e chegou ao posto de Coronel do Exército.²³ A fotografia foi realizada entre 1870-1882.

²¹ KOSSOY. Op. cit., p. 179.

²² O alemão Alberto Henschel (1827 - 1882), o empresário da fotografia. <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=1138>. Acesso: 10 de agosto de 2020.

²³<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JARDIM,%20Jer%C3%B4nimo%20de%20Morais.pdf>



Nº 340

Jeronymo Roiz de Moraes Jardim

Photographia **Allema**



ALBERTO HENSCHEL & Co

PHOTOGRAPHOS DA CASA IMPERIAL

RIO DE JANEIRO

40, Rua dos Ourives, 40

PERNAMBUCO:
52, Rua Barão da Victoria.

BAHIA:
Largo do Theatro.

CONSERVAO SE AS CHAPAS PARA REPRODUÇÕES

Jeronymo Roiz de Moraes Jardim

nos jardins por machil

de Moraes Jardim

Pacheco & Filho

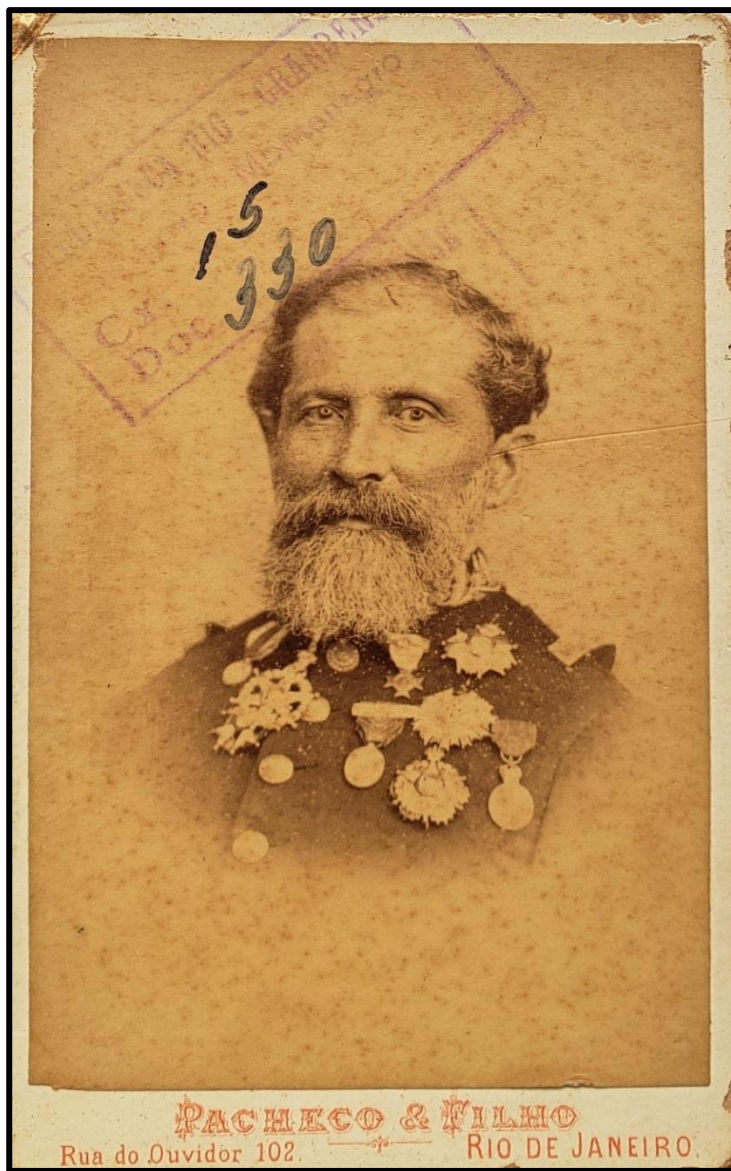
O português Joaquim Insley Pacheco (Cabeceira de Basto, 1830- Rio de Janeiro, 1912) foi um dos mais destacados fotógrafos do Rio de Janeiro e do Brasil. Atuou em Fortaleza no final da década de 1840 e viajou aos Estados Unidos (1849-1851) onde aprofundou os conhecimentos de fotografia. No retorno montou estúdio em Fortaleza, depois em Sobral e no Recife. Em 1855 já estava no Rio de Janeiro na Rua do Ouvidor n.31. Neste mesmo ano fotografou a família imperial e em 1856 obteve o título de *Fotógrafo da Casa Imperial* e se projetou junto à alta sociedade carioca. É possivelmente o introdutor do ambrotipo no Brasil (1858). Em 1866 foi condecorado pelo governo português com a Ordem de Cristo. Até o ano de 1884 Pacheco continuou sem sócios, e, a partir de 1885 até 1897, o estabelecimento passou a chamar-se *Joaquim Insley Pacheco & Filho*.²⁴

O retratado é Rufino Enéas Gonçalves Galvão (Laranjeiras, Sergipe, 1831 - Rio de Janeiro, 1909). Barão (1874) e Visconde de Maracaju (1883). Militar (chegou ao posto de Tenente-General), engenheiro e político monarquista. Foi Presidente e Comandante de Armas na Província do Amazonas (1878-1879), Presidente do Pará (1882-1884), Ministro da Guerra (1889). Durante a Guerra do Paraguai elaborou plantas das posições ocupadas em Uruguaiana, Humaitá, planta de marcha e operações do Exército brasileiro, planta do teatro de operações etc. Foi agraciado com a medalhas da rendição de Uruguaiana, mérito militar, campanha geral do Paraguai, Ordem da Rosa etc.²⁵

²⁴ KOSSOY. Op. cit. p. 250.

²⁵ BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 7, 1902, p. 170-173.

No *carte gabinet* foi escrito por Galvão “a minha querida neta e afilhada Violeta do Valle. 9 julho-89”. Ou seja, a fotografia foi realizada entre 1885 a 1889.



PACHECO & FILHO
Photographos da Casa Imperial

PREMIADOS
com
o Habito de Cavalleiro
da Real Ordem do Christo,
MENCÃO DE HONRA
na Exposição de Vienna,
e mais
14 Medallas nas Exposições
PHILADELPHIA, PORTO, BRAZIL,
Chile e Buenos Ayres.

ESPECIALIDADE DE RETRATOS
inalteraveis
pelo novo systema de platinotypia.

Rua do Ouvidor 102. RIO DE JANEIRO

A minha grande obra - 1/4 de Prata - 9 - junho - 83

Carneiro & Gaspar

Entre 1865 e 1875, os fotógrafos Joaquim Feliciano Alves Carneiro (?- 1887) e Gaspar Antonio da Silva Guimarães (?-1874) mantiveram a sociedade *Carneiro & Gaspar*, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como já abordado, Carneiro teve grande destaque no Rio de Janeiro no período de 1859 a 1888.

Já Gaspar está estabelecido em São Paulo no ateliê *Galeria Explendida* (1862 e 1865). Em 1865, com a formação da nova sociedade, a sede carioca passa a chamar-se *Carneiro & Gaspar* e, em São Paulo, *Photographia Acadêmica*. Eles fotografaram a família imperial. Gaspar morreu em 1874, e Carneiro vendeu o estúdio para o seu assistente Militão Augusto de Azevedo (1837-1905), surgindo à famosa *Photographia Americana*.²⁶

O retratado é Eusebio de Paiva Legey (ano de nascimento e morte não identificados). No tempo da fotografia era Primeiro Tenente e Ajudante de Ordens do Almirante Visconde de Inhaúma comandante em chefe da frota na Guerra do Paraguai (que contraiu uma doença desconhecida e morreu em 1869). Em junho de 1892 Legey era Capitão-de-Mar-e-Guerra e comandava a Flotilha do Rio Grande do Sul constituída das canhoneiras Marajó, Camocim e Henrique Dias, demitindo-se do comando quando ocorreu o levante castilhistas. Em 1894 constava na relação de presos políticos da Casa de Correção do Rio de


²⁶ CARNEIRO & Gaspar. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21617/carneiro-gaspar>>. Acesso em: 06 de Set. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

Janeiro com o posto de Contra-Almirante.²⁷ A dedicatória na fotografia tem a seguinte inscrição: “A meu tio o Sr. João Carlos de Paiva, oferece-lhe, como prova de respeito e amizade, seu sobrinho Eusebio de Paiva Legey. Corte, 20 de janeiro de 1870”. A fotografia deve ter sido realizada no final de 1869 ou início de janeiro de 1870.

²⁷ JESUS, Christianne Theodoro de. *Memórias da repressão política na Primeira República: relatos jornalísticos, memorialísticos e literários da repressão florianista durante a Revolta da Armada (1893-1894)*. Rio de Janeiro: FGV, Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais, 2018, p. 34.



A meu tio o Sr. João
Carlos de Paiva, offer
ce-lhe, com a prova de
respeito, a assinatura, nos
sobrinho



Emilio de Paiva Ligez

CARNEIRO & GASPAR

60, Rua de Gonçalves Dias
RIO DE JANEIRO

58, Rua da Imperatriz
S. PAULO

CASA EM PARIS
Rua de Rivoli, 79

Côte, 20 de Janeiro
de 1870

Cypriano & Silveira

Diogo Luiz Cypriano (1801-1901) atuou como fotógrafo no Rio de Janeiro desde o início da década de 1850. Desde 1854 se instala na Rua do Ourives, n. 34. Em dezembro de 1857 divulga que é um “retratista da casa imperial” e está associado a Smith. Entre 1863 e 1865 constituiu a sociedade Cypriano & Aranha. “Em 1870 já se encontra associado a Pedro Satyro de Souza da Silveira (Cypriano & Silveira)” tendo adquirido os acessórios da extinta oficina de Stahl e Wahnschaffe. Cypriano & Silveira instituem a *loteria fotográfica* e uma exposição volante dos retratos pelas ruas do centro e subúrbio do Rio de Janeiro. Aposentou-se em 1877.²⁸

Pedro Satyro de Souza da Silveira (1845-1895) era natural de Portugal e iniciou sua carreira com Diogo Luiz Cypriano em maio de 1870. Foi o sucessor deste estabelecimento desde 1877 e teve estúdios em diferentes endereços da cidade. Faleceu em 1895 e seu equipamento fotográfico foi para leilão conforme o seu Inventário que está no Arquivo Nacional.²⁹

O retratado é Filipe Firmino Rodrigues Chaves (assinou Firmino F. Rodrigues Chaves (?) na fotografia) nascido em 1838 no Rio de Janeiro. Ingressou na Marinha em 1854 e durante a Guerra do Paraguai já era Capitão-Tenente. Foi imediato na Parnahyba. Por sua atuação neste conflito foi condecorado com as medalhas da Campanha Oriental de 1865, do Paraguai e do Combate do Riachuelo. Recebeu também as comendas da Ordem do Cruzeiro, Aviz e Ordem

²⁸ KOSSOY. Op. cit., p. 117.

²⁹<https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/posts/765926686834545/> Arquivo Nacional, postado em 8 de janeiro de 2015. Acesso em 5 de agosto de 2020.

da Rosa. Em 1891 foi promovido a Contra-Almirante e em 1893 assumiu como Ministro da Marinha no contexto da Revolta da Armada. Permaneceu na ativa até 1898. Faleceu em 1902.³⁰

Esta fotografia foi assinada por Rodrigues Chaves com o ano 1870, quando teve início a sociedade entre Cypriano & Silveira.

³⁰ <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHAVES,%20Filipe%20Firmino%20Rodrigues.pdf>
Acesso em 5 de agosto de 2020.



F. Chaves

1870

CYPRIANO & SILVEIRA
SUCCESSORES
DE



D. L. CYPRIANO

Photographo da Casa Imperial

34 RUA DOS OURIVES 34

Rio de Janeiro

*Felippe Geminio
Rodrigues Chaves*

— H —

Pedro Gonsalves da Silva

Pedro Gonsalves da Silva, data de nascimento e morte ignorada, foi um fotógrafo brasileiro atuante nas décadas de 1880 e 1890. Em 1880 estava em Salvador na Rua Carlos Gomes n. 116, com o estabelecimento de *Photographia Nacional*. Na sequência se transfere para a rua Direita do Palácio n. 8, onde trabalhou até o início da década de 1890, dedicando-se a fotografia de retratos. “Seu trabalho está representado hoje nas coleções do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, Pernambuco”.³¹

O retratado é o militar Miguel Calmon du Pin Lisboa (Linhares, Espírito Santo, 1842 - ?). Capitão reformado e coronel honorário do Exército, foi condecorado com as medalhas da campanha do Paraguai, do combate naval de Riachuelo, dos vencedores em Corrientes entre outras condecorações. Cavaleiro de S. Bento de Aviz, de Cristo e da Rosa.³²

Escreveu vários artigos com suas memórias relativas à sua participação na Guerra do Paraguai as quais foram publicados na *Revista do Exército Brasileiro* (1884-1885):

“foi o primeiro veterano da Guerra do Paraguai a ceder suas memórias ao investimento simbólico promovido pelos editores da REB.

³¹ PEDRO Gonsalves da Silva. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22072/pedro-gonsalves-da-silva>>. Acesso em: 06 de Set. 2020. Verbetes da Enciclopédia.

ISBN: 978-85-7979-060-7.

³² BLAKE. Op. cit., volume 6, p. 276.

Miguel Calmon já estava reformado no momento em que suas memórias começaram a ser publicadas (março de 1884); de todos os militares envolvidos com a REB, ele era um dos mais velhos. Miguel Calmon assentou praça no Exército em 03 de novembro de 1858; foi promovido Alferes em dezembro de 1862, Tenente em janeiro de 1868 e Capitão em 1874".³³

Em 1907 foi concedido pelo presidente da República um ano de afastamento das atividades para tratar de problemas de saúde.³⁴ No verso da fotografia Montenegro escreveu que foi recebida em 1894. Data provável da obtenção da imagem 1890-1894.

³³ OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A imprensa oficial do Exército brasileiro entre a "questão militar" e a consolidação da República oligárquica: um estudo comparativo. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RJ*, 2012, p. 10.

³⁴ Decreto n.1657 de 20 de junho de 1907. Acervo: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/174649-autoriza-a-concessao-de-u-anno-de-licencia-ao-coronel-honorario-e-capitao-reformado-miguel-calmon-du-pin-lisboa.html>. Acesso: 9 de agosto de 2020.



Photographia
DE
PEDRO CONSALVES DA SILVA
PREMIADA COM
MEDALHAS DE OURO
8, Rua Direita de Palacio
BAHIA
Photographias de todas as dimensões
Conservão-se as chapas para reproducções
Resmettu-me com o doc. 89 - de 1894

Walter Sutton Bradley

O fotógrafo Walter Sutton Bradley (1837-1887) era filho de pais norte-americanos que imigraram dos Estados Unidos para Buenos Aires em 1829. “A historiografia sobre a fotografia na Argentina classifica Walter Bradley como um dos primeiros daguerreotipistas do país. Os estudos pioneiros identificaram-no como —fotoviajero norte-americano ou inglês, que teria trabalhado não só pelo interior argentino, mas também pelos países vizinhos”.³⁵ Ele teve atuação em diferentes cidades brasileiras como em Cuiabá, Desterro, Curitiba, Paranaguá, Porto Alegre, Rio Grande, Jaguarão e São Paulo. As primeiras referências no Brasil indicam a sua presença em Cuiabá em 1860 e estava no Desterro em 1872. Realizou uma fotografia da Alfândega do Rio Grande em 1871 (acervo da Biblioteca Nacional). Em 1874 instalou-se na Rua dos Andradas n. 60 em Porto Alegre e no mesmo ano na Rua Pedro II n. 147 em Rio Grande. Estava em São Paulo em 1876 e atuou por longo período na Argentina.³⁶ Porém, não era só em Cuiabá que Walter Bradley andou na década de 1860, pois jornais da cidade do Rio Grande já indicavam sua presença no final de 1863 e início de 1864 com endereço na Rua da Praia n. 60. Neste endereço surge a parceria *Bradley & Amoretti Photographos*.

³⁵ ARRUDA, Rogério Pereira de. *Cidades-Capitais Imaginadas pela Fotografia: La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 125.

³⁶ KOSSOY. Op. cit., p.88-89.

Augusto Amoretti atuou em Rio Grande entre 1861-64.³⁷ Esta informação é fundamental para buscar uma datação da fotografia a seguir.

O retratado é David José Martins (Taquari, 1796) que adotou o nome David Canabarro em 1836. Foi militar e estancieiro. Lutou na Banda Oriental, contra Artigas, na Guerra Cisplatina, na Revolução Farroupilha, contra Oribe e Rosas, contra Aguirre e nos primórdios da Guerra do Paraguai, especialmente, no cerco à Uruguaiana. Faleceu em 1867 em Santana do Livramento.

Esta fotografia é amplamente divulgada, mas, de fato o suporte divulgado é um quadro pintado por Bernardo Grasselli (1820-1883) no ano de 1865: esta é a fonte da reprodução da imagem que circula. Este quadro foi adquirido pelo Museu Júlio de Castilhos em 1906 e se tornou a imagem oficial difundida de Canabarro.³⁸ Tendo localizado esta fotografia de Canabarro no Arquivo Montenegro e tendo no verso “Bradley Photographo, Rua da Praia, 60” se levanta a hipótese de que Grasselli reproduziu David Canabarro a partir da fotografia de Bradley e não em pose presencial. O endereço é um fator fundamental para esta datação hipotética, pois, o endereço Rua da Praia só foi usado até 1865, quando a Rua é renomeada com a vinda do Imperador a Rio Grande no mês de julho. O novo nome é *Rua D. Pedro II* e não mais *Rua da Praia*. Desde o início de 1864 foi estabelecida uma sociedade entre Bradley e Amoretti e o verso dos *carte de visite* ou *carte gabinet* trouxeram estampada esta nova sociedade. E a fotografia em foco traz apenas o nome Bradley.

³⁷ DUARTE, Miguel Antônio de Oliveira. *Faça chuva ou faça sol: fotógrafos em Porto Alegre (1849-1909)*. Porto Alegre: Evangraf, 2016, p. 11 e 13.

³⁸ DUARTE. Op. Cit., p. 196.

Hipoteticamente, a fotografia pode ter sido realizada por Bradley em sua chegada a Rio Grande no final de 1863, quando ainda trabalhava de forma solitária. O avanço no tema é de que a imagem conhecida não é originalmente uma pintura e sim uma fotografia; e também obtemos uma datação aproximada da data em que Canabarro posou para a fotografia: últimos meses do ano de 1863.



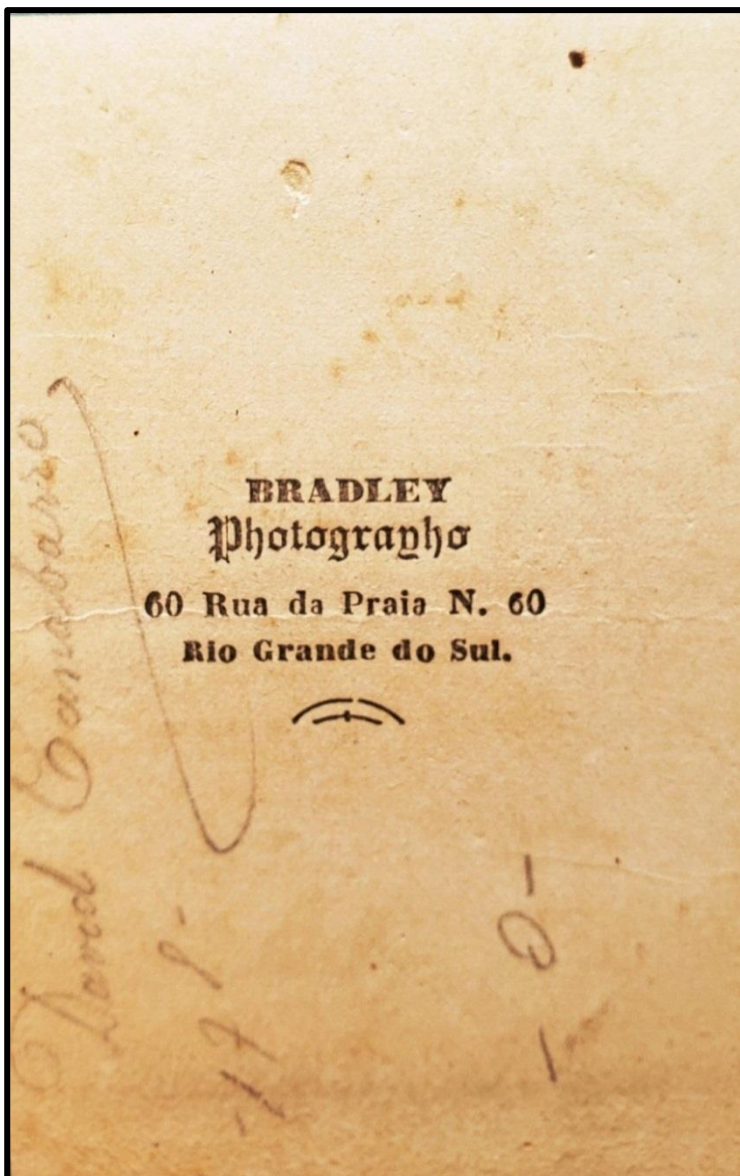
BIBLIOTECA RIO - GRANDENS

Arquivo Montenegro

Cx. 15

Doc. 425

BRADLEY PMO



L. Terragno

Luiz Terragno nasceu na Itália em 1831. Atuou em Rio Grande em 1853 e no final deste ano partiu para Porto Alegre onde manteve uma breve sociedade com o pintor Bernardo Graselli que chegara a pouco tempo de Pelotas para residir na capital. Mudou várias vezes de endereço. Seu primeiro estabelecimento (em 1853) foi na Rua do Rosário n. 60 esquina com a Rua da Alegria (atual Vigário José Inácio com General Vitorino); o segundo (em 1854) foi na Rua Bragança n. 208 (atual Marechal Floriano); o terceiro (?) a Rua da Ponte n. 182 (atual Riachuelo); o quarto (em 1860) novamente na Rua do Rosário n. 60 esquina com a Rua da Alegria; o quinto (em 1868) na Rua Riachuelo n. 237; o sexto (1870) foi uma filial na Rua dos Andradas n. 413. Posteriormente, ocupa endereços na Praça Conde D'Eu n. 58 (atual Praça Quinze de Novembro) e na Praça da Alfândega n. 255 (atual Praça Senador Florêncio).³⁹

Em abril de 1860 Terragno busca clientela em Rio Grande, atendendo na Rua Zallony n. 31. Em jornal, fez a divulgação de “retratos instantâneos do ambrotipo”, trabalhos sobre “papel, oleado e mica”, realizava “vistas estereoscópicas” e esclarecia que brevemente regressaria para a capital, após, uma breve passagem por Pelotas em maio.⁴⁰ Entre 1865 a 1867 realizou vários retratos de personagens que participaram da Guerra do Paraguai, inclusive D. Pedro II com fardamento militar. Terragno participou de várias exposições em nível nacional e internacional. Em 1875 abriu filial no Desterro e continuou atuante em Porto Alegre, inclusive fazendo sociedade com

³⁹ DUARTE. Op. Cit. p. 345.

⁴⁰ KOSSOY. Op. cit., p. 307. Informações obtidas no jornal *O Commercial*, Rio Grande, 4 de abril de 1860.

um filho em 1888. Trabalhou basicamente até a sua morte ocorrida em setembro de 1891.

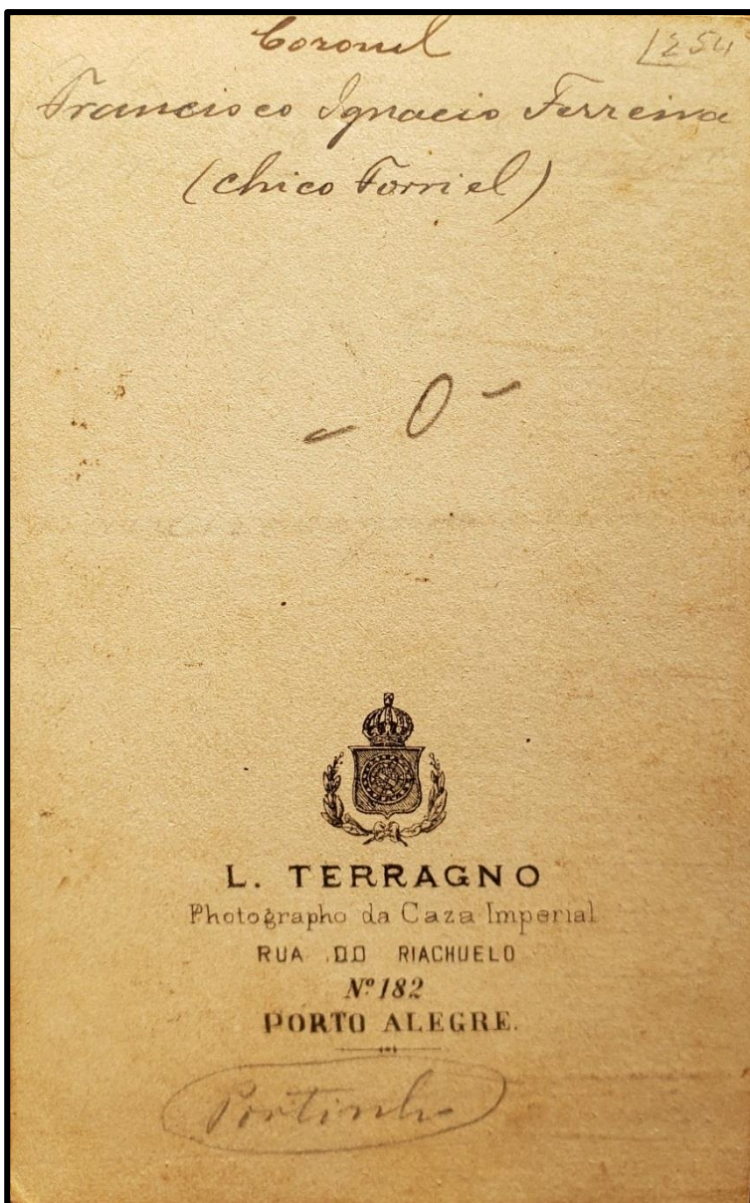
Coronel Francisco Ignacio Ferreira (Chico Furiel). Nasceu em Castro, Paraná em 1801. Foi presidente da primeira junta paroquial de Lagoa Vermelha e chefe da Guarda Nacional desta localidade. Era proprietário da Fazenda Santa Isabel do Pontão (Clemente Argolo, Lagoa Vermelha).⁴¹ Foi condecorado por sua atuação na Guerra do Paraguai. Faleceu de tuberculose em Lagoa Vermelha em 1878.⁴²

No verso da fotografia consta “L. Terragno Photographo da Casa Imperial, Rua do Riachuelo n. 182 Porto Alegre”. Este endereço era ocupado pelo fotógrafo no período posterior a 1854 quando se muda para a Rua Bragança (e permanece até data ignorada) e o ano de 1860 quando retorna para a Rua do Rosário. Datação hipotética da fotografia de Francisco Ignacio Ferreira: 1855-1860.

⁴¹ ZATTI, Carlos. *Campeiros do Paraná Tradicional* (Comarca de Curitiba). 3. Ed, Curitiba: Clube de Autores, 2011.

⁴² BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Nova História de Lagoa Vermelha*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014, p. 56.





John King

John Alfred King nasceu em Birmingham, Condado de Warwick, Inglaterra, em 1844. Tinha outros três irmãos entre eles o fotógrafo Thomas Richard King (nascido em 1838). Casou, em segundas núpcias, em Rio Grande no ano de 1867. Na cidade seu atelier ficava na Rua Marechal Floriano n. 153. Por curto período, em 1874, também se instalou em Porto Alegre. Em Rio Grande foi atuante na Maçonaria local. Naturalizou-se cidadão brasileiro em 1881. Em 1885 recebeu de D. Pedro II o título de “Fotógrafo de Suas Altezas Imperiais”. Foi premiado na Exposição Brasileiro-Alemã de 1881 e na Exposição Municipal da cidade do Rio Grande em 1888. Foi fotógrafo em Rio Grande por mais de quarenta anos. Faleceu em Pelotas em 1923.⁴³

O retratado é o General João Nunes da Silva Tavares ou Joca Tavares (Herval, 1818 - Bagé, 1906). Combateu do lado imperial na Revolução Farroupilha, na Guerra contra Aguirre no Uruguai (1864) e na Guerra do Paraguai, conflito em que organizou um corpo de voluntários no esforço para retomada de Uruguaiana sob controle dos paraguaios. Já como comandante de Brigada integrou as tropas comandadas pelo General Osório. Fez parte em vários combates e ações militares, recebendo condecorações, e, se caracterizando por estar na vanguarda durante os combates. Foi ele que descobriu o paradeiro de Solano Lopes, informação que levou a morte do ditador e ao desfecho deste sangrento conflito. Com o fim da Guerra foi promovido a Brigadeiro honorário do Exército e recebeu o título de Barão de Itaqui. Foi nomeado comandante da Guarda Nacional em Bagé e com a Proclamação da República, declarou-se republicano renunciando ao título de Barão. A cisão entre os

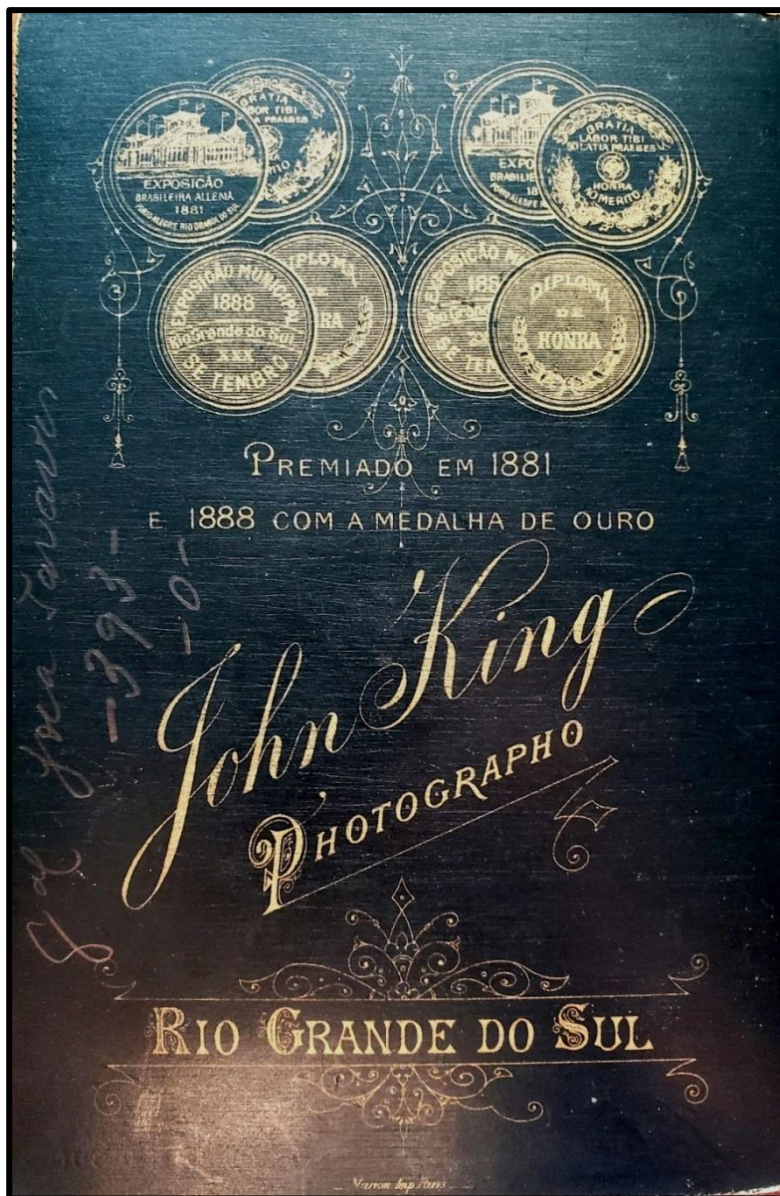
⁴³ DUARTE. Op. Cit., p. 229-236.

republicanos eclodiu em 1892 com a proclamação de Júlio de Castilhos como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul sendo a mesma proclamação feita por Joca Tavares em Bagé. Ligado ao Partido Federalista, Joca Tavares será um dos personagens fundamentais para o início da Revolução Federalista (1893-1895). Faleceu em 1906.⁴⁴

Esta *carte cabinet* realizada por John King remete ao período posterior a 1888. No verso estão estampadas medalhas recebidas nas exposições em Porto Alegre e Rio Grande e os dizeres “premiado em 1881 e 1888 com a medalha de ouro - John King Photographo Rio Grande do Sul”. Datação hipotética entre 1889-1893.

⁴⁴ <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TAVARES,%20Joca.pdf>. Acesso: 18-08-2020.





João Ferreira Villella

A data de nascimento e morte de João Ferreira Villella é ignorada. Ele atuou como fotógrafo e pintor no Recife entre 1855 e 1870. Seu estúdio estava localizado na Rua do Cabugá n. 18. Em 1870 abandona a fotografia e passa a se dedicar

“...unicamente à produção de tintas de escrever indelévels e produtos farmacêuticos, que chegam a ser premiados em exposições industriais em Viena e no Rio de Janeiro, em 1873. Seu interesse pelas pesquisas químicas faz dele um dos mais versáteis fotógrafos brasileiros do século passado, trabalhando concomitantemente com diferentes processos fotográficos, apresentados em formatos diversificados sobre suportes variados. Assegura sua sobrevivência como retratista, mas é um esmerado paisagista, que fotografa a cidade do Recife e outras localidades pernambucanas, além de ter registrado a visita de Dom Pedro II à cidade em 1859. É também pintor, dedicando-se à foto-pintura; tendo sido agraciado com o título de Photographo da Casa Imperial, a 18 de setembro de 1860”.⁴⁵

O retratado em trajes militares é Timoleão Duarte de Albuquerque Maranhão, 1840 - 1905⁴⁶. Ele atuou na Guerra

⁴⁵ JOÃO Ferreira Villella. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21634/joao-ferreira-villella>>. Acesso em: 07 de Set. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

⁴⁶

https://www.myheritage.com.br/names/timole%C3%A3o_maranh%C3%A3o.

no cargo de Capitão.⁴⁷ Em 1875 estava cursando o primeiro ano de Direito na Faculdade do Recife. Finalizou o Curso de Direito em data ignorada, pois, atuava como Promotor Público da Comarca do Rio Formoso em 1881.⁴⁸ Estava exercendo a advocacia na Cidade do Recife em 1901.⁴⁹

Hipoteticamente, a fotografia foi realizada após o retorno do conflito, pois, ostenta duas medalhas. Ou seja, datação hipotética: 1870. Este é o ano que Vilella deixa de atuar como fotógrafo.

⁴⁷ *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: 1881-1882, vol. 9, T. II, p. 1538.

⁴⁸ *Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Franklin Americo de Menezes Doria passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. José Antonio de Souza Lima em sete de abril de 1871*. Pernambuco: Typ. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, p. 5.

⁴⁹ *Almanak Laemmert*: administrativo, mercantil e industrial. Rio de Janeiro: 1901, p. 1175.





José Christiano de Freitas Henriques Júnior & Bernardo José Pacheco

No ano de 1832, nasceu na Ilha das Flores (Açores) José Christiano de Freitas Henriques Júnior. Desembarcou no Brasil em 1855 e atuou com destaque como fotógrafo e empresário em ramos diversificados. Seu primeiro registro como fotógrafo é de Maceió em 1862 e no mesmo ano passa a atuar no Rio de Janeiro. “Na década de 1860, quando a fotografia se popularizou no país e passou a ser comercializada em ateliês, Christiano dedicou-se aos retratos de estúdio e tornou-se famoso por seus registros de *tipos negros*, tendo realizado imagens exclusivamente de escravizados, vendidas, em geral, no formato de *cartes de visite*”.⁵⁰ Além do Brasil, produziu retratos de tipos locais na Argentina, além de fotografias médicas.

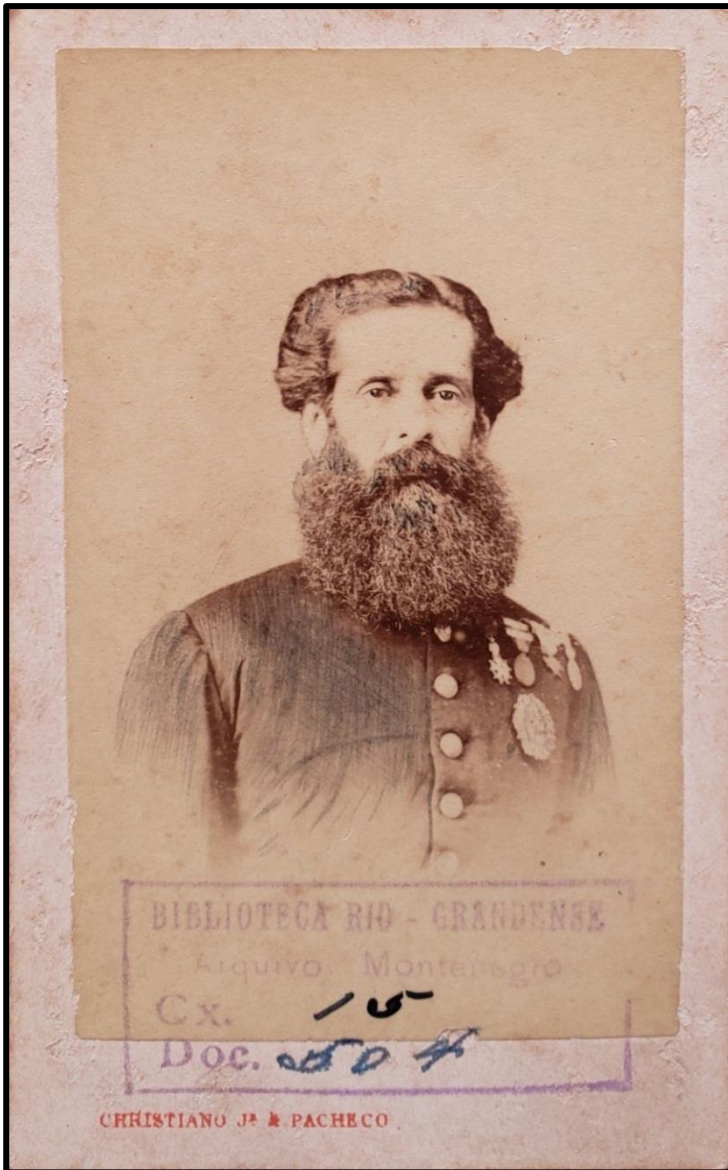
Em 1864 era um dos proprietários da *Photographia do Commercio*, tendo por sócio Fernando Antônio de Miranda. Em 1865, sendo único proprietário, atuou na rua da Quitanda, n.45. “A partir do dia 1º de dezembro de 1866, seu amigo Bernardo José Pacheco tornou-se seu sócio em seu estabelecimento fotográfico, que passaria a funcionar com a razão *Christiano Junior & Pacheco*”, cujo último anúncio foi publicado em 1875.⁵¹ No ano de 1867 está com ateliê em Mercedes (Uruguai) e no mesmo ano abre outro ateliê fotográfico em Buenos Aires. Seu último ateliê na Argentina

⁵⁰ O fotógrafo açoriano Christiano Junior (1832 - 1902) e sua importante atuação no Brasil e na Argentina Andrea C. T. Wanderley, 21-09-2018. <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=christiano-junior-pacheco>. Acesso: 01-08-2020.

⁵¹ WANDERLEY, Andrea. O fotógrafo açoriano....

foi em Corrientes, em 1883. Faleceu em 19 de novembro de 1902 em Assunção, Paraguai.

O retratado é Manoel Maria Camisão. Sem informação de nascimento e morte. A fotografia feita no Rio de Janeiro pode retratar o retorno do oficial da Guerra. Ele pousou com cinco medalhas o que pode representar condecorações durante o conflito. Na Bahia, na atual cidade de Ipirá, há referências a Manoel Maria Camisão como fundador, no século XVII, do primeiro povoado neste local. Datação hipotética da fotografia: 1870. A doação da fotografia foi realizada pelo General de Brigada Catão Augusto dos Santos Roxo (da arma de Engenharia e que morou em Porto Alegre).



Nº 657

Margal Maria Camisão

-0-

CHRISTIANO J^a & PACHECO

PHOTOGRAPHOS

45. Rua da Quitanda 45.

RIO DE JANEIRO

Gal. Catão Roxo.

Considerações

Este breve arrolamento contextualizado e comentado buscou contribuir para a divulgação da fotografia oitocentista no Brasil. O contexto é a Guerra do Paraguai e foram selecionados onze combatentes que participaram do conflito. Constatou-se que a maioria destes homens teve projeção na vida política e profissional no período posterior a 1870. Seis eram militares de carreira e cinco eram civis que lutaram na Guerra. Destacaram-se, seja no meio civil ou no militar, e, como era comum na época, ocorreu de militares ocupando altos cargos na administração imperial ou provincial. Constituem, em estratos diferenciados, setores da elite imperial e que, em sua maioria, tiveram participação política na transição da monarquia para a república.

Além do alto oficialato da Marinha e do Exército, alguns civis se destacaram como deputados, presidentes de província e cargos empresariais. No Arquivo Montenegro, constituído por centenas de fotografias, se constata que a maioria dos retratados fazem parte dos oficiais que participaram do conflito e não dos subalternos ou dos soldados convocados ou dos voluntários da pátria. O círculo de contatos de Montenegro pode ser o fator explicativo ou a maioria dos combatentes que foram fotografados tinham uma condição financeira que possibilitava esta aquisição e a sua preservação. Estes segmentos já tinham noção de vínculo social através da imagem fotográfica e queriam perpetuar sua imagem antes dos combates ou evidenciar suas medalhas no peito no retorno da guerra?

Foi possível, com base nos estudos de especialistas na identificação de fotógrafos e estúdios deste período, comprovar a relevância da imagem fotográfica enquanto registro histórico da trajetória pública, política e social,

destes personagens. O objetivo foi realizar um arrolamento preliminar de identificação de retratista e retratados e não uma análise imagética dos componentes das imagens. A fotografia é um documento repleto de narrativas do passado a serem desveladas pela interpretação. Afinal, esta imagem permite investigar as técnicas fotográficas, os suportes, as composições de objetos nos estúdios fotográficos, os modismos de vestuário de respectivo período, as diversidades culturais e expressões faciais, a busca de modelos preconcebidos para as poses, a valorização do status social do retratado, a padronização do comportamento do fotografado com os valores civilizatórios europeus, a trajetória espacial, técnica e social dos retratistas e de seus estúdios e ateliês. Especialmente, é possível avançar na pesquisa da atuação de fotógrafos em cidades do interior do Brasil e que se tornaram renomados nas capitais. Porém, as experiências iniciais destes profissionais quase sempre são ignoradas devido à ausência de pesquisas.

Uma discussão que surgiu nesta primeira incursão a estas fotografias foi referente ao retratado David Canabarro e a reprodução de sua imagem feita pelo pintor Grasselli a partir da fotografia realizada na cidade do Rio Grande pelo fotógrafo Walter Bradley. Surgiu um tema instigante para a investigação: Canabarro esteve em Rio Grande no período de permanência do fotógrafo? Se não esteve, como explicar a fotografia em que o quadro reproduz as mesmas posições e expressões faciais. Quem copiou quem?

Um avanço obtido, além da identificação dos personagens, foi o de propor datações aproximadas para as fotografias que no Arquivo Montenegro, em sua maioria, não tem registro de datas. Em muitos casos, o cruzamento com a trajetória do fotógrafo foi fundamental para estabelecer uma cronologia hipotética.

O recurso visual não é um complemento a uma construção textual. Ele pode ser o objeto central da investigação, pois, está repleto de representações constituídas por imagens e discursos. É um passaporte para a reflexão, o lançamento de hipóteses e o desvelamento de fragmentos do passado.

A Guerra do Paraguai na crônica sul-rio-grandense de fins do século XIX: os “Alertas” de Ângelo Dourado

Marcelo França de Oliveira*

A apropriação da narrativa sobre guerras do passado e sua utilização como recurso de legitimar posições ideológicas e político-partidárias é um fenômeno recorrente através dos tempos. Os ideais da Revolução Francesa serviram de inspiração para outros movimentos revolucionários ao redor do mundo em diferentes períodos históricos, assim como, em nível regional, a Revolução Farroupilha é disputada por diferentes grupos como uma

* Marcelo França de Oliveira é Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Também é bacharel em História (2008), Especialista em História do Rio Grande do Sul (2010) e Mestre em História (2014), todos pela FURG. Foi professor substituto no Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG, atuando nos cursos de História, Arquivologia e Biblioteconomia, e professor na Universidade Aberta do Brasil. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas e editor na Editora Casalettras, de Porto Alegre, tendo editado mais de 250 obras. Possui mais de 20 livros publicados entre autoria, coautoria e organização.

espécie de “herança”. No Rio Grande do Sul do século XIX, ocorreu um fenômeno similar pelas mãos do médico e escritor baiano Ângelo Dourado, utilizando como inspiração, em seu caso, a Guerra do Paraguai, nas páginas do jornal *Eco do Sul*.

Ângelo Cardoso Dourado Pereira, ou Dr. Ângelo Dourado, como costumava assinar, nasceu na Bahia em 1855 na cidade de Jacobina. Frequentou a faculdade de medicina em Salvador por onde graduou-se médico em 1880. Quando estudante, empregava seu tempo de férias “viajando pelos sertões em todas as direções”, levado a isso “pelo desejo de descrevê-lo nos seus habitantes e costumes”.⁵² Exerceu a profissão por um tempo na capital baiana, ocupando o cargo de Médico Ajudante da Saúde do Porto de 26 de novembro de 1886 a 24 de março de 1887, quando foi exonerado a seu pedido. Em 10 de julho do mesmo ano, partia de Salvador rumo ao Rio Grande do Sul, local onde iria se tornar célebre por suas atuações médicas, mas principalmente por sua ativa participação na vida política e literária, especialmente a partir do estabelecimento da república no Brasil.

Sua obra-prima, o livro “Voluntários do Martírio - fatos e episódios da guerra civil”, publicado em 1896 pela Livraria Americana de Pelotas (RS), narra as experiências pessoais do autor em sua participação como coronel médico da coluna de Gumercindo Saraiva, um dos chefes dos revoltosos durante a Revolução Federalista (1893-95), guerra que opôs os federalistas (ou maragatos), um misto de forças

⁵² A informação foi dada pelo próprio Dourado em carta para Euclides da Cunha, em 1903, reproduzida a partir de OLIVEIRA, Marcelo França de. O cronista Maragato: literatura e história nas crônicas de Ângelo Dourado publicadas no *Eco do Sul* (1896-1902). Tese - Doutorado em Letras. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande, 2018.

oriundas de antigos liberais, alguns conservadores, monarquistas, e mesmo republicanos históricos expurgados do regime imposto por Júlio de Castilhos, o presidente do estado, que se posicionava no polo oposto (também chamados de pica-paus). O espírito aventureiro e o observador atento, narrados pelo próprio Dourado, eram demonstrados nesse livro do médico que abandonou casa, esposa e filhos para lutar pelo que acreditava, em uma jornada de quase três anos em deslocamentos que incluiu Uruguai, Argentina, e os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O livro é utilizado ainda hoje pela historiografia da guerra como um dos seus principais relatos⁵³, mas não foi o único trabalho escrito do autor. Sua inclinação para as letras era uma característica marcante de sua atuação, seja escrevendo livros e folhetos de natureza científica⁵⁴, ficcional⁵⁵, e, principalmente, como um ativo cronista através da imprensa, tanto no Rio Grande do Sul como além. A faceta do cronista é que vamos explorar neste brevíssimo estudo, em especial os primeiros registros no diário rio-grandino.

Como cronista (sem contar as cartas ou artigos isolados) escreveu regularmente para *A Reforma* de Porto Alegre, *União Cívica*, de Bagé e *Diário de Jaguarão*, além de *El Dever Cívico*, jornal de Melo, no Uruguai, *A Federação* e *Diário do Comércio*, do Paraná, *Cidade do Rio*, no Rio de Janeiro, *O Canabarro*, de Sant'Ana do Livramento, *Diário Popular*, de São Paulo, *Opinião Pública* e *Correio Mercantil* de Pelotas, *Tribuna*, *Corimbo* (jornal literário) e, principalmente, no *Eco do Sul*, do Rio Grande, a mais longeva e numerosa coleção de

⁵³ Oliveira, Marcelo França de. *A memória e a história: Ângelo Dourado e a historiografia da Revolução Federalista*. Porto Alegre: Editora Mundo Acadêmico, 2020, pp. 70-79.

⁵⁴ OLIVEIRA, 2020, pp. 39-42.

⁵⁵ OLIVEIRA, 2018, pp. 47-49.

escritos publicados em um único jornal por Ângelo Dourado, contando com 130 crônicas, entre 1896 a 1902.

Dentre estas, destaca-se um conjunto intitulado “Alertas”, constituído de 46 crônicas, publicadas entre 11 de janeiro e 21 de março de 1899. O assunto predominante, - ou alicerce narrativo - da primeira parte da série foi a Guerra do Paraguai, utilizado como espécie de artifício do cronista para traçar um paralelo entre o conflito sul-americano e o momento político em que estava inserido. Como seu objetivo, enquanto ativista político e escritor, era tornar públicas as críticas ao castilhismo-borgismo, explorar as semelhanças entre o passado e o seu presente servia também como um “alerta” (conforme o título) de que as experiências daquela guerra, inclusive seu desfecho, deveria servir de exemplo para o povo sul-rio-grandense sobre a situação do estado, do Brasil, e do que poderia ainda advir em caso da manutenção do grupo político que estava no poder.

A Guerra do Paraguai, cabe lembrar, influenciou os rumos do império brasileiro nos aspectos econômico, social e político, colaborando para o colapso do regime em 1889. Temos, a partir dela, um cenário de formação do Exército, em seu sentido de maior organização e profissionalização, bem como de seu fortalecimento institucional e, como uma das consequências, surge aquilo que podemos chamar de uma tomada de “consciência de classe” da entidade (CASTRO, 2002, pos. 255-260). No plano regional, especificamente no Rio Grande do Sul, significou o enfraquecimento da forma de organização miliciana tradicional, formada pelas guerrilhas que tradicionalmente foram vitoriosas nas campanhas de intervenção e guerras no espaço platino, baseada nas estratégias táticas de ataques rápidos e cooptação política, tirando vantagem inclusive das divisões intestinas dos caudilhos da região argentina e uruguaia (KÜHN, 2011, p. 100-102). A propaganda vigente

no Brasil em relação à Guerra do Paraguai tratava Solano López como um “tirano” ou um “arremedo de Napoleão”, e esse discurso foi dominante na descrição e apropriação daquele evento. Outro ponto a ser destacado na formação de um tipo de caracterização construída no maniqueísmo do conflito, é a criação simbólica a partir dos chamados “voluntários da pátria”, que engrossaram as fileiras do exército brasileiro como sendo aqueles abnegados e heroicos patriotas na luta pela liberdade e contra a tirania personificada em López. Ecos desse discurso, tanto de ligação do líder inimigo a termos como “ditador” e “tirano”, quando dos brasileiros como “abnegados” e “heróis” da pátria, sobreviveram aos tempos da guerra e foram apropriados pela escrita de Dourado, tentando ilustrar a análise de sua contemporaneidade com os exemplos, para eles muito similares, entre aquele passado e o seu presente.

Na primeira crônica sobre a temática, uma das suas mais destacadas marcas de autoria, o exemplo histórico “pedagógico” (uma licença nossa ao anacronismo do termo, mas que se aplica bem aos intentos do cronista maragato), serve de introdução ao tema a ser explorado, nesse caso, a antiguidade clássica: vem da Grécia o primeiro exemplo de como se comportava uma sociedade que serviu de inspiração para toda a sociedade ocidental ao longo de séculos.

As leis de Sólon condenavam à morte a todo grego que nas guerras civis se conservavam neutros ou indiferentes. Esta condenação, que à primeira vista parece um ato de crueldade, perde esse caráter desde o momento em que se compreenda que as guerras civis são sempre a resultante da opressão, da espoliação da fortuna pública, da confiscação dos direitos dos indivíduos, mais irrita, ainda, quando a esses indivíduos se dá o espetaculoso título de cidadão (ECO DO SUL, 11/01/1899, p.1).

Pretendendo o texto ser introdutório à temática que viria a ser abordada nas crônicas subsequentes, Dourado evoca aos brios de um povo que se mantinha neutro em momentos político-sociais considerados críticos, como aqueles em que escrevia. Mesmo muito provavelmente sabendo que o leitor do *Eco do Sul* era, potencialmente, simpatizante dos ideais professados pelo diário rio-grandino, para o escritor, a pura identificação com esses valores não era suficiente para agir em direção à mudança pretendida. Mais do que simpatizar, ou pior, manter-se neutro ou em inércia, era necessário ao leitor engajar-se nos assuntos da jovem república, enfrentando de maneira mais ativa a situação que se apresentava, representada pelo castilhismo-borgismo (Borges de Medeiros já presidia o Rio Grande do Sul desde 25 de janeiro de 1898, mas sofria influência incontestada de Castilhos, ainda líder do Partido Republicano Rio-grandense e sendo a autoridade máxima, de fato, no estado).

As guerras civis que encontram uma parte da população “indiferente” ou “neutra” se prolongam e se eternizam até aniquilar o todo; ao passo que cada qual tomando a parte que lhe compete, elas podem ser medonhas, mas são rápidas, são uma ferida aguda que rapidamente se cicatrizara.

[...]

A luta de Cromwell, a Revolução Francesa, a Comuna de Paris, o socialismo altivo e triunfante, o niilismo heroico, o anarquismo cego e desapiedado, são provas e exemplos dos resultados concludentes quando os homens se arvoram em governo é apenas ser enérgico; é apenas saber corromper; e apenas buscar dinheiro para ter adeptos

[...]

Nas modernas democracias, piores que as autocracias, os homens apenas olham o seu quatriênio ou lustro de governo. Fazem pela vida, plantam ódios, firmam partidos pela força, e conservam o ânimo público em uma tensão enorme, disfarçada sob a capa da resignação pelos fatos consumados. Julgam-se impunes, porque esquecem de que um braço, uma vontade, um amor sincero da pátria pode fazer mais num momento do que uma revolta, sem união de vistas, em anos (ECO DO SUL, 11/01/1899, p.1).

O médico baiano cita “provas e exemplos” tomados em episódios (Oliver Cromwell e sua tentativa republicana oligárquica na Inglaterra, a Revolução Francesa e desdobramentos, a Comuna de Paris) e doutrinas (socialismo, niilismo e anarquismo) equiparando-os como similares e demonstrativos do que acontece quando “os homens se arvoram em governo”. Não por acaso, todos com bases “republicanas” de acesso ao poder. Adiante, chama à atenção o fato de que os políticos estariam mais preocupados, “nas modernas democracias”, com a sustentação de seus “quatriênios ou lustros” de governo, do que com os interesses do seu povo. Apesar de não deixar isso explícito, parece-nos que o cronista vê como essas características como um vício tipicamente republicano, uma vez que, em regimes monárquicos, o governante vitalício não estaria preocupado em períodos curtos de tempo e nem por, logicamente, a necessidade de referendar de tempos em tempos sua recondução ao cargo.

Na segunda crônica, publicada já no dia seguinte, dá continuidade à introdução do tema, destacando algo recorrente em seus escritos: a equiparação do seu ofício de médico com a situação política do Brasil, sendo este o doente, e a revolução, sua única possibilidade de cura. Chama a atenção para um “defeito seu”, ou antes uma característica, perceptível na série de crônicas anteriores e

que aqui tomava novamente forma: as grandes introduções, as demoradas análises, e a prescrição de “remédios” para os episódios e contextos que analisava, decorrentes, segundo o cronista, de sua atividade profissional, que seria indissociável do comentador nas páginas do *Eco* (mas em perfeita sintonia com o “médico social” de sua época). Alerta o escritor:

[...] Será uma exposição longa, fastidiosa, sem atrativos. É um defeito meu – defeito de médico que habituou-se a ouvir a narrativa de longas enfermidades, a ver as chagas mais asquerosas, sem repugnância. O Brasil é hoje um enfermo nestas condições; os homens honestos serão seu médico; eu não serei mais do que o expositor de seus males. Portanto serei lido, e lido com atenção e sem repugnância, tão somente pelos homens honestos do meu país.

[...]

Triste da nação cujo exército ou armada não é composto de homens tirados do seio do povo, e, portanto, sentindo as mesmas dores nas desgraças, e as mesmas alegrias nos dias propícios que alegam ao povo, ou o oprimem. Felizmente, sim, porque a nação que não tem um exército de homens amantes da pátria a que defende, é uma nação que caminha para o seu aniquilamento (ECO DO SUL, 12/01/1899, p. 1).

Nos trechos selecionados, além da comparação citada, que lhe possibilita atuar em ambas as frentes, uma vez que prescreve, por assim dizer, receitas para a “cura” do “doente” enquanto seu ofício assim o qualifica, mas os “médicos” que irão tratar o país serão os “homens honestos”, e ele, apenas um “expositor de seus males”, ou seja, um conselheiro. Isso demonstra também o desejo de que novos personagens, talvez mesmo novos protagonistas,

venham a se juntar à causa. Igualmente, retoma outra característica observada nas crônicas anteriores, o cortejar às forças armadas brasileiras, agora não apenas o Exército, mas também a Armada, vinculando-as ao povo cujos interesses e sofrimentos seriam os mesmos.

Na crônica do dia 14 de janeiro, afirma textualmente que “o político é o médico social”, mas estabelece uma diferença em relação a outro profissional da mesma área: “o homem que se arroja, e julga-se com capacidade para governar um país, é o higienista social. Ao médico, competia “estudar a moléstia, o seu caráter, sua natureza e coisas” enquanto ao higienista caberia “afastar todas as coisas morbígenas, e tudo que pode, mesmo por uma intercorrência, agravar a natureza das moléstias endêmicas, e, por isso, torná-las epidêmicas”. Por isso, prossegue o cronista, “um fato desconhecido, uma moléstia importada, uma calamidade produzindo o flagelo” não poderiam ser levadas à custa do higienista; mas, “conhecida a natureza da moléstia e suas causas”, se este “não procura desviá-las, esquecer-se das condições que produziram é desídia criminosa; provocar-lhe é crime de lesa humanidade, ou seja, o governante que se omite de afastar os perigos sociais que incorreriam em flagelos ao povo, seria um criminoso não apenas em seu país, mas aos olhos de toda a humanidade. Assim, a figura do narrador assume o papel mais exato de observador, diagnosticador e conselheiro, mas não o de executor, que não lhe cabia por não ser governante, estes os verdadeiros destinatários das cobranças.

É também nessa crônica que a Guerra do Paraguai aparece pela primeira vez de forma explícita, e os contornos do juízo de valor e da abordagem pretendida já se mostram mais visíveis. Em seu discurso, acusa López de planos de natureza imperialista na região que, se atingisse o objetivo,

seria o “colosso do Cruzeiro”, ou seja, um gigante do hemisfério sul:

López sonhou um dia no Paraguai reunir sob a coroa que já sonhava, desde que viu os faustos de Napoleão III, todos os estados que pertenceram à Espanha na América do Sul. Era o sonho grandioso de Bolívar; mas sonho onde o bem dos povos desaparecia para deixar em relevo somente a sua pessoa, o seu interesse, sua ambição, seu orgulho e a escravização de milhões de homens. Para isso, porém, era preciso aproveitar-se do descuido em que se achava o Brasil, e abatê-lo. Era o único obstáculo para a criação do império espanhol americano para a dinastia López, o colosso do Cruzeiro.

Desfeitos nos cálculos, ele mostrou os dentes de chacal. Seus melhores amigos, seus parentes eram condenados ao chicote e ao cepo de Uruguaiana, por simples suspeitas; e nesse suplício, mulheres e velhos, vergastados pela soldadesca deviam denunciar cúmplices a quem ele queria que fossem denunciados para mandar matar – suas próprias irmãs, sua mãe sofreram o aviltamento. Os homens que se opunham moralmente a isto “eram seus inimigos” e sujeitos às mesmas penas. Era depois de seus almoços opíparos, de suas libações, quando todos já morriam de fome, que ele mais delações exigia, e mais vítimas entregava aos algozes.

López, não podendo fugir, morreu como valente; mas os que, em outros povos, têm, não seus planos gigantescos, mas apenas o desejo de verem o luto no povo que o sustenta, vivem confortavelmente nos seus palácios, enquanto o povo se esfrega na miséria e nas apreensões sobre esse nebuloso amanhã que já se anuncia.

Sim! Quem tem um exemplo, e não se aproveita dele para afastar os males, ao contrário, provoca-os, tem a alma de López, sem ter a sua coragem de marchar para o combate à frente de suas hostes. Recordemos os fatos que se têm dado no Brasil e veremos que só um propósito firme de alterar essa aparente

tranquilidade poderia provocar os que se estão dando (ECO DO SUL, 14/01/1899, p. 1) [grifo nosso].

Este trecho é sintomático e ilustrativo de seus diversos propósitos, ao caracterizar o líder paraguaio como alguém obstinado pelo poder e pela conquista, que transforma até mesmo seus próximos em inimigos, caso julgue qualquer tipo de oposição ou resistência, ou ao menos “por simples suspeitas”. Além disso, estabelece a primeira relação direta com a sua situação do presente, fazendo alusão aos seus congêneres que não dispunham de planos de igual dimensão (a conquista territorial, neste caso), mas “o desejo de verem o luto no povo que o sustenta”, não teriam a mesma coragem de López, que “morreu como valente” ao não poder fugir, mas ao contrário, aqueles prefeririam refugiar-se em seus “palácios”. No trecho destacado, a ambiguidade de destinatários é percebida, mas a intenção é a mesma: a história serve de lição tanto para o povo que deveria aprender com o passado (e em especial aqui, os eventos da Guerra do Paraguai), mas também os governantes que, tendo atitudes semelhantes às de López (a “alma de López”, como configurada), ao mesmo tempo desqualificados por ter seu pior, ou seja, a sanha tirânica, sem o seu melhor, ou seja, a coragem de “marchar para o combate à frente de suas hostes”. Esta distinção entre lideranças que estavam no *front* e as que estavam encasteladas em seus palácios tem seu paralelo nos próprios eventos da Revolução Federalista, na qual os líderes das oposições estavam, em sua maioria, no campo de batalha (os irmãos Tavares, Joca e João Nunes; os irmãos Saraiva, Gumercindo e Aparício; e o general Salgado, além, é claro, do próprio Ângelo Dourado), enquanto os líderes castilhistas faziam a guerra de seus gabinetes.

O excerto a seguir trata das visões acerca do conflito sul-americano, sobre o qual Dourado justapõe as diferentes abordagens usuais na época, em denúncia à posição dos castilhistas (os quais, apesar de não serem acusados explicitamente, em uma leitura atenta percebe-se o destino do discurso ao serem citados logo abaixo), que assim a caracterizava como “desnecessária” por terem práticas semelhantes e pontos de aproximação:

Para muitos que, na advocacia de causas que lhes promete lucros enormes, e que só pelo prisma do interesse veem os objetos, e por isso não importam que as coisas mais dignas da pátria sejam transformadas em crime, a guerra com o Paraguai foi um ato desnecessário, foi um capricho, foi uma vingança pessoal por ter López querido casar-se com a filha de D. Pedro.

Mesmo depois do que se viu, do que se soube, a respeito daquele moderno Calígula, o espírito de oposição levava a ponto de ter-se desejos de um tirano por senhor, que seria o plantador da tirania eterna na América do Sul até a extinção das raças que a povoam.

Não nos admira isto, porque hoje ainda há quem deseje o Sr. Castilhos para seguir a política do Marechal; ou antes, rever López no Brasil. Para a seita positivista, que aconselha o assassinato ou o justifica, essa guerra foi um crime, e por isso devia-se entregar ao Paraguai os troféus ganhos aos paraguaios. López sonhava com uma coroa, chegou a pedir os moldes dessa joia na Europa, que foi depois encontrado nas alfândegas de Buenos Aires (ECO DO SUL, 20/01/1899, p. 1).

Ao acusar o inimigo de querer “entregar ao Paraguai os troféus ganhos”, o autor advogava a teoria de que, não só os positivistas alinhados ao castilhismo consideravam a guerra um ato equivocado, como de que estes seriam antipatriotas, entreguistas, uma vez que defendiam aquela

entrega, e isto não parecia possível ou sequer admissível para Dourado, que apelou durante a maioria das suas crônicas justamente aos brios patrióticos de defesa da soberania e da afirmação brasileiras. A partir desta abordagem, os castilhistas seriam duplamente traidores de seu povo: pelas práticas adotadas internamente em seus governos e, também, externamente nas posições em relação à Guerra do Paraguai.

Na crônica do dia 24 de janeiro, talvez para lembrar o leitor de quem é o verdadeiro alvo de seus escritos, e contra quem quer alertar, faz nova associação de López com Castilhos:

Não fora a providência que colocou à frente desses homens que não temiam a morte, a López, *o protótipo da ambição, da vaidade, da injustiça, que matava os seus generais, no receio de que se distinguindo-lhe roubariam as glórias e talvez o poder*, e depois dizimava o exército por não lhe ter dado a vitória por toda a parte, quem poderia vencer na América aquele exército paraguaio, se triunfante tivesse a sua frente um homem de gênio, um homem justo, um homem que não sacrificasse a vida e a tranquilidade dos outros pelo seu interesse pessoal? O que seria do Brasil, apesar da bravura tantas vezes provada de seus filhos se aquele homem não fosse um monstro e quisesse para dar nome ao seu povo fazer abater a hegemonia brasileira, e que tinha generais e soldados como Dias, para quem o perigo e as dificuldades não existiam! Se não fosse a Providência, *que desviou a mente do Sr. Júlio de Castilhos para só pensar na sua pessoa e grandeza futura*, e por isso apesar de ter sob o seu comando imediato o general Galvão, o exército brasileiro e às suas ordens o tesouro nacional, o que seria daquele punhado de lutadores, restos das falanges de Gumerindo Saraiva, onde escrevi o meu diploma de cidadão brasileiro, cercados por toda a parte, a revoltear como a presa que procura uma saída, onde se acha encerrada?

O que seria de nós se o Sr. Júlio de Castilhos não meditasse desde então negar tudo ao exército, colocando por toda a parte os oficiais do exército às ordens dos seus generais, para no fim poder dizer que só os seus patriotas lutaram como há pouco se declarou no Congresso? Que seria de nós se os corpos do exército fossem os encarregados exclusivamente de nos perseguir ou nos impor as marchas? (ECO DO SUL, 24/01/1899, p. 1) [grifo nosso].

As características de egoísmo e sistemática perseguição do ditador paraguaio àqueles que eventualmente lhe fariam sombra, disputando glória e prestígio ou mesmo, de maneira incipiente, pudessem “roubar o poder” ou o protagonismo de que dispunha, são fortes indícios de associação à Castilhos, ao qual também era acusado de práticas semelhantes na condução da política no Rio Grande do Sul e que, igualmente, não admitia qualquer ascensão de personalismos além de seu próprio como líder do seu estado. Além disso, o trecho também é sintomático quanto à tentativa de dissociação do Exército (instituição) aos atos do castilhismo, tendo aquele sido “usado” aos caprichos de alguns generais a serviço do ditador sulino.

Ao final, evoca a figura da “divina providência” como argumento de esperança cristã para a redenção futura da pátria, a mesma que já havia operado no passado por ocasião da guerra com o país guarani, haveria de uma vez mais salvar os destinos da nação brasileira. Outro aspecto a se destacar é o retorno do narrador presente, personagem da própria crônica quando destaca características pessoais, agora com uma lírica mais explícita:

É preciso crer-se na Providência, e quem crê sabe esperar. No desânimo mesmo há uma dúvida, a dúvida é um sinal de esperança. Esperemos.

E eu espero que se me perdoe esta divagação nunca inútil nos tristes dias por que passa o infeliz Brasil. Doravante não divagarei mais. Serei como Ovídio que prometia ao pai não fazer mais versos, em verso.

Promitto pater, nunquam componere versus.

Assim, a divagar, prometo aos meus pacientes leitores, e ao *Eco*, não mais divagar (*ECO DO SUL*, 24/01/1899, p. 1) [grifo nosso].

A citação em latim, atribuída ao poeta romano Ovídio, além de revelar outra vez sua erudição clássica, também é um exercício do autor em fazer ironia consigo mesmo, ao prometer não divagar mais, sabendo que não conseguirá cumprir a promessa, dado o seu estilo. A ilustração, seguida da repetição da promessa, o paradoxo estabelecido em “a divagar, prometo aos meus pacientes leitores e ao *Eco*, não mais divagar” também traz contornos de humor que, após tratar temas mais densos e personagens mais cruéis, leva à conclusão uma mensagem mais leve em consonância com o espírito de esperança que prega.

[...] A guerra do Paraguai, dizia Agassiz, não tem caráter egoísta; e o povo brasileiro deve ser considerado o “Estandarte da civilização na América do Sul”. “Nesta luta, dizia o sábio estrangeiro, o Brasil merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é a organização tirânica, semiclerical e semi-militar, que tomando o título de República desonra o belo nome que usurpa”.

[...]

Entretanto o Brasil império ia, com sacrifício, libertar o Paraguai, no Rio Grande, estabelece-se o positivismo como lei e religião, não em mãos puras como delirou Comte, mas em mãos manchadas em todos os crimes, e o Brasil vem em auxílio da tirania, sacrifica o erário público, arrasta a nação à desonra, à miséria; busca desmoralizar o exército, o fator da república sujeitando-se ao generalato

do Dr. Júlio de Castilhos (ECHO DO SUL, 25/01/1899, p. 1).

A ironia da situação, ilustrativamente abordada pelo autor, é que o “povo brasileiro”, responsável por “atacar a organização tirânica” personificada em López, e que teria libertado o povo paraguaio desse ditador, é o mesmo que teria aceitado a imposição de iguais pendoros representada pelo positivismo de Comte liderado por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, de iguais matizes tirânicas segundo Dourado, às custas do erário público que patrocinava tais atrocidades e manchava a república e o próprio exército, em mais uma tentativa de dissociação da entidade aos planos e ações do castilhismo.

As lições que o país deveria tirar da Guerra do Paraguai e que seriam aplicáveis à situação política do Brasil daquele fim de século, aparecem de forma sistemática em seus escritos, voltando o autor sempre que possível à associação dos equívocos do passado e fazendo jus ao teor de “alerta” que intitulara cada crônica. Assim, argumentava Dourado que:

[...] A guerra com o Paraguai, [...] trouxe para o Brasil a maior lição que é possível ter os povos de boa fé que se adormecem na imprevidência, confiante no patriotismo, número, e bravura; mas esquecidos de que num momento o inimigo astuto, pode marchar para manietar-lhe os braços enquanto publicamente lhe dão as maiores provas de afeto, de apreço e fraternidade.

[...]

O Brasil vingaria a afronta, porque então o Brasil era uma nação e não um bando de feitorias onde cada feitor só busca num castilhismo sem alma o aniquilamento do brio e da riqueza pública para dominar, releve-se as exceções; mas quanto nos custaria organizar essa desforra se o inimigo se apoderava do nosso centro motor?

A história narra esse fato em referência a nós, e está cheia de fatos similares; mas o governo da república brasileira, ou seus governos, só pensam em vencer as dificuldades de seu mandato, embora para isso sacrifique o futuro da pátria, e o povo bestializado aplaude hoje o que amanhã nos há de fazer chorar lágrimas de sangue por não termos tido coragem de no momento em que se nos preparam esse futuro de desgraças de que os fatos atuais são premissas, visando a pátria; e esquecidos dos males momentâneos, para nos opormos como uma única vontade a esse mundo de desgraças que homens sem coração derramaram e derramam no caminho por onde hão de trilhar seus próprios filhos. A guerra com o Paraguai ensinou ao Brasil a não adormecer na confiança do valor de seus filhos, e na pequenez relativa de seus vizinhos. Por pequeno que seja um povo, seu orgulho, a ambição o engrandece (ECHO DO SUL, 26/01/1989, p. 1).

De maneira implícita, evoca ao Brasil que lutou contra o inimigo, a tirania paraguaia, ou antes, de seu líder, a fazer o mesmo em suas próprias terras, com outro inimigo mas que seria tão - ou mais - nefasto quanto, o castilhismo tirânico do Rio Grande do Sul, por isso os vários “ensinamentos” e “lições” destacados no trecho, sempre de forma a enfatizar e “alertar” os leitores das situações semelhantes entre o passado da Guerra do Paraguai, e o presente da Revolução Federalista que ainda ecoava naqueles tempos de divisões políticas, tempos, aliás, que eram tratados como desanimadores pelo autor, como podemos perceber no trecho destacado a seguir:

[...] Entretanto, que hoje... Não falemos de hoje. Este hoje do Brasil é a inundação do lodo, onde só as hidras medram, onde só as minhocas proliferam. Não há dia em que não se leia notícia de um roubo no correio, nas alfândegas, nas estradas de ferro, nas tesourarias, fala-se

disso apenas para Gaudio da reportagem, e depois tudo volta ao silêncio com o mesmo indiferentismo.

[...]

Quando a injustiça da lei é sementrância de refúgio, a providência torna-se vingadora. Os criminosos serão punidos, e o Brasil voltará a ser Brasil, depois de justicar aos que o arrastaram à desonra e à ruína. É questão de tempo, e talvez bem curto (ECHO DO SUL, 28/01/1899).

Ao indicar sua contrariedade em falar do seu presente, na verdade enfatiza ainda mais suas críticas à situação, com destaques às notícias de corrupção que povoariam a imprensa, mas que encontravam uma massa leitora indiferente, também em outro tópico já abordado em sua primeira crônica, sobre o povo omissos e alheios aos destinos da sua vida social e política. Entre desencanto e esperança, era na esperança da “providência” (talvez com certa ajuda de suas crônicas) que pretendia acordar o povo “bestializado” para, finalmente, tomar as rédeas de seu próprio destino e engajando-se na revolução pretendida, alterar aquele atual estado de coisas e desalojar o castilhismo-borgismo do poder. Mas, ao contrário do que parecia sugerir seus escritos anteriores, a “providência” não parecia ser a espera da intervenção divina miraculosa, mas inspirando novos “voluntários da pátria”, transformando a adesão à causa federalista como um chamado divino.

A nova revolução, então, seria uma continuação natural daquela já levantada pelos próprios federalistas e lembrada na série de crônicas. Dourado evoca a memória dos “voluntários do martírio”, ligando o termo à Literatura, uma vez que era de conhecimento público a sua mais famosa obra até então:

Os representantes da grande maioria do povo riograndense, os *Voluntários do Martírio*; esse punhado de

maragatos, depuseram as armas, aceitando a paz que o governo da União lhes propunha, não por medo, não por cansaço.

Homens que do Rio Grande chegaram até a fronteira de São Paulo, e de lá voltaram, e depois de escaparem da morte como presa de caça, que se escapa dos gozos da matilha, voltaram ao campo da luta, como voltamos, não conheceu o receio de morrer este batalhão, apenas o dever de lutar.

Apenas o passado não foi aproveitado como lição. Já havíamos, para fugir da guerra civil, deposto armas, nas mãos de um batalhão do exército nacional, esse batalhão e seu chefe obedeceram a ordem do Sr. Júlio de Castilhos de lutar contra os que se tinham confiado neles (ECO DO SUL, 05/02/1899) [grifo nosso].

Destaque-se que, na argumentação do autor, “um punhado de maragatos” representava “a grande maioria do povo rio-grandense” (assim como o exército brasileiro que lutara na Guerra do Paraguai representaria a maioria do povo brasileiro), ou seja, uns poucos abnegados lutando pelo bem maior de seus povos. Aqui, a utilização do termo “voluntários do martírio”, serve tanto como designação dos combatentes da Revolução Federalista, quanto também uma propaganda (in)voluntária da famosa obra, uma vez que o autor costumava mesmo inserir referências literárias ora explícitas, ora sutis em seus escritos. O termo também faz alusão aos “voluntários da pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai. Trata-se de mais do que uma associação, mas de uma apropriação simbólica do ideário deste conflito equiparando-a à mensagem federalista, como sendo iguais e indissociáveis em objetivos e pretensa heroicidade. Dourado utiliza deste discurso para comparar os inimigos políticos e identificá-los com os propósitos, estratégias e ações do líder paraguaio, e assim usa e abusa, ao longo de suas crônicas, da evocação à memória da guerra como explanação e

fundamento discursivo de seus próprios intentos enquanto escritor engajado com os rumos políticos de seu tempo.

A crônica do dia 9 de fevereiro traz de volta o narrador presente, abandonando de vez as referências a Guerra do Paraguai, e centrando-se mais no presente com vistas ao futuro, aproximando-se mais da relação título-conteúdo das crônicas. O passado ainda se faz notar, mas ganha contornos mais memorialísticos, mais pessoais, em uma alteração de estilo sequencial ainda não percebida nos escritos anteriores. Nesse sentido, abre o texto afirmando que havia revelado o propósito de manter-se no plano traçado, o de alertar o povo “quando da perspectiva de desgraças que vai surgindo na penumbra dos horizontes desta infeliz pátria” mas que o estilo, “tão prolixo e cheio de circunflexões” torna-se enfadonho “para os que em tudo só querem o resultado”, ou seja, quem não compreende que a os motivos que levariam a extensão das crônicas, seria similar a quem o cronista invariavelmente critica, os “donos da república” que também só vislumbram o resultado. Poderia ser uma crítica aos leitores com quem supostamente, teve contato ao perguntar a opinião sobre aquilo que escrevia, ou uma resposta antecipada, uma defesa prévia. Justificava novamente o estilo como sendo decorrência de “profissão que exerce”:

Médico, junto ao doente, eu procuro a causa da enfermidade que o prostrou, embora busque a compreensão do aforismo hipocrático aplicável ao caso, diversa da que geralmente se aceita; embora feche os olhos às páginas da ciência moderna quando suas conclusões me parecem falsas, pela obscuridade das premissas, e pela insuficiência dos meios indagadores; e busco na escala da razão encontrar a causa da enfermidade, e muitas vezes encontro, em objetos tão nulos, tão ridículos, que é até desolador para o orgulho

humano, ver como a organização mais bela se abate, como a forma mais sedutora se afeia, muitas vezes pela ingestão de um fruto podre que produz disenteria; ou pela falta de um banho higiênico, que dá lugar à inoculação da lepra.

Homem, cidadão, em uma pátria de servos e assalariados, e indiferentes, eu busco a causa do mal que parece arrastá-la à morte inevitável, e é nessa busca que, junto a cada sintoma, como causa imediata, atual, irritante, ou como fonte de infecção, surge diante de mim, constante, indefensável, a figura sinistra, fermentadora, persistente de um homem – do Sr. Júlio de Castilhos.

[...]

Em relação ao Brasil, sua pessoa traz-me a ideia do atum africano, uma filaria constritora que enrosca-se num dedo, num membro, e sem que se possa ver o relevo do corpo vai cortando os tecidos até que depois aquela parte se separa do todo, ou como o vibrião que perfura o lenho de árvore rija e majestosa, até chegar-lhe ao cerne, para em pouco fazer-lhe perder as folhas e os galhos; para poder ser abatida aos golpes de machado do lenhador que a vai vender para aquecer as caldeiras dos trens que produzem a fortuna dos poucos sócios da comandita que as possui (ECO DO SUL, 9/02/1899, p. 1).

A análise demorada, então, é defendida como sendo uma característica muito pessoal, que não aceita respostas prontas mesmo que à luz da “ciência moderna” conquanto represente conclusões falsas. Mais do que o médico atento aos detalhes e que analisa em cada pormenor o enfermo ora visitado, é o “homem, cidadão” Ângelo Dourado que esmiúça causas e elabora hipóteses com o fim de curar o doente. Para os males metafóricos ou reais, invariavelmente encontra como causa Júlio de Castilhos, comparado a seres, parasitas, que minam e destroem seus hospedeiros devagar e internamente. Apesar disso, afirma que não possui “ódio ao senhor Castilhos; nunca o vimos, e hoje não o desejamos

ver”, complementando que os insultos que recebeu, ou as ameaças de morte (explicitando um autor para a ameaça que motivou o libelo que antecedeu aos “alertas”) não seriam motivos para odiá-lo, ou seja, motivações pessoais, apesar de existirem de sobra, não seriam motivo e toda a oposição se daria no âmbito puramente político-ideológico.

Na edição seguinte, prossegue essa linha de pensamento, ainda sob a tônica do narrador presente, mesclando informações pessoais e atribui responsabilidade total ao chefe castilhista:

Os insultos, tudo com que se procurou difamar pelos mercenários, o sofrimento material, os sofrimentos morais, o exílio, o refúgio nas brenhas que por ele nos impuseram, a laceração de noss’alma vendo morrer um filhinho nessas brenhas, por falta de medicamentos, o ver nascer uma filha numa tapera, e ver a esposa e filhos ali sujeitos a todos os sustos, desde a chegada de um transeunte que poderia ser um assassino, como se nos havia avisado, até as cobras que coleavam nos aposentos como animais domésticos, de tudo isso nos esquecemos quando em relação à nossa vingança podemos, pelo dito de um por defesa de outro, compreender que como homem particular é o Sr. Júlio de Castilhos o ente mais desgraçado a que alumia o sol rio-grandense
[...]

Só uma alma sem alma poderá desejar mais vingança de quem tanto o fez sofrer, em presença de punição como esta que a Providência impõe a quem se julga acima dos homens e de Deus, porque dispõe da vida e paz de um povo como de uma tropa para charqueada. (ECO DO SUL, 10/02/1899, p. 1).

À toda a sorte de sofrimentos aos quais foi exposto (material, moral, o exílio), acrescenta informações de cunho biográfico, como o filho pequeno que morreria “por falta de

medicamentos”, e da filha que nascera “em uma tapera”, além do testemunho das situações que eles, autor e família, foram submetidos por responsabilidade direta ou indireta de Castilhos, segundo denunciava, como o susto frente a possível chegada de “um transeunte que poderia ser um assassino”, ou a “cobras” que passeavam pelos cômodos dos alojamentos improvisados que habitavam, obrigando-os a permanecer em estado de vigília constante. Conclui que, a despeito de tudo isso, não nutre ódio pelo chefe legalista, “o ente mais desgraçado a que alumia o sol rio-grandense”, mas ao utilizar o paradoxo “só uma alma sem alma” denotando alguém “desalmado” (um anti ou não-cristão, talvez) poderia desejar “mais vingança de quem tanto o fez sofrer. Não sente ódio de Castilhos, mas deseja vingança.

As duas próximas crônicas assumem uma característica epistolar, com destinatário específico: o leitor. Dirige-se textualmente ao “homem” que lê, e cita as qualidades pelas quais imagina a quem se dirige:

Tu, o homem que me lê, meu amigo, ou meu inimigo, se és dos que, satisfeitos no presente, não pensa no futuro, não vês esse acúmulo de nimbos negros que se amontoam nos horizontes da pátria e que, num momento desprenderão as catadupas que arrastem ao abismo que há nove anos a chama com os cantos das sereias?

Tu tens família?

Tu tens uma velha mãe que te conta, nos longos serões, para suavizar-te o afã diurno, as histórias de teus antepassados, e as tuas mesmas na infância; histórias dessas lutas gloriosas para conquista de uma pátria, para defender a honra, lutas em que essa pátria crescia, se altanava, progredia apesar do sangue que regava o solo, e dos ossos que lá ficavam, de seus filhos, a branquejarem nos campos de batalha, na terra do povo que a veio insultar?

Tens esposa, que a preparar-te o alimento para redar-te as forças perdidas no trabalho, e o leito para o repouso,

depois de lamentar que já não é possível viver na abastança modesta pelo preço dos gêneros, sobretudo quem só vive do trabalho, mas suaviza-te a tristeza por veres que tudo isso é devido a ter se distribuído a fortuna do povo por alguns ladrões, em nome da república, contando-te os brinquedos e os primeiros ditos de teu filhinho que apenas começa a dar os primeiros passos?

Tens filhas, para quem olhas com esse olhar de pai por onde a alma se coa para formar essa zona de doces sonhos do futuro, onde as vês felizes, honestas, dignas; fazendo reviver tua mãe; fazendo eternizar os carinhos que há mister?

Tens filhos, sobre os quais tu, com orgulho, depositasses todas as esperanças da pátria; todo o brilho que os bons patriotas, não os da pança, não os moços por serem visionários, não os velhos que exploram a visibilidade dos moços, mas o patriotismo de quem amando a família não pode compreender que possa haver felicidade onde não existe pátria digna, para quem tem honra e dignidade, e ver nesses filhos, nesse amanhã sublime e tão tardio, o renascimento dessa pátria abatida hoje? (ECO DO SUL, 11/02/1897, p. 1) [grifo nosso].

A comunicação estabelecida, elencando a série de perguntas dirigidas ao leitor, classificado pelo cronista como um chefe de família, propõe um elo e uma identificação do autor com o público, tratado pela primeira vez como um indivíduo real, tangível, com existência definida. Deixa explícito com quem deseja falar, a quem quer tocar a alma, despertar sentimentos e provocar o brio, enfim, alertar dos perigos que em breve poderão se abater a ele também, “pai de família”, e não apenas as desgraças que se abateram ao médico baiano por ser ele “revolucionário”. O perigo, a tragédia, em breve reclamará a todos e urge a tomada de consciência.

Como forma de reforço da mensagem, estende a ligação em uma pretensa capacidade de saber o que se passa ao homem que lê o seu escrito, pois julga que a ambos ocorrem os mesmos sentimentos quando se trata de evocação à família:

Eu sei o que tu sentirias; eu sei que só em pensar se isso acontecesse, ao leres essas linhas, apesar de julgares-me um visionário, teus olhos, marejam lágrimas, como os meus ao escrevê-las, porque tu és homem, tu tens alma, tu tens amor a família, e apenas disso esqueces por *política*. Pois bem, leitor — tudo isto que escrevi, pode-se dar em um momento, quando um povo se avilta a ponto de outros povos virem apoderar-se de suas terras; tudo isso vai se dar no Brasil talvez em menos de um lustro se continuarem, como vão dirigindo os nossos destinos, os mesmos homens que roubaram a nossa fortuna, que nos encheram de dívidas e enquanto aguardam no estrangeiro nosso ouro, lançam impostos até sobre o pão que comemos, ou para sustentar no presente os partidários de que precisam ou para pagarem a dívida que, nos roubando, nos obrigaram a contrair (ECO DO SUL, 11/02/1897, p. 1).

O médico, o cidadão, o homem, capaz de “cuspir na face de potentados”, encarar agressores armados enfrentando o perigo da morte iminente, mas que também já sofrera toda a sorte de insultos, viu os horrores da guerra, sofreu na pele as agruras do exílio, padeceu em terras estranhas e perdeu um filho, esse homem que escreve “na primeira hora do primeiro dia”, deixa aflorar a sensibilidade que o levava às lágrimas, despindo-se da aura guerreira que a tudo estaria disposto a enfrentar. O cronista já havia experimentado diferentes apelos persuasivos: a razão, a religião, o patriotismo, mas ao admitir que chorava enquanto escrevia, apresenta uma face ainda inédita em seus

escritos até então: o publicista maragato possuía, sim, um ponto fraco, seu “calcanhar de Aquiles” (para se valer de um apoio textual da antiguidade clássica que tanto usava) o mesmo que provavelmente pensara ser o do homem que segurava as páginas do *Eco*: a família.

Os “alertas” publicados nos dias 23, 24 e 28 voltam-se ao presente imediato, e tratam da notícia que saíra no *Jornal do Comércio*, do Rio, no qual o cronista maragato tivera notícia a respeito do general Carlos Teles:

Nos entrelinhados do *Jornal do Comércio*, do Rio, vem um artigo, sistema morcego, onde parece lamentar-se o General Teles, ao mesmo tempo que o crimina, e trabalhando pela causa castilhistas, taxa de funestos os hábitos do senhor Júlio de Castilhos.

[...]

Nesse escrito acusa-se ao General Teles de ser partidário e aconselha-o a fugir da política; como prova de seu partidarismo apresenta-se o ter sido seu nome lembrado para presidente do estado.

É esse acerto que nos obriga a fazermos esta referência aquele escrito.

O nome do general Teles, lembrado para presidente do estado, não o foi por interesse partidário.

Quem escreve estas linhas foi talvez o primeiro que de tal lembrou-se e aconselhou os amigos para lentamente ir fazendo vigorar a ideia (*ECO DO SUL*, 23/02/1899, p. 1).

Dourado atribui a si a primazia de considerar o general como potencial presidente do estado, aconselhando seus “amigos” correligionários de que seria uma opção a se considerar – e apoiar – não sem destacar que “o senhor Carlos Teles fora o inimigo mais prejudicial” que se apresentou diante dos federalistas em campanha, e que “foi sua bravura e resistência que deu um golpe mortal na revolução, no sítio de Bagé; sua energia e coragem, fazendo marcha ao mesmo tempo que consertava estradas de ferro

para se opor a tomada do Rio Grande". Sua candidatura, mesmo assim, constituía-se na solução mais apropriada:

Era amigo do senhor Júlio de Castilhos; tinha serviços reais; não seria um instrumento seu no aviltamento do Rio Grande.

Era, portanto, uma candidatura misericordiosa.

Um templo de asilo para os infelizes rio-grandenses condenados ao extermínio, lento, mas constante.

Mas, nos enganamos.

Pensávamos na gratidão do senhor Castilhos, e o senhor Castilhos só é grato a si mesmo, quando contempla seus atos.

Só teve um fim aquela lembrança; mostrar como ele trata os homens, que o servem, mas que não são executores de suas vontades especiais, nos momentos de crise.

E, graças a Deus, o senhor Teles veio formar na linha dos que tanto são injuriados, xingados, a ponto de se tornarem beneméritos (ECO DO SUL, 23/02/1899, p. 1).

Localizamos o mencionado artigo no *Jornal do Comércio* do dia 8 de fevereiro de 1899 (p. 2), no acervo da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. No texto, é publicada uma notícia que denunciava a ida do general Teles a Porto Alegre com "reforço policial" para depor Júlio de Castilhos, e por esse motivo estaria preso, a mando do ministro da Guerra. Na edição seguinte, o general dirige uma carta ao diário carioca, referindo-se a "nota" publicada no dia anterior negando veementemente as acusações de conspiração, afirmando que nem dispunha de força policial nenhuma na capital do estado, sequer passaria por lá (estava se dirigindo a Bagé), sendo que a única cidade gaúcha pela qual passaria, a caminho da cidade fronteira, fora Rio Grande. Diz também que não era político, nem se imiscuía em política, além de aproveitar o espaço para repudiar as "graves acusações" dirigidas pelo presidente do Rio Grande

do Sul em mensagem ao legislativo estadual, bem como do senador Pinheiro Machado, que teria feito “graves e caluniosas acusações” na tribuna do Senado contra sua pessoa. (JORNAL DO COMÉRCIO, 9/02/1899, p. 1). No dia 10, o mesmo diário registra a instauração de processo contra o militar e informa sua prisão domiciliar. Dias depois, em 17 de fevereiro, o ministro da Guerra, general Mallet, concluía o inquérito e mandava arquivar o inquérito militar, considerando a pena da prisão provisória (verídica, portanto), como castigo suficiente (JORNAL DO COMÉRCIO, 18/02/1899, p. 1).

Ao repercutir a notícia, que a despeito de sua veiculação nacional tinha evidentes apelos regionais, demonstrava seu apreço e apoio ao general em suas afrontas, com possíveis vistas a trazer para a esfera federalista tão destacada figura, herói do *Cerco de Bagé*, com longa folha de serviços prestados à pátria inclusive na Guerra de Canudos, e por quem tinha cordiais relações desde a pacificação, como demonstrado na partida do então coronel rumo aos sertões da Bahia, no episódio das ofensas e ameaças de morte que sofreu Dourado na Estação Férrea de Bagé. A perspectiva real de contar com tão importante e prestigiado apoio, parecia ser o coroamento de suas investidas escritas empreendidas nas suas crônicas, e também servia de “alerta” (tal qual o título dessa série) de que o destino de Teles, alvo de campanhas difamatórias e mesmo suposta perseguição, poderia ser o mesmo de outros militares se assim o castilhismo entendesse. Assim, afirma o cronista maragato que “a explosão dos ódios castilhistas contra o General Carlos Teles, que até então era um benemérito, chegando ao insulto direto oficial, veio demonstrar que o exército vive e tem vivido na maior ilusão em relação ao apreço que lhe mostram os políticos” (ECO DO SUL, 28/02/1899, p. 1).

Os “alertas” seguintes passam a voltar toda sua carga para o exército, e contra Júlio de Castilhos, interesse reavivado após o episódio Teles. Somente no dia 9 de março abre espaço para abordar outro assunto, e volta suas atenções para um evento internacional, ampliando o espectro de análise para acontecimentos noticiosos do presente no exterior. Antes, o estrangeiro era citado no seu âmbito do passado, como lição; agora, como alerta.

Enquanto em Punta Arenas ao estrondo de inúmeros canhões das esquadras chilena e Argentina, os dois presidentes, dos países que elas representam, como demonstração de força e de poder no continente sul-americano, trocam afetuosas saudações de falar em segredo a *respeito* da política sul-americana, recordando-se talvez que são da mesma raça e falam a mesma língua; talvez se rindo das manifestações históricas, quase eróticas de que foram alvo os chilenos no Rio de Janeiro, que tiveram como paga imediata, segundo nos consta, o não convite em Montevideu para as festas chilenas, o Brasil agoniza; se humilha; estende a mão suplicante aos credores; escraviza-se a uma firma comercial; despede operários que longos anos dedicaram-se a confecção de artefatos que seriam, em um momento, a defesa da honra da pátria se a república não os tivesse utilizado e destruído no interesse, e por causa do senhor Castilhos, único responsável por todas as desgraças do presente, e todas as calamidades insuperáveis do futuro, muito próximo, já se apresenta aos olhos da desgraça da pátria brasileira com o esgar, e o ritmo triunfante com que os pintores apresentam a figura da morte aos olhos do moribundo que gastara a vida na orgia, e que implora a vida com a promessa de se corrigir; mas bem tarde, quando a morte já dele se apoderou.

Não nos iludamos.

O Brasil vai entrar na sua última agonia; enquanto os indigentes então, argentários hoje, já tem traçado o

itinerário por onde buscarão o estrangeiro para viverem ricamente, confiante de que onde houver ouro ninguém poderá ver a nódoa da infâmia, nem a mancha de sangue do crime, porque se ela queimava as mãos de Macbeth, era porque Shakespeare teve a lembrança de dar-lhe uma alma que não existe no assassino de sua própria pátria (ECO DO SUL, 9/02/1897, p. 1).

Até no momento da ausência do Brasil no encontro de líderes sul-americanos, ocasionado pelo citado incidente com chilenos no Rio de Janeiro, Júlio de Castilhos é evocado como o “único responsável por todas as desgraças do presente”. Os presidentes de Chile e Argentina riem do Brasil, em humilhação do país que é atualmente escravo, mendicante. Retoma as citações literárias como reforço de mensagem, ao citar a tragédia de William Shakespeare, Macbeth, comparando a personagem shakespeariana e seu enredo de cobiça, poder e loucura com Júlio de Castilhos, sendo o general escocês superior em honra em relação ao chefe do Rio Grande do Sul, pois aquele pelo menos possuía alma.

Na edição do dia 19 de março, o caráter temporal é auto-referenciado na crônica de Dourado. Admite que seu texto flui nessas duas direções, e faz uma rara alusão a artigos de opinião escritos em outros jornais, antes apenas percebida em um de seus escritos (publicado no dia 26 de fevereiro de 1897, mencionado na série anterior).

Falamos sobre passado e futuro, e ontem lemos, em uma das sessões do *Correio Mercantil*, um apelo aos brasileiros para esquecer o passado e pensar, apenas, no futuro. Não temos direito de por em dúvida a sinceridade desse apelo, bem justo e bem louvável em quem compreende que para se poder viver é preciso esquecer, sobretudo, o que pode acordar saudades se não acorda o remorso.

O ilustre escritor do *Correio*, mostra, no seu sentir, ser um sonhador alegre e esperançoso, e é bem feliz por assim sonhar. Que vale a vida sem a suas quimeras? E tudo no mundo o que é senão quimeras? A diferença, porém, é que, para uns, elas são de asas douradas a voejarem em céu de rosas e azul, nas doces manhãs que se prolongam com o lúcido crepúsculo do Oriente, para quem observa de cima do Himalaia.

São poucos esses visionários, calmos e felizes.

Para outros, elas são o monstro oculto sempre na sombria floresta do futuro, nos fojos, nas clareiras, nas fontes, onde quer, que se procure um pouco de relva para repousar o corpo; uma poça d'água para matar a sede, sem que no deserto do desconforto surja, ao menos, uma miragem que dê a esperança da vinda de um Belerofonte que o estrangule (ECO DO SUL, 19/03/1899, p. 1).

Na resposta ao “ilustre escritor do *Correio*”, Dourado ironiza-o adjetivando-o como um “sonhador alegre e esperançoso”, “calmo e feliz visionário”, um tolo como poucos ainda existem, e utiliza-se de algo próximo à zombaria ao utilizar o termo “quimera”, que no exemplo do cronista maragato pode ser entendido como substantivo feminino que indica esperança, um sonho que não é possível alcançar, uma utopia; como também serve de alusão ao monstro mitológico morto por Belerofonte, o qual cita. A mesma realidade pode ser vista sob inspiração poética, idealística, fantasiosa, um autoengano (ou negação dessa realidade), como parece ver o articulista do *Correio Mercantil*, ou com dentro de perspectivas mais ancoradas no concreto, como parece ser a perspectiva de Dourado. A ironia também revela a diferença que pontua ambas as crônicas, ou as premissas de cada escritor em relação aos nexos temporais. O passado, elemento indispensável na construção da crônica do médico baiano, é defendido em sua posição basilar de único construtor possível para o futuro. Ao criticar a

abordagem do colega publicista, afirma, de forma subliminar, que seus adversários querem esquecer o passado (e, portanto, a própria História) porque sabem que não têm razão.

O último “alerta” assemelha-se ao último “os fanáticos da Bahia” em sua forma concisa e superficial. Inicia escrevendo “concluamos” e a seguir relata uma manifestação popular que teria ocorrido em homenagem ao general Teles, em Bagé, bem como a “saudações recebidas por ele, telegraficamente, de brasileiros residentes no estado Oriental, dizem que o espírito do povo brasileiro não está morto; apenas comprimido pelos inúmeros aparelhos movidos pela tirania”, e que um dia, cansado das vendas dos bens nacionais, dos impostos “insuportáveis e ridículos, as moratórias que sobrecarregam o dia de amanhã” o “pensamento uniforme do povo” se apresentará para a defesa e retomada do controle pátrio, e serão julgados “os que, encarregados de dirigir o país, malbaratearam a vida do povo e sua fortuna, a ponto de arrastar a pátria ao abismo que a atrai”. Uma derradeira menção à figura do general, tentando talvez enfatizar seu apreço, respeito e admiração, tratando-o como um igual representante do “espírito brasileiro”. O ilustre militar, no entanto, não teria tempo de juntar-se efetivamente às oposições castilhistas sob a égide federalista, pois morreria em 7 de setembro daquele ano, data simbólica, na cidade que defendeu justamente contra os federalistas. E assim, talvez na esperança de contar com uma possível adesão de Teles, Dourado finaliza a série com uma mensagem de esperança no futuro:

Os que são caluniados injustamente serão absolvidos; mas os que não mostrarem a origem das fortunas que guardam ou ostentam, os que não mostrarem o mandato legal, pelo qual em nome do povo, se apoderaram da direção da fortuna pública, a distribuíram por amigos e comparsas,

tornando-se vitalícios, pela força, na direção do destino da pátria, estes serão punidos; porque assim foi escrito pelo destino, pela justiça indefectível.

Esperemos e confiemos na sua justiça.

O dia de amanhã dos povos não para em sua marcha; lenta; mas constante, infalível – esperemos; esperemos...

Sursum corda (ECO DO SUL, 26/03/1899, p. 1).

Curiosamente, a “divina providência” não é mais evocada como fora outras vezes, especialmente no início dessa mesma série, mas o *sursum corda* (erguei os corações) e o “esperemos e confiemos”, no entanto, seguem o mesmo propósito, o da confiança de que, em algum momento, o povo irá se levantar, levando adiante a condenação dos maus e a absolvição dos bons, “injustamente caluniados”. É para esse fim também que repousa a razão de ser dos escritos do cronista maragato no *Eco do Sul*. Em algum momento, crê e espera Dourado, há de surtir efeito.

Finalmente, ao escolher como forma de encerrar a série, seu ponto final, a expressão latina geralmente utilizada na exortação do padre aos fiéis ao iniciar uma missa, empreende um recurso literário simbolicamente instigante, espécie de antítese sutil porém sofisticada, não óbvia, que anteposta ao “concluamos” inicial, poderá sugerir que o alerta, a despeito do encerramento formal, apenas se principia; ou (também) espera o autor que o seu leitor (ou o povo brasileiro, em última análise), ao ler a crônica, responda como na celebração religiosa católica: *habemus ad Dominum*, “já os temos em Deus”, estamos prontos.

A Guerra do Paraguai, como um dos grandes eventos da história sul-americana, tendo a decisiva participação dos sul-rio-grandenses, seja pela invasão de seu território ou do fornecimento de expressivos contingentes para o conflito, povoou o imaginário do estado e seus habitantes. Utilizar o evento, e principalmente as memórias

que ele suscitava no povo, como suporte narrativo da série de crônicas, os “Alertas”, de certa forma chancelava a versão que Dourado queria demonstrar, chamando a atenção de que a luta do passado tinha muitas semelhanças com a situação política do Rio Grande do Sul e do Brasil, em fins do século XIX. De certa forma, o cronista maragato se apropriava da narrativa como legitimação de seu discurso anticastilhista.

Vencida a guerra do passado, era necessário vencer ainda a guerra do seu presente. Lópes fora derrotado, o estado comandado pela máquina positivista, no entanto, ainda não. Mas, sua luta através das páginas do Eco do Sul, tinha esse fim.

Olhares francófonos sobre as origens da guerra⁵⁶

Reto Monico*

Neste artigo vamos analisar o que escreveram 10 periódicos francófonos⁵⁷ e o cônsul francês em Assunção sobre as causas do maior conflito na América do Sul. Na altura, embora já houvesse telégrafo, as comunicações entre os dois continentes dependiam principalmente da chegada dos navios que transportavam as

⁵⁶ Um agradecimento especial para o Francisco Matta pela atenta revisão de todo o texto.

* Reto Monico nasceu em 1953 na Suíça italiana. Em 1977, licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade de Genebra. Doutorou-se em 2003 com a tese *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*, publicada em 2005. Nos seus trabalhos, analisa sobretudo a imagem dada pela imprensa internacional e pela diplomacia suíça sobre aspectos e acontecimentos da História contemporânea de Portugal e do Brasil.

⁵⁷ Dois belgas: *L'Indépendance Belge* e *Journal de Bruxelles*; dois da Suíça francesa: *Journal de Genève* e *Gazette de Lausanne*; seis franceses: *Le Temps*, *La Presse*, *L'Illustration* (semanário), *Le Constitutionnel*, *Journal des Débats*, *Revue des Deux Mondes* (bimensal).

correspondências entre os dos dois lados do Oceano Atlântico. Por conseguinte, é preciso ter em conta que há uma diferença de algumas semanas entre a data dos acontecimentos e os comentários publicados na imprensa do Velho Continente.

* * *

Em agosto de 1864, as negociações para tentar resolver a crise no Uruguai entre o governo *blanco* de Aguirre e as forças do chefe *colorado* Flores fracassam. A 4, o Brasil apresenta um ultimato ao governo de Montevideu no qual ameaça invadir o país se as autoridades uruguaiais não conseguirem pôr um termo às supostas violações dos direitos dos brasileiros residentes no Uruguai. Dois dias depois, o presidente Aguirre devolve a nota e corta as relações com o Império a 30.

Na mesma data, o Paraguai protesta contra uma eventual ocupação do território uruguaio e entrega uma nota à legação brasileira em Assunção. A solução diplomática está definitivamente descartada.

A partir daí, toda a região platina marcha para a guerra. Recordemos alguns factos essenciais até o final daquele ano: a 12 de outubro, as tropas brasileiras invadem o Uruguai; a 20 do mesmo mês, assinatura do acordo de cooperação entre o rebelde Flores e as forças brasileiras; a 12 de novembro, o Paraguai toma o navio brasileiro *Marquês de Olinda* nas águas perto de Assunção; a 2 de dezembro, as forças brasileiras e dos *colorados* tomam a cidade de Paysandú; no final do ano, as tropas de Solano López invadem o Mato Grosso.

a) Os jornais com poucas notícias

Alguns diários estudados aqui publicam pouquíssimos ou mesmo nenhum comentário em 1864, como os parisienses *La Presse* e *Le Temps* que escrevem o primeiro artigo sobre o tema respetivamente a 26 de janeiro e a 10 de março de 1865.

No *Journal de Genève*, em 1864, encontra-se uma única referência a este conflito. A 27 de outubro, insere-se uma carta enviada de Berna três dias antes na qual, entre outras notícias, resume-se uma nota enviada pelo cônsul helvético em Buenos Aires. O representante suíço na Argentina comunica a Berna que a missão de paz italiana faliu e que o Uruguai está a sofrer das «discórdias internas» e «das consequências de uma guerra que rebentou há pouco tempo» com o Brasil.

O diário *Gazette de Lausanne* comunica aos seus leitores o início da guerra uruguaio-brasileira com uma pequena frase no meio na terceira página a 18 de outubro, por conseguinte quase seis semanas depois da decisão do governo imperial de ocupar as cidades uruguaianas de Salto e de Paysandú⁵⁸. A 24, o mesmo jornal comenta brevemente o sucedido, sublinhando o facto que «o Paraguai prepara-se a apoiar a sua irmã republicana.»

No mesmo ano, o quotidiano liberal de Lausana publica mais duas notas sobre este conflito. A 9 de dezembro quando se refere à recusa dos representantes ocidentais em Montevideu de deixar controlar os seus navios como pedia o almirante brasileiro Tamandaré⁵⁹. No dia seguinte, na segunda página, escreve um comentário, que se baseia na

⁵⁸ A declaração oficial de guerra do Brasil ao governo de Aguirre é de 19 de janeiro de 1865.

⁵⁹ Trata-se de uma carta enviada de Montevideu a 31 de outubro.

mesma correspondência recebida de Montevideo, sobre a derrota sofrida por Flores que não conseguiu conquistar a capital uruguaia, apesar do apoio de «frota brasileira». Esta participação direta do Brasil, podemos ler nesta nota, provocou a reação de Solano Lopez e, no Uruguai, já estão à espera das «tropas do Paraguai, que nesse momento, deviam estar a caminho para combater o General Flores e o exército brasileiro».

b) Simpatia para com o Paraguai

Vários órgãos de imprensa não escondem uma certa simpatia para com o Uruguai atacado pelo Brasil e, a seguir, para a causa paraguaia. É o caso de *L'Illustration* que publica um primeiro comentário a 5 de novembro⁶⁰. O semanário parisiense, depois de ter falado do Paraguai e da Argentina e nomeadamente de Buenos Aires e de Montevideo, estigmatiza a atitude de Flores que, com as suas exigências, impediu um acordo com Aguirre⁶¹, «um homem muito honesto», que pusesse um termo a guerra civil no Uruguai.

Quanto à ruptura das relações uruguaio-brasileiras depois da recusa de Montevideo de aceitar o ultimato do governo do Rio de Janeiro, o jornalista não fala ainda de guerra, mas de «represálias» e do interesses brasileiros no Uruguai, sobretudo nos departamentos limítrofes da província do Rio Grande do Sul, onde moram mais de 28 000 brasileiros», principal origem das queixas contra as autoridades uruguaias. Segundo o jornalista, os dois

⁶⁰ DE LASTALOT, Alfred, «Les états de la Plata», *L'Illustration*, Vol. 44, 5 de novembro de 1864, p.295-298.

⁶¹ Atanasio Cruz Aguirre (1801-1875) é presidente interino do Uruguai de março de 1864 a fevereiro do ano seguinte.

grandes países da América do Sul estão muito interessados no território uruguaio:

Por outro lado, não devemos perder de vista que a república da Argentina e o Brasil lançam olhares cobiçosos sobre a Banda Oriental; sabem da importância de um porto como o de Montevideu, que vê necessariamente passar tudo o que entra ou sai da região do Prata. O Uruguai é a Bélgica do novo mundo; o Brasil pode também ver a sua fronteira do Reno, e percebemos que lamente tê-la deixado escapar em 1828.

Tudo isto preocupa o Paraguai que se está a preparar militarmente. «Será preciso contar com ele», conclui de Lastolot.

Em janeiro, *L'Illustration* debruça-se de novo sobre este conflito⁶², no qual o Brasil decidiu apoiar Flores. Depois deste ter falhado no cerco de Montevideu, «o governo brasileiro deu mais um passo para a frente. Sem prévia declaração de guerra, tropas regulares invadiram o território do Uruguai» que, sem a reação do Paraguai, teria sido a «próxima presa para o Brasil»:

A atitude do general López, presidente do Paraguai, terá certamente um grande alcance na luta que começa nas margens do Prata. Toda a população parece estar de acordo com ele e saúda este ato enérgico. No fundo, sente que a causa do Uruguai é também a sua, e responde com entusiasmo ao apelo do seu governo.

Texier realça a seguir a força do exército e da marinha paraguaios, tal como o excelente estado das finanças. A conclusão, de um cego otimismo, não deixa

⁶² TEXIER, Edmond, «Revue politique de la semaine», *L'Illustration*, Vol. 45, 25 de janeiro de 1865, p. 50.

margem para dúvidas quanto à simpatia do articulista: «o Paraguai é um adversário à altura do Brasil».

Em 1864, *Le Constitutionnel*, além de duas cartas de Pernambuco e de Buenos Aires, escreve só dois curtos comentários. A 10 de novembro, o jornal parisiense ainda espera que a diplomacia possa evitar uma guerra, «muito prejudicial para as trocas comerciais com a Europa»; a 23 de dezembro, constata que «a guerra continua na república do Uruguai e não podemos prever quando vai acabar.»

O editorial de dia 15 de janeiro de 1865 faz também uma pequena alusão à iminência duma guerra entre o Brasil e o Paraguai. Na sua opinião, a origem da hostilidade deste país foi «o bloqueio dos portos uruguaios por parte do Brasil.»

Mas é duma correspondência enviada da América do Sul⁶³, onde se pretende explicar a origem deste conflito, que provém um duro ataque ao Brasil que, com a sua intervenção, complicou ainda mais a situação:

Este grande estado é o Brasil cujo princípio político, desde sempre nesta região, foi de arruinar e de irritar as províncias que cobiçava, para as poder anexar depois sem dificuldades. É este sistema que pôs em prática com as cidades, por muito tempo calmas e prósperas, fundadas pelas missões europeias, das quais tomou posse mais tarde, depois de as ter devastado e destruído. É isso que continua a pôr em prática nas margens do Prata onde aspira a alargar a sua potência.

A seguir, fala do início da guerra civil com o ataque de Flores que, na altura estava ao serviço da Argentina. O ataque partiu deste território:

⁶³ *Le Constitutionnel*, 24 de janeiro 1865.

A influência do Brasil é muito grande em Buenos Aires, capital da República argentina, desde sempre em aberta ou velada hostilidade com a república Oriental. Por conseguinte, tudo prova que o general Flores é, neste caso, só o instrumento do presidente Mitre, que, por sua vez, é unicamente o instrumento do gabinete do Rio de Janeiro.

De qualquer forma, Flores não conseguiu conquistar Montevidéu. O Brasil decidiu intervir, «sob o pretexto de velhas queixas financeiras.» O correspondente não quer avaliar a legitimidade destas reclamações, mas coloca algumas perguntas:

[...] mas o governo brasileiro devia mesmo escolher exatamente este momento para intervir quando o gabinete de Montevidéu estava a enfrentar uma guerra civil? Devia apoiar uma revolta interior, acrescentando os perigos e os problemas de uma guerra com outros países?

A verdade é que, em conformidade com o presidente Mitre, o Brasil queria ter um pretexto para favorecer os projetos ambiciosos do general Flores no Uruguai, e ajudá-lo a derrubar o governo legal da república Oriental.

Na mesma linha de pensamento são as duas análises publicadas pela *Revue des Deux Mondes*. No artigo de dezembro, Forcade⁶⁴ acusa o Brasil de ter acendido a chama da revolta de Flores que parecia quase apagada. Mitre também podia ter convencido o rebelde a depor as armas e a negociar, mas o General Flores pôs exigências demasiado elevadas para o governo de Montevidéu.

Em Montevidéu, realça a revista, os diplomatas europeus não aceitaram as condições do Brasil e do

⁶⁴ FORCADE, Eugène, «Chronique de la Quinzaine», 14 de dezembro de 1864, *Revue des Deux Mondes*, XXXIV^o ano, segundo período, p. 1029-1038.

Almirante Tamandaré que queria que as potências europeias se associassem ao boicote contra o governo uruguaio:

Os agentes estrangeiros recusaram-se a favorecer [...] a política sempre injusta do Brasil quando se trata da Banda Oriental, objeto secular da sua inmensurável cobiça. Não emitiram juízos de valor, mas deram a entender que lamentavam estas exigências inoportunas feitas ao governo de Montevideu e uma intervenção que reacendeu uma guerra intestina que estava quase extinta sem esta ajuda inesperada [por parte do Brasil]».

Elisée Reclus, que nunca escondeu a sua simpatia pelo Paraguai, é autor de um longo artigo publicado no número de fevereiro de 1865⁶⁵ no qual fala dos Estados do Prata, a Argentina (e nomeadamente da capital) do Uruguai, do Paraguai e do Brasil.

Na opinião do geógrafo libertário, a intervenção militar do Brasil constitui uma viragem na guerra civil do Uruguai. Foi um «abuso premeditado da força» contra o Uruguai o que é «repreensível», pensando que com a Inglaterra e com os Estados Unidos, o Brasil teve o papel do «fraco e do ultrajado» :

Lamenta-se dos procedimentos da Grã-Bretanha contra ele, mas o Brasil atua com muito mais violência contra o Uruguai [...]

Queixa-se perante todo o Mundo que um navio dos Estados Unidos tenha capturado de noite um navio corsário confederado no porto da Baía, mas não receia, em tempo de paz, de bombardear uma pequena frota e de reduzir a cinzas

⁶⁵ RECLUS, Elisée, «La guerre de l'Uruguay et la républiques de la Plata», *Revue des Deux Mondes*, XXXV^o ano, segundo período, t. LV,15 de fevereiro de 1865, p. 967-997.

aldeias; fraco, revolta-se contra a lei do mais forte, mas para a aplicar contra os que são mais fracos do que ele.

O Brasil tem pouca dignidade e fez aliança com um rebelde sem declaração de guerra: «Participa numa guerra atroz contra um país do qual garantiu a sua independência». E agora há mais um beligerante, o Paraguai, acentua Reclus, que contrapõe a fraqueza do exército brasileiro, que tem de combater nas fronteiras do império, com a força militar do Paraguai, estado rico e sem dívidas.

Ao mesmo tempo, o autor do artigo compara o Brasil com as repúblicas hispano-americanas. O primeiro, onde domina a escravatura e uma grande divisão da sociedade, ainda não fez a revolução interior: dirige-se para uma grande desorganização social e política.

As repúblicas do subcontinente, por outro lado, «defendem a dignidade do trabalho o direito à propriedade do solo, a fraternidade das raças, a liberdade de culto, o respeito dos colonos estrangeiros.» Contrariamente ao Brasil, todos os habitantes são homens livres e estão a formar gradualmente um povo.

O geógrafo pensa que a guerra poderá ser fatal para o Império que poderá perder territórios e prevê que este país irá abandonar as suas instituições atuais «para se regenerar». A guerra no Uruguai constitui o primeiro passo desse «drama»

Ao contrário, as repúblicas sul-americanas irão continuar a desenvolver as suas riquezas e a sua civilização e tornar-se-ão uma «pátria comum que pertence a toda a humanidade. Terão o mesmo papel que os estados anglo-saxónicos da América do norte.

Entre os periódicos consultados, *L'Indépendance belge* é o que publica mais notícias sobre os acontecimentos da região platina, com despachos, comentários na «*Revue politique*» da primeira página e cartas enviadas da América

do Sul. Estas são todas favoráveis aos adversários do Brasil: o governo de Aguirre e o de Solano López.

A 17 de novembro, o diário belga insere uma carta enviada de Buenos Aires, quase dois meses antes⁶⁶. O correspondente acusa o Brasil de querer precipitar os acontecimentos, de apoiar o rebelde Flores e de enviar um ultimato ao Uruguai nas circunstâncias atuais. O que o governo do Rio está a fazer faz lembrar o passado e nomeadamente o que aconteceu em 1816. Na altura também prometeram ocupar o país só até eles obterem que as suas reclamações fossem aceites, mas em 1821 o Uruguai foi anexado. E agora, estão desconfiados e pensam que o objetivo é a anexação, sublinha a missiva.

Segundo o correspondente, o Paraguai não se vai aliar ao Uruguai. Só vai lutar pela a sua independência. Se o Brasil continuar a invadir o Uruguai, a «intervenção militar será legítima». Além disso, acusa o império brasileiro de apoiar uma revolução em Montevideu e de «prejudicar os princípios da legalidade e do respeito da autoridade», enquanto «o Paraguai republicano defende os princípios conservadores».

A carta denuncia igualmente a passividade das grandes potências:

Por conseguinte, a situação no Prata é realmente muito grave e isso prejudica consideravelmente os interesses europeus na região. Assim, provoca uma certa surpresa aqui, a facto de que a França e a Inglaterra, qualquer que sejam as suas simpatias pelo atual governo brasileiro, não tenham, através de fortes protestos, impedido o gabinete do Rio de Janeiro de comprometer a paz no Prata e de lançar o alarme nestas regiões.

⁶⁶ A carta tem a data de 25 de setembro.

Outro exemplo, desta visão muito subjetiva dos acontecimentos, é a carta inserida na edição de 29 de dezembro, enviada da capital argentina sete semanas antes⁶⁷. O correspondente do quotidiano belga não tem dúvidas; o Paraguai vai combater contra o Brasil. Elogia Solano López, chefe de um governo honesto, que defende uma justa causa porque vai lutar pela sobrevivência do seu país, que nunca teve uma guerra civil. O Brasil parece ignorar que o Paraguai é forte, unido e que vai ganhar:

Nestas circunstâncias, o general López mostrou-se homem de Estado, tão hábil quanto previdente. Vai salvaguardar a independência do Uruguai e vai consolidar a do Paraguai; e o Brasil, quer avance ou recue, não vai alcançar os seus objetivos; se persistir em percorrer este caminho perigoso onde entrou, em vez de anexar o Uruguai, pode até perder algumas das suas províncias.

Estes dois exemplos ilustram a importância dada por este quotidiano de referência ao ponto de vista do Uruguai e, sobretudo, ao do Paraguai. Estas fontes relativamente parciais não podiam deixar de influenciar o ponto de vista da redação do jornal belga. A 17 de novembro, por exemplo, comentando a situação e a já citada carta de Buenos Aires publicada no mesmo número, *L'Indépendance Belge* compreende como a atitude do Brasil possa ter irritado as duas repúblicas. Por conseguinte, defende o ponto de vista do governo de Solano López: «Com efeito, se o Brasil almejasse anexar o Uruguai, o Paraguai teria todas as razões de se preocupar e de tentar opor-se militarmente.»

Outra crítica ao Brasil, no comentário de dia 24 de janeiro de 1865: o editorialista belga não entende o porquê da intervenção do Brasil nesta guerra civil uruguaia. A única

⁶⁷ A carta tem a data de 11 de novembro.

explicação possível, na sua opinião, é que quer anexar o Uruguai. Neste caso, percebe-se o ponto de vista do Paraguai, porque esta anexação seria uma ameaça para a sua independência. Segundo o jornal, Solano López demonstra «espírito político e, ao mesmo tempo, muita energia e resolução.»

A 10 de março de 1865, o quotidiano da capital belga comenta os documentos brasileiros que justificam a agressão contra o Uruguai e o apoio dado aos *colorados*. O articulista acha os argumentos invocados pelo governo de D. Pedro II muito fracos e fica surpreendido por o Brasil considerar o rebelde Flores como «beligerante legítimo» atribuindo-lhe «um diploma de patriotismo e de dedicação – sem dúvida aos interesses brasileiros»:

Depois de ter lido este ato de acusação, ficamos surpreendidos pela inconsistência dos argumentos invocados pelo Brasil para justificar a guerra que está a fazer neste momento. Isto faz pensar na fábula de La Fontaine; o lobo e cordeiro, com a diferença, no entanto, que o cordeiro não se quer deixar comer e que o lobo pode perder os seus dentes.

Este diário foca também a sua análise sobre a atitude das grandes potências. A 18 de fevereiro de 1865, depois do ataque ao Mato Grosso por parte das tropas de López, a situação piorou. O editorialista está convencido que as potências marítimas europeias – «cujos interesses nacionais se encontram lesados por esta guerra» – irão intervir para que os beligerantes aceitem um compromisso.

Volta à carga oito dias depois, insistindo sobre a necessidade da tal intervenção para «restabelecer a paz», porque os interesses comerciais das grandes potências são lesados pelo conflito:

Só que o governo inglês, como de costume, recusa-se a associar-se aos esforços da França, deixando a este país a responsabilidade e talvez o constrangimento de um eventual falhanço.

Apesar de tudo, o quotidiano belga continua a confiar nos trabalhos dos diplomatas no terreno que, como sabemos, não conseguiram mudar o rumo dos acontecimentos bélicos.

c) Comentários mais matizados

O *Journal de Bruxelles* publica sobretudo despachos e telegramas e relativamente poucos comentários, onde as críticas contra o Império brasileiro parecem menos veementes do que as dos seus colegas de *L'Indépendance Belge*.

Depois da derrota de Flores em Montevideu o jornal da capital belga nota a 7 de dezembro:

A derrota de Flores é, ao mesmo tempo, uma derrota muito grave para a política brasileira no Entre-Rios. Sabe-se que o Brasil havia tomado o partido de Flores, e havia decidido bloquear as costas.

No início de janeiro de 1865, o *Journal de Bruxelles* culpa o governo do Rio de Janeiro de ter deitado achas na fogueira da guerra civil uruguaia:

Infelizmente, o Brasil que é acusado, justa ou injustamente, de querer conquistar o Uruguai, complica a situação, por causa do apoio indireto dado ao general Flores. Além disso, com a sua atitude e as suas exigências intempestivas,

acrescenta graves dificuldades externas aos problemas internos do governo de Montevidéu⁶⁸.

Como outros jornais do Velho Continente, o quotidiano belga está cada vez mais preocupado com a escalada militar, depois da declaração de guerra do Paraguai ao Brasil: «O conflito entre o Brasil e a região do Prata parece estar cada vez mais grave; os preparativos militares tomam proporções ameaçadoras.»

Eugène Chatard publica em *La Presse* um comentário a 26 de janeiro. Descreve os acontecimentos desde o ultimato do Brasil até à retirada das suas tropas, passando pela invasão do Uruguai e o ataque a Paysandú. O autor fica um pouco surpreendido com a decisão do governo do Rio que já tem um conflito com o Império britânico:

O império brasileiro, que já tem o problema do desacordo com a Inglaterra⁶⁹, parece decidido a aventurar-se nos perigos duma intervenção na política estrangeira.

Esta invasão no território da «Banda Oriental» suscita os temores, «e com alguma razão», do Paraguai, admite Chatard, que analisa o ponto de vista de Buenos Aires. O jornalista parisiense não pensa que a Argentina possa apoiar o Brasil e por três razões: por um lado, Mitre não pode aceitar um acordo com o grande vizinho porque a opinião pública é contra os brasileiros; por outro lado, as várias desordens internas impedem o presidente de agir; finalmente, várias províncias argentinas estão «desafeiçoadas, porque não se sentem suficientemente protegidas contra as incursões e as devastações dos índios».

⁶⁸ «Revue Politique», 7 de janeiro de 1865.

⁶⁹ Refere-se à questão Christie, crise diplomática entre os dois impérios entre 1862 e 1865.

Na conclusão do artigo, Chatard lamenta a abertura desta nova frente de guerra:

É algo estranho verificar que enquanto os Estados europeus mais poderosos, a França e a Inglaterra, empenham-se numa política de não intervenção, e que a grande república dos Estados Unidos esteja exposta às mais terríveis convulsões da guerra civil, as repúblicas da América meridional deixam-se levar pelo exercício da ambição e esgotam-se em lutas intestinas, em vez de procurar a segurança e a prosperidade que os povos só podem encontrar na paz e no trabalho.

Já vimos como *Le Constitutionnel*, numa correspondência publicada a 24 de janeiro, condena duramente a política brasileira na região. Porém, a 5 de março, num longo artigo, H.-Marie Martin na primeira página do mesmo periódico, dá uma opinião bem diferente, muito mais favorável ao gabinete do Rio de Janeiro.

O articulista sublinha a falta do ordem e de unidade política no Uruguai que, por conseguinte, não consegue ter autoridade para fazer respeitar a lei. Desta situação, sofrem os cidadãos brasileiros vítimas de «atos de banditismo, de homicídios, de alistamentos forçados», acrescenta o jornal. No entanto, o governo brasileiro, antes de intervir, tentou, com o apoio da Argentina e da Inglaterra, que as duas facções uruguaias, os *blancos* e os *colorados*, chegassem a um acordo.

E foi só depois que o Brasil enviou o *Ultimatum* ao governo de Montevideu e que atuou militarmente, realça Martin, segundo o qual o Paraguai «intrometeu-se no conflito sem motivo aparente».

Na última parte do texto, o jornalista insiste sobre o facto do governo de D. Pedro II não ter nenhuma intenção

imperialista. Ele só quer a estabilidade política no Uruguai e reparações para os seus cidadãos lesados:

O governo brasileiro não deseja nenhum aumento do seu território. Considera e declara solenemente como limites definitivos entre o Império e o Estado Oriental, aqueles que são fixados pelo tratados de 12 de outubro de 1851.

Além disso, uma eventual anexação do território uruguaio só acarretaria enormes problemas para o império :

O gabinete do Rio é demasiado inteligente para não perceber que a anexação da república Oriental só lhe suscitaria dificuldades políticas, sobrecarregando o orçamento. Isso criaria, na extremidade meridional do império, um destes conflitos de raças que anos de ocupação e de medidas rigorosas não conseguiriam a apagar. Devia também manter gratuitamente uma onerosa esquadra no porto de Montevideu e uma força armada permanente no interior do país.

É por conseguinte no interesse do Brasil, mas também da Europa, que se estabeleça no Uruguai um executivo forte que possa «assegurar a paz e garantir a ordem», conclui o editorialista francês.

O periódico que dá uma visão mais equidistante destes factos é o quotidiano de referencia parisiense, *Journal des Débats*. Em 1864, as notícias sobre os conflitos na zona do Prata são relativamente pouco numerosas: um pequeno comentário sobre uma eventual pacificação no Uruguai (7 de agosto); uma carta de Montevideu que anuncia a ruptura das negociações (21 de agosto); um telegrama que anuncia a declaração de guerra entre o Uruguai e o Brasil (17 de outubro); uma pequena alusão ao artigo do londrino *Times*, preocupa com o conflito (20 de outubro); uma carta de Buenos Aires de 21 de setembro (21 de outubro); um

pequeno comentário no mesmo número que sublinha a «agitação na república do Uruguai», o conflito entre este país e o Brasil e as vigorosos protestos do Paraguai; uma carta de Assunção de 17 de setembro (10 de novembro).

É só no primeiro trimestre de 1865 que o redator⁷⁰ publica três comentários sobre esta guerra. A 22 de janeiro, Dottain lamenta a guerra entre o Brasil de um lado, o Uruguai e o Paraguai do outro. Comenta o cerco de Paysandú por parte das tropas de Flores e dos seus aliados brasileiros, e facto do Paraguai ter apreendido o navio *Marquês-de-Olinda*. O jornalista realça a importância deste rio para o Brasil:

Para perceber o que se passou, é preciso lembrar que o Rio Paraguai, que forma a fronteira entre a república do mesmo nome e o império do Brasil, é o caminho mais cómodo, senão o mais direto para ir do Rio de Janeiro até à província mais afastada do império, a do Mato Grosso, que há alguns anos se tornou uma das mais ricas e das mais importantes. Por conseguinte, no Brasil, organizaram um serviço de navios a vapor para se deslocar através do Uruguai até ao distrito do Mato Grosso; e estes navios a vapor navegam durante um longo espaço ao longe da fronteira do Paraguai. É deste modo que um deles foi sequestrado.

A ameaça do Paraguai concretiza-se, acrescenta o redator do *Journal de Débats*, porque o Brasil violou o território do Uruguai e o ministro brasileiro conseguiu sair do país graças à intervenção o ministro dos EU. O redator do jornal francês prevê que uma ofensiva do Paraguai provocaria uma forte reação da Argentina e, por

⁷⁰ Ernest Dottain (1827-1880) é redator do *Journal des Débats* de 1864 até à morte. Entre 1865 e 1869, escreve cerca de 50 artigos sobre a Guerra da Tríplice Aliança.

consequente, mais complicações para as tropas de Solano López.

Assim a guerra está também declarada entre o Brasil e o Paraguai. O governo deste último estado vai enviar as suas tropas para ajudar o Uruguai, violando por sua vez o território argentino? Se o fizer, sabemos quais são as simpatias do governo de Buenos Aires em relação ao Brasil, para acreditar que esta medida provocaria imediatamente a união entre a Argentina e o Brasil, tal como o próprio Paraguai se juntou ao Uruguai. Nesse caso, o resultado do conflito, agora já com poucas dúvidas, seria certo. O Brasil não tardaria em triunfar.

Entre os jornais consultados, o diário parisiense é o único que toma em conta uma realidade: uma aliança entre os dois grandes países da América do Sul seria fatal para a pequena república do Paraguai.

Ernest Dottain volta a debruçar-se sobre a ruptura entre Montevideu e o Rio de Janeiro a 13 de fevereiro quando comenta o facto dos documentos brasileiros serem queimados na Praça da Independência da capital uruguaia:

Esta demonstração espalhafatosa é uma prova irrecusável da irritação geral e um funesto sintoma da situação criada pela resistência do governo de Montevideu e pelas exigências do Executivo de Rio de Janeiro.

No que diz respeito à mobilização militar brasileira, Dottain nota que o governo do Rio está a preparar uma resposta com os Voluntários da Pátria e mais navios de guerra, o que parece indispensável visto que o Paraguai tem «uma respeitável força militar.»

Além disso, o Mato Grosso fica longe e pode-se lá chegar graças aos rios Paraná e Paraguai. O Brasil terá de mobilizar mais meios militares para garantir a segurança

deste estado. Quanto à Argentina, realça o redator do jornal, por enquanto fica fora do conflito, embora tenha uma certa «simpatia pela causa brasileira.»

«Os acontecimentos no Prata tomam um caráter cada vez mais grave», comenta, Ernest Dottain no início do artigo de 24 de fevereiro a propósito da violenta queda de Paysandú. O próximo objetivo das tropas de Flores e dos brasileiros é Montevideu, onde existe uma grande confusão e anarquia. Na capital do Uruguai, «já começou a guerra civil», adverte o redator que denuncia também os métodos do governo de Aguirre que utiliza «o terror» para «dominar a cidade». «Os esquadrões estrangeiros» tiveram mesmo de intervir para proteger «os estabelecimentos bancários da fúria popular».

Neste artigo, Dottain—que nota uma certa «boa vontade dos argentinos para com os Brasil » — analisa também o ataque paraguaio ao Mato Grosso. O jornalista francês nota a inevitabilidade destas vitórias das tropas de Solano López perante uma impossível resistência dos habitantes deste estado, tão afastado da capital carioca e, por conseguinte, muito difícil de defender para as tropas imperiais. Porém, este ataque paraguaio «provocou ainda mais irritação no Brasil», acentua o redator do *Journal des Débats*, que prevê que o centro da guerra, agora no Uruguai, vai-se deslocar «com muita energia» nas margens do Paraguai.

No fim do artigo, o autor coloca a questão do futuro do Uruguai, «se Montevideu cair» e fala de um eventual acordo entre Flores e os Brasileiros, segundo o qual o primeiro tornar-se-ia presidente. No entanto, os brasileiros ficariam no país até ao pagamento «de uma indemnidade de quatro milhões de piastras». Acrescenta também que uma missão do governo uruguaio já chegou à capital francesa «para pedir uma intervenção oficiosa do Governo francês».

d) As cartas do cônsul francês⁷¹

Se a maioria das análises jornalísticas da imprensa francófona dão uma imagem positiva do Paraguai, as cartas do cônsul francês exprimem uma opinião diametralmente oposta.

O interesse destes documentos é duplo: por um lado, dão uma narração dos factos como foram conhecidos em Assunção; por outro lado, Laurent-Cochelet censura sem rodeios Solano López.

A leitura destas sete cartas — nomeadamente as de novembro e, sobretudo, as de dezembro — dá-nos a imagem de um país que se está a preparar para a guerra e que as esperanças de chegar a um compromisso se desvanecem inexoravelmente.

A 6 de setembro, o cônsul francês refere-se às negociações entre o Uruguai e o Paraguai. Este ainda não considera que seja o momento propício para intervir. Duas semanas mais tarde, quando o início das hostilidades entre o governo *blanco* e o Brasil já era conhecido, Laurent-Cochelet, falando do apoio das tropas brasileiras ao rebelde Flores, afirma:

⁷¹ As cartas dos cônsules franceses em Assunção de 1863 a 1869 e de 1872 são publicadas no livro de Luc Capdevilla (*Une guerre totale : Paraguay, 1864-1870*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 263-495). Para este artigo, utilizámos sete cartas enviadas todas em 1864, de 21 de agosto até 22 de dezembro, por Émile Laurent-Cochelet (1832-1888). O cônsul francês fica quatro anos na capital paraguaia, de junho de 1863 até setembro de 1867 (*Ibid*, p. 311-333).

Este facto faz desaparecer quase todas as esperanças de poder conservar a paz, a menos que a França não [...] venha a opor-se energicamente aos projetos anexionistas do Brasil para que este país renuncie a toda a agressão contra a independência do Estado oriental.

Na carta de 2 de novembro, temos dois pontos de vista sobre uma eventual intervenção das tropas de Lopes em território uruguaio. Como sabemos, para poder ajudar o governo de Aguirre, o exército do Paraguai, que não tem fronteira direta com o Uruguai, tem de atravessar «uma estreita parte do território do Estado de Corrientes que separa a fronteira meridional do Paraguai da província brasileira do Rio Grande» e, a seguir, uma parte do Rio Grande do Sul.

Para o ministro uruguaio em Assunção, a violação do território argentino não vai fazer desistir Solano López, segundo o qual em Buenos Aires, «a opinião pública não concorda mesmo com as simpatias filo-brasileiras de Mitre⁷²». A mesma opinião pública, afirma o diplomata uruguaio, não vai permitir ao presidente argentino de «fazer a guerra ao Paraguai», mesmo se este violar o território argentino, porque López quer defender a «independência do Estado oriental» e ataca «o Brasil, inimigo natural de todas as repúblicas da América do Sul».

De opinião diametralmente oposta é um argentino que acaba de chegar à Assunção. Este, que falou com o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, declara que se o Paraguai oferecer a oportunidade, o seu país entraria na

⁷² Bartolomé Mitre (1821-1906), presidente da Argentina de outubro de 1862 até outubro de 1868.

guerra, que «seria muito popular em toda a Confederação Argentina.»⁷³

O representante francês em Assunção tem boas relações com a legação brasileira que está à espera de «receber os passaportes» para poder deixar o país⁷⁴, mas isso complica-se, depois do navio brasileiro *Marquês de Olinda* ter sido apreendido pelo Paraguai. O ministro Viana de Lima não pode sair do Paraguai, facto muito grave, nota o cônsul⁷⁵. Comentando este impasse diplomático, Laurent-Cochelet escreve que se trata de «uma prisão disfarçada» porque, bloqueando os navios no porto, impedia-se à legação brasileira – que tinha entretanto recebido os passaportes – de partir. De facto, com crianças, mulheres e tantas bagagens, era praticamente impossível percorrer os 750 quilómetros de Assunção a Corrientes utilizando os transportes terrestres.

Após longas negociações, com a intervenção do representante dos Estados Unidos Washburn⁷⁶, o diplomata brasileiro conseguirá partir no dia 29 de novembro, levando ao mesmo tempo uma das cartas do cônsul francês⁷⁷ para que seja enviada para Paris. A propósito desta atitude hostil de Solano López que tudo fez para impedir a saída dos brasileiros, Laurent-Cochelet não hesita em escrever que «as promessas do general López não valem nada».

Como já dissemos, as críticas do representante francês para com o regime paraguaio e o seu chefe são uma

⁷³ Capdevila nota que na realidade os argentinos estavam muito divididos sobre a eventualidade de uma aliança com o Brasil contra o Paraguai. [*Ob. cit.*, p. 321, nota 1.]

⁷⁴ Carta de 20 de setembro.

⁷⁵ Carta de 22 de novembro.

⁷⁶ Charles Aimes Washburn (1822-1889) é ministro dos Estados Unidos em Assunção de 1863 a 1867.

⁷⁷ Carta de 28 de novembro.

constante das suas missivas. Em primeiro lugar, o culto da personalidade. As festas para o aniversário do Presidente começaram a 24 de julho «e continuam tanto nas províncias como na capital», nota o cônsul⁷⁸ que fala de «numerosos gritos de viva Francisco I», ouvidos na cidade de Concepción:

Num país onde nada se faz sem a autorização prévia do governo, este facto é extremamente importante e pode ser que haja mudança na forma de governo [...]. Fala-se de oito dias de festas militares no campo de Cerro León e talvez seja o lugar escolhido para pôr a coroa imperial na cabeça do Presidente. O que é certo é que nada no Paraguai se poderá opor à realização deste desejo do Presidente cuja adulação ultrapassou todos os limites. Este faz-se idolatrar há um mês duma maneira mais asiática do que europeia.

Na missiva seguinte⁷⁹, Émile Laurent-Cochelet descreve uma recepção e um baile no Palácio presidencial a 28 de agosto, na presença dos representantes diplomáticos e consulares dos vários países e de muitos paraguaios que, logicamente, não podiam faltar : «cada ausência teria sido notada e punida». O cônsul fala de um López simpático, muito afável, «tal um monarca europeu», mas que não engana os diplomatas. Estes tomam consciência que esta atitude é falsa, que tudo é artificial, «como a alegria fictícia do povo». No fundo, o chefe paraguaio é um homem só: «Rodeado de aduladores e sem um único amigo, mesmo do seu sangue, eis a verdadeira situação do general López.»⁸⁰

Em segundo lugar, o representante do governo imperial francês em Assunção acusa o presidente paraguaio

⁷⁸ Carta de 21 de agosto.

⁷⁹ Carta de 6 de setembro.

⁸⁰ Carta de 22 de setembro.

de agir como um ditador sem piedade. Segundo o ministro inglês, «o general López é tão cruel como o ditador Francia e talvez mais»⁸¹. O mesmo diplomata afirma que Solano López dava um imagem de homem aberto, tentando convencer os paraguaios e a Europa «que tinha uma visão civilizadora e tolerante» do papel de presidente, mas quando chegou ao poder «tirou a máscara». Laurent-Cochelet enumera os métodos atrozes usados contra os que não respeitam a sua vontade e mesmo contra quem comete pequenos erros: os que não pagam as cotizações, «são agredidos à paulada ou deportados para o deserto do Chaco»; «um chefe de distrito [...] foi obrigado a viver no meio do campo», sem nenhum abrigo»⁸². Na carta de 2 de novembro, denuncia um fuzilamento de um desertor depois deste ter tido os pés queimados pelo fogo⁸³. Por outras palavras, Solano López faz reinar um regime de terror e «as prisões estão cheias de presos políticos»⁸⁴.

Um terceiro aspeto é sistematicamente denunciado por Laurent-Cochelet, a exploração do povo. A 20 de setembro, escreve sobre os contributos obrigatórios das classes altas da sociedade: num documento, afirmam «pôr as suas vidas, as suas famílias, os seus bens à disposição do governo». Eles não têm escolha: «de boa o de má vontade, têm de o assinar ».

Mas as suas missivas relatam também a mobilização das forças militares. Podemos ler na carta de 21 de agosto:

⁸¹ Carta de 6 de setembro. José Gaspar Rodríguez de Francia (1766-1840) foi ditador do país de 1814 até à morte.

⁸² *Ibid*

⁸³ Neste caso, trata-se de num relato de «um francês, que mora no campo e que merece confiança» e que ouviu o testemunho de mulheres que terão assistido à execução.

⁸⁴ Carta de 20 de setembro.

A situação geral do Paraguai não melhora. Continua-se a pressionar as zonas rurais para que entreguem os seus últimos habitantes que, por doença ou por outros motivos, escaparam ao primeiro recrutamento. Tive notícias de regiões rurais em várias partes do país e todos concordam em representá-las como totalmente despovoadas de trabalhadores.

E o cônsul fica impressionado com a idade muito baixa de «um grande numero de recrutas»⁸⁵. Três meses mais tarde, quando a guerra já não está muito longe, o governo mobiliza os reservistas tal como «todos os comerciantes e homens casados que ainda não tinham feito o serviço militar». O julgamento de Émile Laurent-Cochelet é inapelável:

Podemos constatar que o Presidente não mede as consequências prováveis da sua política e está disposto a sacrificar toda esta desventurada população para conservar o poder que exerce como um rigoroso déspota.

A 12 de dezembro, quando o Paraguai já está a preparar a ofensiva no Mato Grosso, o representante francês admite que, com imensos sacrifícios por parte da população, o exército é deveras numeroso⁸⁶, mas não é suficiente «reunir um exército para ter bons soldados», observa o cônsul que põe em dúvida as capacidades militares destes homens «arrancados às suas famílias contra a sua vontade».

⁸⁵ «A maioria militar começava aos dezasseis anos», CAPEDEVILA, Luc, *Ob. cit.*, p. 312, nota 1.

⁸⁶ Sabemos que há muitas controvérsias sobre os números reais de soldados paraguaios mobilizados para esta guerra. Luc Capedvila fala de 75 000, para uma população de cerca de 450 000 habitantes, como «de uma ordem de grandeza aceitável». *Ob. cit.*, p. 331, nota 1.

Breve nota final

A Guerra da Triplice Aliança suscita, como vimos, um certo interesse na imprensa francófona, embora alguns jornais importantes como *Le Temps* não publiquem quase nada sobre as causas do conflito. O quotidiano parisiense só escreve o seu primeiro comentário a 1 de julho de 1865. Os dois jornais suíços também inserem pouquíssimas notícias. O *Journal de Genève*, por exemplo, publica uma única informação no outono de 1864 e, em 1865, só insere as correspondências vindas do Rio, todas favoráveis à política do governo de D. Pedro II, sem as comentar.

A esmagadora maioria destes órgãos de imprensa adoptam um ponto de vista favorável ao governo de Solano López e censuram a atitude do Brasil, culpado, na opinião destes analistas, de ter invadido o Uruguai em plena guerra civil, tomando o partido do rebelde Flores. Como vimos, alguns comentadores, entre os quais sobressai a figura do anarquista Elisée Reclus, enaltecem a figura do presidente paraguaio, sublinham a força do seu exército e louvam o estado das suas finanças. A grande maioria dos jornalistas aqui referidos percebem os temores, as preocupações do Paraguai, depois da decisão do gabinete do Rio de Janeiro de atacar o governo de Montevideu.

Quase todos lamentam que as grandes potências europeias e os Estados Unidos não tenham conseguido travar o rumo dos acontecimentos e receiam as consequências negativas para os interesses comerciais das nações do Velho Continente. Sobre a atitude da Argentina, as análises divergem: alguns pensam que está interessada a aliar-se com o Brasil e a ocupar uma parte do território da

Banda Oriental; outros, mais prudentes, consideram que Buenos Aires não está em condições de intervir.

O que pode surpreender o leitor do século XXI, é que, salvo Ernest Dottain do *Journal des Débats*, quase nenhum analista tenha considerado que o Paraguai é um pequeno estado, sem acesso ao mar, com uma população muito menos numerosa e que tem de enfrentar um vizinho poderoso, o Brasil. Além disso, se o seu exército atravessar o território argentino, Buenos Aires declarar-lhe-ia a guerra: por conseguinte, teria um outro grande Estado contra si.

Como já foi referido no início, em 1864, as distâncias entre os dois continentes eram consideráveis e só alguns raríssimos jornalistas tinham visitado a América do Sul. Talvez este facto não tenha permitido aos analistas francófonos de terem em conta as realidades geográficas dos vários países, a força que virá a ter o exército brasileiro no curso da guerra e o inevitável esgotamento das tropas paraguaias a médio e longo prazo.

A correspondência do cônsul francês em Assunção dá uma imagem completamente diferente de Solano López. Na sua opinião, o presidente do Paraguai é um tirano sem piedade, um ditador cruel, um manipulador mitomaníaco sem escrúpulos que mobiliza e sacrifica praticamente toda a população masculina adolescente e adulta para combater.

«Custa-me acreditar que Solano seja tão cego ao ponto de declarar uma guerra ao Brasil, conflito que esgotaria completamente este pobre país», escreve Émile Laurent-Cochelet na sua carta de 6 de setembro. Sabemos hoje em que estado se encontrará o Paraguai cinco anos e meio depois, no fim da guerra, cujas consequências marcaram o país de uma forma perene.

América Platina e os desafios comerciais e industriais do século XIX

Vanderlei Borba*

1. Introdução

O jogo de interesses entre Colônias/Estados na América Platina⁸⁷ foi mantido por um complexo sistema de alianças políticas. Ora desenvolviam-se ações pró determinados grupos políticos e econômicos, ora em ações contrárias, levando à construção/desconstrução de alianças, conforme a oscilação de poder. Este conjunto de Estados na

* Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. DSc em Integração Regional (UFPEL).

⁸⁷ O termo América Platina, tecnicamente, refere-se à uma região da América do Sul formada por Argentina, Paraguai e Uruguai, que são banhados diretamente pelo Rio da Prata ou Rio de la Plata; mas, na bacia hidrográfica, incluem-se os rios Uruguai, Paraná e Paraguai (todos em divisas do Brasil). Para este trabalho, a América Platina está representada pelo conjunto de Estados de abrangência da bacia hidrográfica: Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai.

bacia hidrográfica do Rio da Prata⁸⁸ e de condições díspares incluía:

(a) na Banda Oriental/Uruguai - Colorados (defensores da posição de proeminência do porto e da cidade de Montevidéu, com apoio da burguesia de Buenos Aires, da representação imperial brasileira e das metrópoles europeias) e Blancos (defensores da posição rural e da economia de base primária, com apoio dos Federalistas das Províncias Unidas do Rio da Prata, do Paraguai e de latifundiários gaúchos/brasileiros ocupantes da metade norte do Uruguai). Por inúmeras vezes, o Brasil invadiu o Uruguai (IMAZ et al, 1986) para defender seus interesses regionais, ora derrubando/associando-se a Blancos ou Colorados no poder (NAHUM, 1999);

(b) em Buenos Aires/Argentina - Portenhos ou Unitários (em defesa de Estado único e da predominância do porto bonaerense) e Federalistas (defensores de províncias independentes, com pretensões à liberação de outros portos na bacia do rio da Prata e sem submissão a um governo central);

(c) no Paraguai - Chacareros ou Lopiztas (em defesa de Estado autônomo, com pretensão a acesso a porto platino para exportação-importação e reocupação de territórios ocupados por Brasil e Províncias Federalistas no nordeste argentino) e Anti-lopiztas ou Proprietários (pela subordinação a um dos portos, Buenos Aires ou Montevidéu, e, pela desestatização de terras e da produção). A invasão do Uruguai, pelo Brasil, limitou a opção de acesso ao mar pelo porto de Montevidéu. O porto de Buenos Aires já estava limitado em razão do apoio paraguaio aos projetos das Províncias Federalistas; e,

⁸⁸ Ver em Dados Adicionais: Figura 1. Mapa da bacia hidrográfica do rio da Prata.

(d) no Império Brasileiro - Conservadores e Liberais, que, ao alternarem-se no Governo, dedicavam-se à lógica mercantil e de poder estabelecida pela política externa (BANDEIRA, 2012), associando-se/dissociando-se dos grupos de Buenos Aires ou das Províncias Federalistas, dos grupos dominantes de Montevidéu ou do interior da Banda Oriental e das sucessivas ditaduras republicanas do Paraguai.

No centro dos anos de 1800, situa-se o início da Guerra da Trílice Aliança, quando da retaliação do Paraguai ao Brasil, pela invasão ao Uruguai⁸⁹, em 1864, atacando navio brasileiro e invadindo partes das províncias de Mato Grosso e do Rio Grande de São Pedro e na invasão das províncias federalistas de Misiones e Corrientes. A Trílice Aliança⁹⁰ configurou uma associação entre Argentina (governada por Bartolomeu Mitre), Brasil (por D. Pedro I) e Uruguai (comandado por Venâncio Flores) contra o Paraguai (presidido por Solano Lopez, que usou reservas acumuladas desde as ditaduras de Francia e de Antônio Carlos Lopez, para sustentar e ampliar seu projeto militar, com materiais adquiridos à França e aos exércitos desmobilizados das guerras europeias).

Os Estados da América Platina em disputa pelo poder regional, por territórios e pelo privilégio de exportação-importação em portos próprios ou contratados (RIBEIRO, 1986), desenvolviam economias (de base primária) competitivas entre si e sem projetos de integração

⁸⁹ A invasão, de 1864, desagradou ao Paraguai, por impedir a navegação pelos rios platinos e, por decorrência, prejudicar sua economia.

⁹⁰ A Inglaterra estimulou a banca financeira (Estado e bancos) a realizar empréstimos ao Brasil e à Argentina para formatar, armar e sustentar exércitos. O Uruguai recorreu a empréstimos junto ao Império do Brasil.

para enfrentar as condições impostas pelas metrópoles europeias para comércio e, depois, pelo industrialismo.

2. Contexto Mundial e a América Platina⁹¹

Os territórios que hoje constituem as Américas, antes de 1492 não figuravam em mapas, pois a ideia de um quarto continente ainda não estava consolidada. A cosmologia cristã dividia o mundo em apenas três continentes⁹²: Ásia, África e Europa. Assim, o conceito de América surge como extensão da visão provinciana e particular da interpretação cristã de mundo.

Com o advento da conquista e incorporação do continente, a América passa a integrar as novas possessões coloniais dos reinos de Portugal e de Espanha, que por sua orientação e adesão aos princípios da cristandade (ZANOTELLI, 1998), obtiveram amplas benesses papais, como a divisão das terras globais, pelo Tratado de Tordesilhas, o qual determinava que metade do globo '*pertenceria*' à Espanha e a outra metade a Portugal. Tal fato, incluía as Américas, com mais repercussão na América do Sul, pois o Tratado limitava Portugal à costa atlântica até Laguna/SC, enquanto que à Espanha ficava com todo o *hinterland* até o Pacífico e o litoral do Atlântico Sul.

Os limites entre as duas coroas, na América⁹³, não se mantinham apesar dos inúmeros tratados firmados (OLIVEIRA, 1997; ALVES, 2000), sendo cada espaço

⁹¹ Ver PORTO-GONÇALVES & QUENTAL. (2012). In: <https://journals.openedition.org/polis/3749>

⁹² Ver em Dados Adicionais: Figura 2. Mapa-múndi de Sallustio.

⁹³ Ver animação da evolução territorial da América do Sul. Acessado em fevereiro de 2020. Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2014/06/mapa-com-animacao-mostra-evolucao.html>

territorial disputado e submetido a diferentes arbitragens, principalmente, da igreja católica, interessada em ampliar sua atuação e, conseqüentemente, beneficiar-se da submissão de novos 'convertidos', capazes de gerar trabalho servil, indicar riquezas minerais, produzir bens primários e consumir bens da metrópole.

A integração/globalização (BALASSA, 1982), de hoje, é um processo iniciado com a conquista das Américas, que fortaleceu o mercantilismo e, depois, o sistema industrialista, reforçando o poder centrado na Europa. Até então, não se poderia falar em história de fato mundial, pois o que existia eram histórias desconexas de povos fora dos circuitos de comércio. No século XVI, das grandes navegações, ocorreu significativa transformação para o comércio com as rotas Mediterrâneo-Atlântico-África-Índico, Mediterrâneo-Atlântico-Américas e Mediterrâneo-Atlântico-Pacífico.

Os circuitos comerciais⁹⁴ de todas as regiões do planeta estavam, pela primeira vez, conectados. Um novo padrão de poder mundial se instituiu, centrado na Europa. A ampliação do mercantilismo, com a inclusão da América, sob controle europeu, constitui a base para a formação/consolidação da economia capitalista, pois sem ouro, prata e outros minerais da América, sem a ocupação de terras para o plantio da cana-de-açúcar, café, tabaco e outras especiarias, e, sem a exploração do trabalho servil e escravo, a Europa não se faria nem moderna, nem centro do mundo.

Na base do novo padrão de poder, as metrópoles usam o *colonialismo*, como controle político e econômico. A colonização envolveu conquista, com submissão das

⁹⁴ Ver em Dados Adicionais: Figura 3. Rotas Comerciais antes da América; e, Figura 4. Rotas Comerciais com a América.

populações (extermínio, servidão, escravidão)⁹⁵, com posse/tomada de territórios e com a exploração das riquezas naturais. Na constituição da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e da produção: servidão/escravidão, produção primária e exploração de minerais estavam articulados aos capitais disponíveis, que só a Europa, da época, era capaz de dispor.

A partir dos anos 1800, estabelece-se nova configuração de forças no cenário mundial. Portugal e Espanha já não possuíam força e liderança dos três séculos anteriores e entravam em decadência. França e Inglaterra se consolidavam como as duas principais potências imperiais da Europa. A debacle dos reinos ibéricos implicava que as colônias americanas perdessem seus referenciais naturais. A concepção de América passava a ter nova conotação, a partir dos intelectuais de origem hispânica, já nascidos na América, ao associarem-se à ideia francesa de opor-se à Inglaterra, à Alemanha e à Holanda pela hegemonia da Europa e pelo circuito global de comércio.

Na França, de Napoleão III (1852-1870)⁹⁶, florescia o *panlatinismo*, apregoando a unidade dos povos latinos sob liderança e vanguarda da França, para fazer frente aos povos

⁹⁵ Com o beneplácito da Bula do Papa Nicolau V, *Dum Diversas*, em 1452, os reinos ibéricos católicos estavam com “*permissão plena e livre para invadir, buscar, capturar e subjugar pagãos e outros infiéis e inimigos de Cristo onde quer que se encontrem, assim como seus reinos, ducados, principados, e outros bens, e para reduzir as suas pessoas à escravidão*”. As sucessivas bulas (*Romanus Pontifex*, 1455; e, *Etsi Cuncti*, 1456) reafirmavam e ampliavam a autorização de pilhagem, conquista e escravidão (COSTA, 2019).

⁹⁶ Michel Chevalier (1806-1879), intelectual francês, ‘separou’ a Europa em nações de origem latina (representados por Portugal, Espanha, Itália e França, de formação católica) e as de origem anglo-saxônica/teutônica (Inglaterra, Alemanha, Holanda, de formação protestante).

germânicos e anglo-saxões. Neste período, na Europa, evolui o movimento filosófico e literário do *romantismo*, ambiente cultural que favoreceu o surgimento de ideologias nacionalistas a partir da concepção de que a unidade política do Estado é precedida pela unidade de língua, raça e costumes, para justificar o controle político de determinados grupos sobre outros. É neste cenário de apelo nacionalista, que o panlatinismo é arquitetado, configurando-se como um projeto imperialista francês que incluía a submissão das ex-colônias ibéricas do continente americano.

Ainda, no mesmo período, em razão das várias guerras travadas em solo europeu, muitos exércitos estavam em desmobilização, o que gerava excedentes dispostos a migrar para a América, para assumir guerras mediante ofertas de terras por sucessos alcançados. A ausência de exércitos regulares na América espanhola e lusa impunha a busca de oficiais e aparatos militares na Europa, tendo como moeda de troca a produção de bens primários, exploração de minerais, liberação/redução de taxas de operações alfandegárias, e, principalmente, pelos empréstimos junto aos governos da Inglaterra, da Holanda e da Alemanha (com favorecimento ao Brasil, já independente de Portugal) e da França (com maior favorecimento às ex-colônias espanholas, relativamente reunidas no Vice-Reino do Prata).

A busca por independização nos Estados na Bacia do Rio da Prata era de difícil configuração, dado que: (a) Buenos Aires buscava a hegemonia econômico-comercial com seu porto e a manutenção de um vice-reino coeso (visão unitária, em oposição à visão federalista das demais Províncias); (b) o Paraguai, já independente e republicano, buscava acesso permanente a porto marítimo, pela necessidade de realizar trocas comerciais; (c) o Banda Oriental/Uruguai, dividido entre blancos e colorados (ora mais próximos da visão portenha/unitária, ora das Províncias Federalistas e, ainda,

ora pró ou contra luso-brasileiros) não conseguia afirmar/confirmar, naquele momento histórico, Montevideú, como base portuária estável; e, (d) o Brasil mantinha interesses comerciais e territoriais, em continuadas guerras contra estes Estados.

Assim, os processos de independização nas ex-colônias, nos anos 1800, colocaram as elites locais (descendentes de espanhóis e de lusos nascidos na América) diante da necessidade de redesenhar e construir uma nova identidade, cujo ideal era representado pela França e/ou Inglaterra, respectivamente. Era a forma engendrada para renegar seu passado colonial, atrelado à Espanha ou a Portugal, enquanto imaginavam-se associados à modernidade europeia instituída pelos Estados francês e inglês, detentores do poder europeu.

3. Contexto Político-Econômico na América Platina

3.1. Colônia Portuguesa – Império do Brasil

Desde os anos 1700, com a afirmação da dinastia de Bragança, Portugal estabeleceu aliança político-econômica com a Inglaterra, formalizada no Tratado de Methuen. A Guerra da Sucessão Espanhola, por sua vez, propiciara aos ingleses, através do Tratado de Utrecht, preponderância nas relações com os espaços coloniais da América, com vantagens estratégicas e comerciais.

A questão das fronteiras dos domínios ultramarinos portugueses estava em pauta desde o final do século XVII, a partir do estabelecimento da Colônia do Sacramento, às margens do rio da Prata (BANDEIRA, 1985). As negociações,

desde 1713, encaminharam um longo processo de reconhecimento e mapeamento, formalizado no Tratado de Madri, em 1750. Esse quadro de afirmação dos domínios, constituiu as diretrizes do reinado de D. José I, o chamado Consulado Pombalino.

Em relação ao Brasil, a pauta política metropolitana era de incentivo à diversificação agrícola (incluindo plantações de cana de açúcar, arroz, trigo, tabaco, cacau, etc), às ações de conquista, de ocupação e de defesa de territórios, e, de novas formulações administrativas. Economicamente, no Brasil, o açúcar (com forte concorrência do açúcar holandês caribenho) dividia com o ouro a quase totalidade das exportações, propiciando a Portugal acumulação de capitais, apesar de parcela substantiva esvair-se para outros Estados europeus, que incrementavam seus respectivos processos de produção industrial.

As raízes da incipiente industrialização portuguesa envolveram indústria, agricultura e circuito comercial. O estímulo à agricultura tornou-se o esteio da nova política econômica: produtos para reexportação (açúcar, cacau, tabaco), alimentos para a população metropolitana (arroz) e matérias-primas para as manufaturas (algodão, couros, lãs) enlaçavam agricultura e manufatura. O estabelecimento de companhias de comércio fechava o circuito, aproximando os espaços coloniais dos espaços metropolitanos, mas isto tornava Portugal mais dependente da produção colonial.

A ideia de expansão territorial, no ambiente da Guerra dos Sete Anos (1756-1763, entre Portugal e Espanha), impulsionou a necessidade de reforço da defesa no sul do Brasil (em razão da oferta de couros, carnes e lãs), agravada pelas dificuldades de comunicação e baixa densidade populacional da Província do Rio Grande de São Pedro. As ocupações/desocupações territoriais, envolvendo Colônia do Sacramento, a faixa litorânea atlântica (do forte de Santa

Teresa até as proximidades de Mostardas), o norte da Banda Oriental (a partir do rio Negro, em direção setentrional), a incorporação das Missões (nos limites das Províncias Unidas do Rio da Prata) e o avanço em território paraguaio (na conformação das Províncias do Paraná e Mato Grosso), mantiveram a metrópole lusa e, depois, o Império do Brasil em constante alerta na região platina.

O Império do Brasil (BANDEIRA, 1985; e, PEREGALLI, 1982) incorporou a Banda Oriental, como Província Cisplatina, fato que perdurou até 1830. A economia uruguaia ficou submetida aos interesses produtivos das charqueadas rio-grandenses e o porto de Montevideu operava conforme as normas imperiais e no interesse predominante das metrópoles europeias. As revoluções internas no período imperial, incluindo-se a Revolução Farroupilha, mantinham o sul do Brasil em permanente estado de beligerância, para sustentar os interesses mercantis regionais e de acesso aos rios da área platina.

A dinâmica comercial da Colônia, principalmente pela mineração, abriu espaço para surgimento e crescimento de grupos mercantis, que passaram a investir na produção organizada, com intervencionismo e centralização na administração de mercadorias exportáveis, o que demandava ampliação da defesa para consolidar as conquistas territoriais e a dominação do espaço colonial. As ações das companhias de comércio foram estimuladas para gerar maiores ganhos para a metrópole, que, neste caso, se isentava dos encargos de defesa e de exploração. O caráter mercantil da empreitada mascarava as motivações das companhias que visavam acumulação de capitais, sob a forma de metais/minerais (no período mercantil) e moedas de padrão-ouro (no período do industrialismo).

A economia brasileira, a partir de 1850, contou com amplo aparato legal (CROCE, 2015): (a) Lei Eusébio de Queiroz - suspendeu o tráfico negreiro e incentivou a imigração de mão-de-obra; (b) Lei de Terras - definiu parâmetros para a aquisição de terras públicas; e, (c) Lei do Código Comercial - regulamentou os setores bancário, de instituições creditícias, de marinha mercante, de companhias de seguro, entre outros. As bases estabelecidas por essas leis, para a consolidação dos mercados de trabalho, terra e capital, balizaram a economia brasileira no II Reinado. A Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870, contribuiu para a emergência do setor industrial brasileiro, uma vez que os obstáculos de importação, que o país vivenciou durante o conflito, levaram à substituição de importações, alavancando, de certa forma, uma incipiente indústria brasileira.

3.2. Colônias Espanholas - Vice-Reino do Prata

O Vice-Reino do Rio da Prata, estabelecido em 1776, foi o último e mais curto vice-reino, incluía todos os territórios do Vice-Reino do Peru, exceto a Capitania Geral do Chile. O vice-reino foi a forma engendrada pela Espanha, para continuar o processo colonial, além de tentar conter o expansionismo e interesses comerciais das metrópoles, como a Inglaterra, França, e, sobretudo, Portugal.

Com a invasão de Napoleão, em 1807, ao território espanhol, os laços de colonialismo distenderam-se, oportunizando movimentos emancipatórios: (a) habitantes de Buenos Aires começam a Revolução de Maio, que expulsou o vice-rei espanhol, elegeram uma Junta de Governo integrada pela *elite criolla*, resultando na longa Guerra de Independência (1810/1824) e envolvendo a

maioria das províncias do antigo Vice-Reino do Rio da Prata sob o nome de União das Províncias do Rio da Prata; (b) Paraguai já era independente desde 1811, sob a forma de república; e, (c) províncias confederadas na Liga Federal ou União dos Povos Livres (Corrientes, Entre-Rios, Misiones, Santa Fé e Banda Oriental), lideradas por Artigas, declararam independência em 1815.

3.3. Colônias Espanholas - Províncias Unidas do Rio da Prata

Províncias Unidas do Rio da Prata foi a forma de estruturação política usada para reunir: (a) Buenos Aires, cuja força provinha do porto e de sua localização estratégica; (b) Liga Federal ou União dos Povos Livres, destacando-se Banda Oriental, Entre-Rios, Misiones, Corrientes, Santa Fé, Córdoba, Cuyo (com Mendoza, San Juan e San Luiz), Tucumán (com Tucumán, Santiago del Estero e Catamarca), Salta (com Salta, Jujuy e Tarija/Chichas); (c) no Sul, na fronteira entre o Pampa e a Patagônia, em território indígena, ficava Carmen del Patagones, que sem ocupação e representação acabou por ser parte da Província de Buenos Aires; e, (d) as Ilhas Malvinas, desabitadas pelas forças monarquistas hispânicas em 1811, foram reocupadas em 1820.

Após o fim das guerras de independência, vários Estados soberanos surgiram a partir das antigas colônias espanholas. Bolívar buscou assegurar a independência da América espanhola para opor-se às potências europeias (Inglaterra e França) e à expansão dos Estados Unidos. No Manifesto de Cartagena, de 1815, defendia que as províncias espanholas na América deviam unir-se contra o domínio espanhol, para evitar reconquista, mas não estava claro para as ex-colônias o que os novos Estados fariam em substituição

ao modelo monárquico, pois ainda se identificavam com suas raízes espanholas. Na América Platina, as Províncias Unidas não se mostravam viáveis como unidade política pelo clima de constante de guerra entre Federalistas e Unitários. Argentina só se tornaria unida na década de 1850.

Bolívar propôs uma liga de repúblicas americanas independentes. O Brasil não foi convidado, pois sendo uma monarquia poderia ameaçar a existência de novas repúblicas; e, nem a Argentina, pois a região carecia de efetiva unidade política. Assim, a América Platina ficou alijada de tentativas de processos integradores, mas a ideia de refutação às metrópoles acirrou-se e, de alguma forma, contribuiu para desenvolver sentimentos nacionalistas.

A busca pela primazia, no Rio da Prata, entre os portos de Buenos Aires e de Montevidéu refletiu-se na animosidade entre portenhos e orientais. Tal rivalidade gerou o *localismo*, ideário de igualdade e autonomia de cada Província do ex-Vice-Reino. Quando Buenos Aires, em 1813, convocou os representantes das diferentes Províncias para integrar uma Assembleia Geral Constituinte, os orientais em Congresso (05/04/1813) encarregaram, seus deputados, à defesa de quatro teses fundamentais: (i) *independência* - ruptura total com a Espanha; (ii) *república* e (iii) *democracia liberal* - sistema de governo similar ao dos Estados Unidos da América do Norte; e, (iv) *federação/federalismo* - reconhecimento da soberania de cada Província, com governo autônomo, e governo central com delegados de todas as Províncias. As teses da Banda Oriental contrapunham-se às tendências monárquicas e centralistas dos portenhos, os quais dispunham de meios para estruturar aparato militar, tanto que derrotou a esquadra espanhola e obrigou, em 1814, o governador espanhol à capitulação, bem com a entrega de Montevidéu ao comando bonaerense.

Artigas, reassumindo operações na Banda Oriental, derrotou os bonaerenses (em 1815), assumiu a praça de Montevideu e consolidou o primeiro governo autônomo, com ações em prol do interior, com retomada e distribuição de terras e de gados, mas em desfavor a latifundiários orientais e gaúchos/brasileiros ocupantes do norte da Banda Oriental. Em paralelo, difundiu ideias federalistas nas Províncias de Entre-Rios, Corrientes e Misiones (limítrofes à bacia do Rio da Prata) e em Províncias do interior (Santa Fé e Córdoba) contra o centralismo de Buenos Aires. Tal ideário era contrário aos interesses do Império Brasileiro e dos portenhos unitários, o que levou à invasão da Banda Oriental em 1816. Com a luta aberta, as Províncias da Liga Federal foram sendo batidas ou acordaram com Buenos Aires, o que deixou Artigas sem apoio e o levou a retirar-se para o Paraguai a convite do ditador Francia.

4. Mercantilismo e Industrialismo: impactos na América Platina

Ao final da década de 1830, todos os Estados na América Platina constituíam-se em Estados independentes: Paraguai (1811)⁹⁷, Argentina (1815), Brasil (1822) e Uruguai (1830). As continuadas lutas internas contribuíram para consumir os escassos recursos materiais, pois suas economias dependiam de produtos primários, minerais e de algumas manufaturas, que sustentavam trocas comerciais com produtos manufaturados e industriais das metrópoles europeias. Foi, neste contexto, que os Estados platinos passaram a enfrentar o mercantilismo e o industrialismo.

⁹⁷ Ver em Dados Adicionais: Figura 5. Mapa do Paraguai antes e após a Guerra da Tríplice Aliança.

4.1. Mercantilismo

O *mercantilismo*⁹⁸, no contexto político do Absolutismo Monárquico, era um conjunto de medidas econômicas que garantia, às metrópoles europeias, acumular metais preciosos e obter lucros nas atividades mercantis e de exploração das colônias. O sistema mercantilista associa-se, no século XV, à expansão marítima e comercial, que visava enriquecer a metrópole (representada pelas cortes e burguesia) e reforçar o poder real. O mercantilismo perdurou até fins do século XVIII para o contexto de alguns Estados europeus e até a segunda metade do século XIX para os Estados platinos, passando por transformações e adaptações conforme a realidade e conjuntura econômica de cada Estado.

No século XVI, as Metrôpoles usaram o *metalismo*, como forma de mensurar a acumulação de metais/minerais preciosos; no século XVII, os Estados valorizaram seu comércio exterior, seu mercado interno e sua própria indústria manufatureira para evitar importações e manter balança comercial favorável; e, no século XVIII, as colônias passaram de simples fornecedoras de matérias-primas ao papel de consumidoras dos mercados metropolitanos.

A **política econômica mercantilista** impunha:

(a) *forte intervenção estatal na economia*: para proteger o mercado interno, os monopólios comerciais e garantir a expansão do comércio a mercados internacionais. O Estado incentivava a criação de companhias comerciais para manter vastos impérios coloniais, cuja relação era regulada pelo

⁹⁸ “Nesse modelo, pouco se produzia e a regra para se fazer fortuna era buscar produtos primários ou artesanalmente manufaturados em outras regiões, pelo menor preço possível ou mediante a guerra, o saque, e obter o máximo lucro possível na venda” (COSTA, 2019, p.100).

pacto - Exclusivo Metropolitano (sistema de monopólio comercial, no qual a metrópole adquiria, das colônias, produtos primários e vendia artigos manufaturados, com superávit na balança comercial);

(b) monopólio: para assegurar o domínio das atividades econômicas pelo Estado, que, então, podia fazer concessões comerciais, mediante contratos exclusivistas, que geravam pagamento de tributos e de parcela dos lucros;

(c) expansão do poderio naval⁹⁹ - para garantir fluxo comercial e de comunicações entre as colônias e as metrópoles.

(d) exploração das Colônias: pela ampliação da exploração de produtos e bens materiais (ouro e prata) e como mercado consumidor de bens da metrópole;

(e) protecionismo: para salvaguardar o mercado interno, por aumento de taxas alfandegárias, as quais desestimulavam o consumo de bens externos por aumento de custos, e, estimulavam o consumo dos produtos locais. As tarifas alfandegárias também se aplicavam às matérias-primas locais, para obstaculizar exportações e minimizar a concorrência;

(f) metalismo: como medida da quantidade de metais/minerais preciosos acumulados. No século XVII, o conceito se readéqua, porque já não bastava acumular metais sem que houvesse equilíbrio ou superávit da balança comercial. A Espanha, no século XV, como o Estado mais rico da Europa (devido ao ouro e a prata oriundos das colônias da América), possuía processos precários de manufaturas e de agricultura, levando-a a importar, de outros Estados europeus, a quase totalidade das mercadorias necessárias ao seu consumo. Como essas

⁹⁹ No século XV, Portugal exerceu a supremacia naval; no séc. XVI, Espanha; no séc. XVII, Holanda; e, no séc. XVIII, Inglaterra.

importações eram pagas em ouro e prata, os metais preciosos que chegavam à Espanha eram, de imediato, desviados para o resto da Europa, o que a tornava apenas ponto de passagem para outros Estados em maior estágio comercial e industrial, como França, Inglaterra, Holanda, Bélgica e Alemanha;

(g) *desenvolvimento do parque de manufaturas* - o Estado concedia o monopólio de determinados ramos da produção ou criava estatais de manufaturas, tendo como meta a autossuficiência econômica e a geração de excedentes exportáveis; e,

(h) *balança comercial superavitária*: exportar mais do que importar; ou ainda, vender por maior valor os bens produzidos ou reexportados. Para ser superavitário era preciso buscar e garantir mercados externos crescentes para as exportações (resultando em aumento do estoque de metais preciosos) e proteger internamente a economia pela redução de importações (evitando a saída de metais preciosos).

Quadro 1. Mercantilismo dos séculos XV ao XVIII

MERCANTILISMO (Capitalismo Comercial) - séculos XV ao XVIII	
Metrópoles	Colônias
1. Controle estatal da economia	1. Economia submetida às demandas da metrópole colonizadora
2. Protecionismo ao mercado interno	2. Comércio limitado às trocas com a metrópole colonizadora

3. Metalismo (acúmulo de metais preciosos)	3. Exploração de metais e minerais preciosos (ouro, prata, diamantes)
4. Balança comercial favorável (mais exportação do que importação)	4. Balança comercial desfavorável (bens primários exportados de valor inferior aos bens importados da metrópole)
5. Concessão de monopólios comerciais aos membros da nobreza e/ou da burguesia	5. Extração de bens primários (madeira, couros, lã, sebo, charque, açúcar, algodão e especiarias)
6. Trabalho servil e/ou assalariado	6. Trabalho escravo ou servil

Autor: Borba, V. (2020)

4.2. Industrialismo

A aplicação de medidas mercantilistas dependia das políticas econômicas de cada Estado, cujo resultado, para as metrópoles, foi o de consolidar Estados nacionais e uma burguesia comercial, com expansão marítima e aprofundamento do sistema colonial. A **passagem do mercantilismo ao industrialismo** ocorreu com (a) *inovações tecnológicas* - a Revolução Industrial, na Inglaterra de 1760, marcou a incorporação da máquina a vapor na produção de bens, transformando as manufaturas em produção industrial (em escala e com distribuição efetiva), ampliada pelo crescimento demográfico e expansão das cidades; e, (b) *rupturas políticas* - a Revolução Francesa de 1789, abalou e modificou as estruturas (política, social e econômica) vigentes à época. O poder passou às mãos da burguesia, que

creceu e beneficiou-se com a intensificação do comércio, derrotando os regimes absolutistas.

A **economia do industrialismo** assentava-se em *liberalismo econômico, Estado mínimo e não intervenção estatal na economia*. Este conjunto de regras levou ao aumento da produtividade, à diminuição de valores dos bens e à acumulação de capital, com impactos sociais no trabalho (maiores jornadas, redução de salários e aumento do desemprego).

A **política econômica industrialista** aplicava-se a/a:

(a) *fomento da produção industrial* - o Estado concedia, a grupos particulares, o monopólio de alguns ramos da produção, para alcançar economia de escala e gerar excedentes exportáveis;

(b) *ampliação do comércio* - o comércio, entre metrópoles e os Estados da América Platina, era controlado e fiscalizado, com base em tratados/acordos econômicos, que garantiam, às metrópoles, adquirir produtos primários e/ou semimanufaturados a baixo custo e vender bens manufaturados a maior custo, gerando superávit na balança comercial, e, déficits para as ex-colônias; e,

(c) *valorização/desvalorização das moedas nacionais* - para as metrópoles, a moeda nacional, com base em ouro, facilitava aquisições; já, para as Estados da América Platina ocorria o inverso, demandava mais bens ou capitais para as aquisições, gerando déficits nas balanças comerciais, que requeriam empréstimos e geravam dívidas externas.

Quadro 2. Industrialismo dos séculos XVIII e XIX

INDUSTRIALISMO (Capitalismo Industrial) – séculos XVIII e XIX	
Metrópoles ou Países Desenvolvidos	Colônias ou Países Subdesenvolvidos
1. Transformação de bens importados em produtos industrializados, com aumento do valor agregado	1. Extração de produtos primários (madeiras, couro, lã, charque, sebo, tabaco, açúcar, erva mate e outras especiarias) 2. Exportação de semimanufaturados
2. Maior controle estatal e fiscalização da economia, sem intervencionismo	3. Comércio limitado a acordos econômicos (tarifas portuários, volumes exportáveis e importáveis);
3. Mercado interno protegido ou ajustado às complementariedades econômicas	
4. Balança comercial favorável (mais exportação do que importação)	4. Balança comercial desfavorável (bens exportados a valor inferior aos importados)
5. Acumulação e/ou valorização das moedas nacionais	5. Desvalorização das moedas nacionais, formação de dívidas externas

Autor: Borba, V. (2020)

5. Integração/Globalização Econômica: impactos na América Platina

O processo de integração das economias (PREBISH, 1964; MYRDAL, 1972; FURTADO, 1974; VILLAR, 1991) sempre visou a redução dos espaços econômicos a um

sentido unitário e utilitário, dando trânsito livre regional e mundial aos produtos, aos capitais e à mão-de-obra.

A integração econômica (PUIGRÓS, 1965) pode ter seu início correlacionado ao Mercantilismo, ao assumir o axioma de que o comércio era a fonte de riqueza. Portugal e Espanha ao promoverem a expansão de rotas comerciais marítimas, atingiram diferentes mercados de comércio: (a) na Ásia, com a compra de especiarias e sua venda nas metrópoles; (b) na África, com a compra de escravos e sua venda nas metrópoles e colônias; e, (c) na América, com a exploração de metais e minerais preciosos, de produtos florestais (pau-brasil, erva-mate e outras madeiras), de produtos agrícolas (açúcar, tabaco, cacau, algodão), de pecuária (couros, charque, sebo, lãs), de venda de escravos, e, de venda de manufaturas da metrópole.

Este processo beneficiou as cortes ibéricas, que acumularam mercadorias e capitais, mas sem reflexos no seu desenvolvimento de longo prazo (CARDOSO & BRIGNOLI, 1987), pois o que era obtido pela exploração das colônias (VILLAR, 1991), via de regra, acabava nos Estados com parques manufatureiros e industriais mais avançados ou nos gastos com aquisição de especiarias na Ásia, no pagamento de escravos na África, nos custos da estrutura naval e militar, além da dilapidação em bens supérfluos. À medida da ampliação das rotas comerciais, da melhoria das condições de navegação e da inclusão de novas rotas e espaços comerciais, ocorre maior **integração econômica**, o que vai levar, gradualmente, à **globalização econômica** (como processo de **intercâmbio** social, cultural, político e econômico entre **diferentes sociedades**), com ampliação das trocas e dos negócios.

O processo de globalização do comércio, que facilitou a expansão do mercantilismo (com metalismo) e do industrialismo (com acumulação de capitais), passou por

diferentes fases ao longo da história (BALASSA, 1982). A 1ª fase da globalização, entre os séculos XV e XIX, foi marcada pelas **Grandes Navegações**. Antes da expansão marítima, as sociedades tinham menos contato, pela ausência de transportes que favorecessem as comunicações e o comércio. O isolamento mantinha sociedades independentes e com produções autônomas, ao contrário do que vai ocorrer em processos econômicos de integração e de globalização. A expansão marítima foi o movimento que propiciou, às metrópoles europeias, o **estabelecimento de colônias na América** e início do processo de globalização.¹⁰⁰

A inexistente integração entre os Estados da América Platina e de suas economias era um dos resultados da oposição entre a condição urbana (com porto, exportadora de bens e importadora de manufaturas, dominada pelas

¹⁰⁰ As outras fases da globalização não têm relação com o escopo do trabalho, mas expõem-se: 2ª fase - inicia-se no final do século XIX e dura até o fim da Segunda Guerra Mundial, com avanço **do capitalismo**, além da expansão e dominação política e econômica de Estados europeus sobre os continentes africano, asiático e americano, colocando-os em posição de dependência econômica e sendo usados para fornecimento de matérias-primas, de mão-de-obra e consumidoras dos bens metropolitanos. Os avanços tecnológicos facilitaram a aceleração do crescimento industrial e da globalização, com o consequente fomento das relações econômicas entre Estados: uso da eletricidade, de locomotivas e de navios a vapor; 3ª fase - no período da **Guerra Fria** (1945-1991), com conflito entre dois modelos econômicos opostos - as potências do sistema capitalista (Estados Unidos e Inglaterra) e as do sistema socialista (ex-União Soviética); e, 4ª fase - a partir da queda do Muro de Berlim (novembro de 1989), em que há mais avanços tecnológicos (computação), que influenciaram diretamente no sistema capitalista, permitindo que multinacionais cheguem a diferentes Estados. Nesta fase surgem **blocos econômicos** em diferentes partes do mundo.

elites locais associadas aos empreendimentos estrangeiros) e a condição rural (com latifúndios, fornecedora de insumos primários, escassamente povoado e com limitada representação política). A relação comercial entre estes Estados, com controles alfandegários/portuários, efetivava-se para o suprimento de demandas de consumo de bens não disponíveis localmente (sal, tecidos, açúcar, entre outros). Por via transversa, em razão das fronteiras secas e das escassas forças militares nacionais, operava o contrabando. Por terem produtos similares, os Estados da América Platina comportavam-se como concorrentes na exportação (de bens primários e de algumas semimanufaturas) e na importação (taxas alfandegárias diferenciadas em acordos exclusivos com as metrópoles europeias).

6. Considerações Finais

A característica fundamental do século XIX é que se trata de um período histórico de grandes transformações políticas, sociais e econômicas. Na política, o triunfo do liberalismo, que deixou para trás o Absolutismo Monárquico, em particular na Espanha e Portugal. No aspecto social, diferentes correntes de pensamento (socialismo científico ou materialismo, idealismo, niilismo e nacionalismo) impactaram a sociedade que deixava o mundo rural e se urbanizava rapidamente. No campo econômico, a *revolução* ocorre com a industrialização.

Com todas estas transformações na Europa, as colônias na América Platina que ainda buscavam consolidar suas independências políticas, eram socialmente irrelevantes (apenas uma pequena parcela da população tinha acesso à educação e ao poder político, a maior parte da população era de nativos/servos/escravos) e suas relações

mercantis (através de produtos primários, de semimanufaturas e de escassas manufaturas industriais) atrelavam-se aos interesses do mercado consumidor das metrópoles europeias. A Europa ocidental, entre 1815 e 1850, desenvolvia núcleos industriais significativos (Inglaterra, França, Bélgica, Suíça, regiões alemãs e tchecas), mas também havia regiões não-industrializadas (Itália, Suécia, Noruega, Dinamarca e regiões da Rússia, da Espanha e de Portugal).

A primeira metade do século XIX mostra que as colônias e, depois, os Estados da América Platina dispunham de limitadas possibilidades de desenvolvimento, pois suas metrópoles (Espanha e Portugal) exploravam os recursos locais para obter bens industriais, que eram incapazes de produzir e nem permitiam que tais bens fossem encaminhados à América. As independizações levaram a um período de conflitos internos e entre os novos Estados da América Platina que visavam consolidar hegemonia regional, no vácuo deixado pelas metrópoles ibéricas. A alternativa foi respaldar-se na Inglaterra e/ou França para garantir fluxo de exportações-importações para suas incipientes estruturas políticas, mas isto não garantiu mudanças sociais (trabalho servil e escravo), nem projetos econômicos nacionais, e, nem integração econômica com os Estados fronteiriços da região platina.

No caso do Brasil, dos anos 1800, para efeitos mercantilistas, a economia continuou baseada no modelo agroexportador. Para efeitos industrialistas, as iniciativas podem ser demarcadas nos marcos político-econômicos: (a) Tarifa Alves Branco - para proteger a produção nacional

com tarifas de importação¹⁰¹; (b) Decreto de 1846 - para facilitar a importação de máquinas e equipamentos; e, (c) Tarifa Belisário (1887) - com aumentos de taxas de importação sobre matérias-primas similares às nacionais. A soma das legislações conforma a política do Encilhamento, com liberação de crédito aos setores agrários, comerciais e industriais, favorecendo o nascimento da indústria¹⁰² no Brasil. No marco econômico-social, atendendo às exigências do modelo industrialista, houve a transição do trabalho escravo para livre e assalariado e a entrada massiva de imigrantes para ampliação e qualificação da mão-de-obra.

Na Argentina, dos anos 1800, para efeitos mercantilistas, houve consolidação do modelo primário-exportador na segunda metade do século, mas com dependência do mercado consumidor externo, principalmente Inglaterra, que fornecia produtos manufaturados e industriais, mão-de-obra especializada e recursos financeiros. No marco socioeconômico, as ondas imigratórias e o ingresso de capitais internacionais aplicados na economia primário-exportadora. Por volta de 1860, havia organização política relativamente estável e sistema jurídico que garantia segurança aos investimentos estrangeiros, não impondo limites às remessas de lucros ao exterior, tornando altamente rentável o capital investido. Assim, dentro das exigências do sistema industrialista, o livre mercado e a

¹⁰¹ Tarifas de 30% (para a maior parte dos produtos) e de até 60% (para produtos concorrentes, incluídos os produtos dos outros Estados da América Platina).

¹⁰² Entre os anos de 1865 a 1870, com a deflagração da Guerra da Tríplice Aliança, interrompeu-se o processo de avanço econômico, tanto mercantil, quanto industrial. Os gastos da guerra levaram o Governo a tomar empréstimos externos e aumentar tarifas de importação, reduzindo a atração de mão-de-obra e de capitais estrangeiros.

abertura econômica ao capital estrangeiro garantiram a estratégia de sustentação do modelo primário-exportador argentino. No marco econômico, não havia políticas creditícias preferenciais para investimentos industriais; o ajuste monetário balizava-se pelo padrão-ouro (o que equilibrava o balanço de pagamentos, garantia estabilidade da moeda nacional, impedia a expansão monetária, e, cumpriam-se acordos de pagamento da dívida externa). Com a redução dos custos de transportes e a incorporação de terras férteis, viabilizou-se um mercado produtor e consumidor nacional, o que estimulou o surgimento de indústrias, mesmo sem uma política plena de fomento industrial.

O Uruguai, do século XIX, oscilou entre província livre e submetida ao Império do Brasil até sua independência. O comércio de produtos da pecuária garantiu algum rendimento oriundo do campo, mas era o porto de Montevideu a principal fonte de recursos da Banda Oriental. Com a fase expansiva da economia europeia (1850-1873) e às condições internas (período de paz, aumento de população e ampliação do comércio) houve acumulação de capitais, de que se beneficiou o Estado e os empreendimentos comerciais europeus que operavam no porto montevideano. O Uruguai possuía características econômicas que o singularizaram: produzia carne (charque - exportado para Brasil e Cuba), couro (para calçados - Inglaterra e Estados Unidos) e lã (para vestimentas - França, Alemanha, Holanda e Bélgica). Desde 1870, Uruguai apresentou-se, no sistema mercantilista, como distribuidor de produtos pecuários, papel que o identificava desde a época de colônia. Os processos pecuários (com condições adequadas de solo e de clima, baixa densidade populacional, escassas reservas de capital e limitado nível tecnológico) atraíram investidores estrangeiros, que maximizavam

retornos financeiros, aproveitando avanços nas técnicas de conservação de carnes, aumento dos níveis globais de consumo e evolução da navegação transatlântica. A partir de 1875 houve significativo aumento no volume de excedentes, com benefícios ao capital estrangeiro e à burguesia nacional (latifundiários e comerciantes montevidéanos), mas que não impactaram em um processo consistente de industrialização.

O Paraguai, dos anos 1800, para efeitos mercantilistas, tinha uma economia baseada na exportação de couros e do extrato de *quebracho*¹⁰³ (com exportações para Argentina, Uruguai e Estados Unidos), e, de tabaco, madeiras, laranjas e erva mate (para outros Estados do mercado mundial). No plano industrialista, as empresas do regime lopizta (fundição de ferro e construção naval) desapareceram no pós-guerra, gerando efeitos nas plantações de cana de açúcar, mandioca, arroz, algodão, café, milho, laranja e tabaco, que tornaram-se insuficientes até mesmo para atender a demanda interna. Qualquer tentativa de industrialização foi retardada por muitos anos, em razão da dívida de guerra e dívida externa.

Por fim, os Estados da América Platina consolidaram suas independências políticas na primeira metade do século XIX. Na segunda metade, conviveram com os processos do mercantilismo sem dinamizá-los, não se adequaram à velocidade do modelo industrialista em expansão, seguiram ritmos econômicos próprios, retardaram transformações nos marcos político, social e econômico para dinamizar algum grau de industrialização.

¹⁰³ Quebracho (*Schinopsis brasiliensis*) é uma planta de origem americana, cujo tanino, extraído de sua casca, era/é usado no beneficiamento do couro, em vários setores industriais.

Referências Bibliográficas

ALVES, F. das N. (2000) Formação territorial e tratados internacionais: uma introdução ao estudo da integração da fronteira extremo-sul brasileira. In: **_. Cinco ensaios de história das relações internacionais do Brasil**. Rio Grande: Editora da FURG.

BALASSA, B. (1982). **Teoria da integração econômica**. 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

BANDEIRA, L. A. M. (1985). **O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata - da colonização ao Império**. Rio de Janeiro: Philobiblion.

_____. (2012). **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina/Uruguai/Paraguai - da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BORBA, V. (2013). **A Bacia da Lagoa Mirim e o Programa Regional 35 - FAO/ONU: história, integração e desenvolvimento**. Rio Grande/RS: Editora da FURG.

_____. (2013). **Fronteiras e Faixa de Fronteira: expansionismo, limites e defesa**. In: Revista de História. v.4, n.2, p.59-78. Rio Grande/RS, Editora da FURG.

_____. (2016). **A Bacia da Lagoa Mirim e o Programa Regional 35 - FAO/ONU: projeto internacional em espaço binacional**. Lisboa/CLEPUL: Rio Grande/Bibliotheca Riograndense. Disponível em:

<http://pt.calameo.com/read/001827977c3392c92d767>

CARDOSO, C.F.S. & BRIGNOLI, H. P. (1987). **História econômica da América Latina**. São Paulo: Graal. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/pdf/historia-economica-da-america-latina/livro:105422/edicao:116953>.

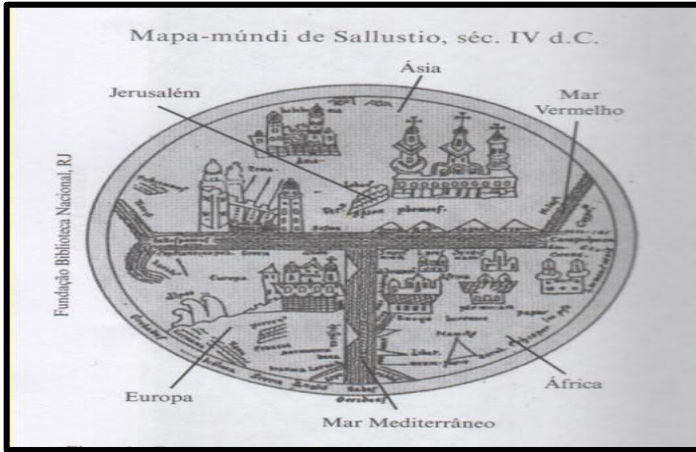
Acessado em jan/2020.

COSTA, M. (2019). **O livro obscuro do descobrimento do Brasil**. São Paulo: LeYa.

- CROCE, M. A. (2015). **A Economia do Brasil no século XIX**. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória/ES. Acessado em mar/2020. Disponível em: www.abphe.org.br/arquivos/...croce_a-economia-do-brasil-no-seculo-xix
- FANTINEL, V. D. & LENZ, M. H. (2015). **Crescimento e crise na Argentina, nos séculos XIX e XX**. In: Ensaio FEE, Porto Alegre/RS, v. 36, n.1. p.7-32. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/viewFile/3070/3547>. Acessado em mar/2020.
- FURTADO, C. (1974). **O Mito do Desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra.
- IMAZ, R.; VARESI, R. & LOFIEGO, D. (1986). **Compendio de historia uruguaya (1800-1985)**. 2ª ed. Montevideo: Ediciones Blancas.
- MYRDAL, G. (1972). **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Saga.
- NAHUM, B. (1999). **Breve Historia del Uruguay Independiente**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental.
- OLIVEIRA, J. M. de. (1997). **Actos diplomáticos do Brasil: tratados do período colonial e vários documentos desde 1493**. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal.
- OLIVEIRA, O. M. (coord.) (1997). **Relações internacionais e globalização: grandes desafios**. Ijuí: Editora da Unijuí. p. 205-246.
- PEREGALLI, E. (1982). **Como o Brasil ficou assim? - formação das fronteiras e tratados dos limites**. São Paulo: Global Editora.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. & QUENTAL, P.A. (2012). **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. Acessado em jan/2020.

- Disponível em
<https://journals.openedition.org/polis/3749>
- PREBISCH, R. (1964). **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. São Paulo: Fundo de Cultura.
- PUIGGRÓS, R. (1965). **Integración de América Latina: factores ideológicos e políticos**. Buenos Aires: Jorge Alvarez Editor.
- RIBEIRO, D. (1986). **América Latina - pátria grande**. Rio de Janeiro: Guanabara.
- VILLAR, P. (1991). **Crecimiento y Desarrollo**. In: REZENDE, C. *História Econômica Geral*. São Paulo: Contexto.
- ZANOTELLI, J. (1998). **América Latina: raízes sócio-político-culturais**. Pelotas: Educat.

Figura 2. Mapa-múndi de Sallustio¹⁰⁵



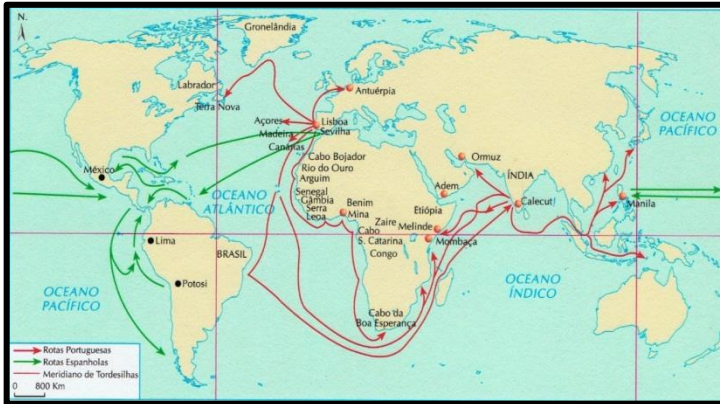
¹⁰⁵ Acessado em fevereiro de 2020. Disponível em https://www.google.com/search?q=mapa+mundi+de+Sallustio&tbm=isch&ved=2ahUKEwiRhJSWkc_nAhVjBdQKHbxzBNQQ2-cCegQIABAA&oq=mapa+mundi+de+Sallustio&gs_l=img.12...876761.888545..891714...1.0..0.166.4829.2j40.....0....1..gws-wiz-img.icoa9HNyu5o&ei=PpJFXpHtKeOK0Aa855GgDQ#imgrc=LFa wifIs2-K0EM

Figura 3. Rotas comerciais antes da América¹⁰⁶



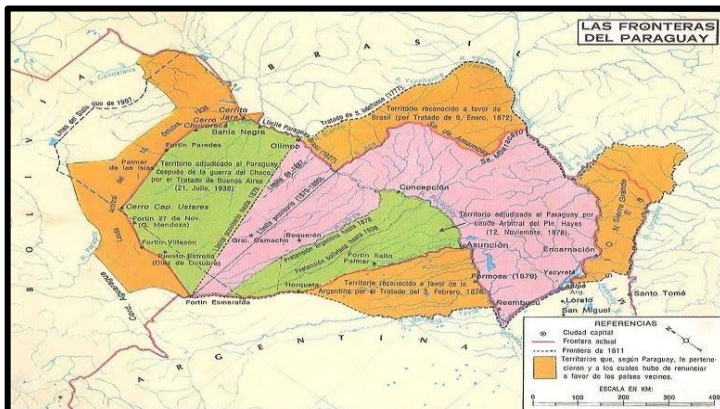
¹⁰⁶ Acessado em janeiro de 2020. Disponível em https://www.google.com/search?q=rotas+comerciais+do+seculo+xv&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=x5d1W8VVT6I5OM%253A%252CcySPAvt5ro6o0M%252C_&vet=1&usg=AI4_-kRNzLRFgXNeAcUNeADaQYN7PHcleg&sa=X&ved=2ahUKEwiI8rmSkc_nAhVUGbkGHZqtA4MQ9QEwAnoECAoQBg#imgrc=BYa8jrCU_N_0QM

Figura 4. Rotas comerciais com a América¹⁰⁷



¹⁰⁷ Acessado em fevereiro de 2020. Disponível em https://www.google.com/search?q=rotas+comerciais+do+seculo+xv&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=x5d1W8VVT6I5OM%253A%252CcySPAvt5ro6o0M%252C_&vet=1&usg=AI4_-kRNzLRFGxNeAcUNeADaQYN7PHcleg&sa=X&ved=2ahUKewiI8rmSkc_nAhVUGbkGHZqtA4MQ9QEwAnoECAoQBg#imgrc=BYa8jrCU_N_0QM

Figura 5. Mapa do Paraguai, antes e após a Guerra contra a Tríplice Aliança¹⁰⁸



¹⁰⁸ Acessado em fevereiro de 2020. Disponível em https://www.google.com/search?q=Territ%C3%B3rios+do+paraguai&tbm=isch&ved=2ahUKewiRhJSWkc_nAhVjBdQKHbXzBNQQ2-cCegQIABAA&oeq=Territ%C3%B3rios+do+paraguai&gs_l=img.12...279163.322964..327857...11.0..2.349.7181.0j44j4j2.....0....1..gws-wiz-img....0..0i5i30j0i24j0i67j0j0i131j0i10j0i10i24j0i131i67j0i10i30j0i30.FSiLIsDY_7s&ei=PpJFXpHtKeOK0Aa855GgDQ#imgsrc=wdyd5wxwS7Ua_M



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.usb.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



ISBN: 978-65-89277-00-2



9 786589 277002